

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**GRACIELLE DA COSTA SILVA**

**MOVIMENTO NEGRO OU MOVIMENTOS NEGROS? AS MÚLTIPLAS VOZES DA  
MILITÂNCIA ANTIRRACISTA EM CAMPINA GRANDE-PB**

**RECIFE**

**2017**

**GRACIELLE DA COSTA SILVA**

**MOVIMENTO NEGRO OU MOVIMENTOS NEGROS? AS MÚLTIPLAS VOZES DA  
MILITÂNCIA ANTIRRACISTA EM CAMPINA GRANDE-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de concentração: etnicidade e processos identitários.

Orientadora: Lady Selma Albernaz.

**RECIFE**

**2017**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

S586m Silva, Gracielle da Costa.  
Movimento negro ou movimentos negros? As múltiplas vozes da militância antirracista em Campina Grande - PB / Gracielle da Costa Silva. – 2018.  
149 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Lady Selma Albernaz.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2018.  
Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Identidade. 3. Negros – Identidade racial – Campina Grande (PB). I. Albernaz, Lady Selma (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-158)

**GRACIELLE DA COSTA SILVA**

**MOVIMENTO NEGRO OU MOVIMENTOS NEGROS? AS MÚLTIPLAS  
VOZES DA MILITÂNCIA ANTIRRACISTA EM CAMPINA GRANDE-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia. Orientadora: Lady Selma Albernaz. Área de concentração: etnicidade e processos identitários..

Aprovada em: 30/08/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Lady Selma Ferreira Albernaz  
(Orientadora/ UFPE)

---

Professora Doutora Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves Pessoa  
(Examinador/ UFPE)

---

Zuleica Dantas Pereira Campos  
(Examinador/ Unicap)

À minha tia, Dinah Mendes (in memoriam), esta sábia mulher negra, mãe solteira, com quem tanto aprendi... que foi embora desta vida tão prematuramente.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo dessa intensa caminhada, que agora se encerra, encontrei muitas pedras, mas também pude descobrir muitas flores. É incomensurável e imensamente gratificante olhar para trás e ver como foi difícil minha trajetória dentro da academia, desde a graduação até hoje. Cada passo dado, cada semestre em que fui aprovada, cada disciplina cursada, cada processo seletivo que me submeti, cada dificuldade que consegui transpor, tudo foi um crescimento agregado. Foi uma caminhada dura, cheia de desafios e de percalços, mas também de muito crescimento intelectual e, acima de tudo, pessoal.

São muitos os agradecimentos que tenho a fazer aqui. Em primeiro lugar, aos meus amados pais, dos quais eu tanto me orgulho. Sinto um imenso prazer de mostrar para eles que eu consegui realizar um sonho deles, que se tornou meu também. Uma empregada doméstica e um pedreiro, que tanto batalharam para me oferecer uma oportunidade de vida melhor. Foi pela garra do meu pai e o constante incentivo da minha mãe que tive a oportunidade de estudar. Sempre que pensava em desistir, lembrava das palavras da minha mãe, que dizia que eu deveria entrar numa universidade e fazer um curso de nível superior, para que pudesse galgar um futuro mais promissor que o que eles (meus pais) tiveram. É graças a eles que eu sou a primeira pessoa da família a me formar em um curso de nível superior e também a primeira a ingressar numa pós-graduação. Tenho muito orgulho das minhas raízes, da infância rural que eu tive, de ter ido tantas vezes ao roçado levar o “cumê” do meu avô, enquanto ele plantava milho e feijão para poder sobreviver e dar sustento à família. Meu único lamento é saber que eu sou a exceção, e não regra, tendo em vista que os meus amados primos não tiveram a mesma oportunidade de estudar, considerando que a maioria deles, sequer, pôde concluir o ensino fundamental.

Agradeço também de forma muito especial aos meus/minhas amados/as irmãos/s Renally, Ivson e Maria, por sempre me darem tanto amor. Agradeço em particular a minha grande amiga e irmã de alma, Iviana, que sempre foi uma das minhas grandes inspirações na vida e um “motor”, sempre me impulsionando a ingressar e a permanecer nesse universo intelectual. Ela, que sempre foi meu ombro amigo, presente nas horas felizes ou tristes. Serei eternamente grata!

Agradeço, em particular, ao meu companheiro de todas as horas, aquele que segurou a barra junto comigo. Que sempre me acalentou e me ouviu e me apoiou nos

momentos mais difíceis desse processo. Sempre se esforçando para me acalmar e me dar forças para prosseguir. Meu amado e leal parceiro, Rafael.

Agradeço singularmente às super-heroínas que eu conheci através do mestrado, que tanto me ajudaram (financeiramente, inclusive) e me deram forças desde os primeiros meses desta caminhada: Aliane, Amanda, Daniela, Flora, Graziela e Jeannié. Em especial a Gláucia, com quem divido esta caminhada desde a graduação. Foi muito amor e companheirismo compartilhado. Lições que levarei para a vida.

A todos os professores que me ajudaram a crescer durante essa trajetória acadêmica. Em especial a professora (uma verdadeira) orientadora, Lady Selma, por ter aceitado o desafio de me instruir na construção desse trabalho. Um exemplo de intelectual e acadêmica. A essa grande mulher, expresso todo o meu respeito e admiração. Agradeço também as professoras Ana Cláudia Rodrigues e Zuleica Dantas por aceitarem compor a banca avaliadora.

Por fim e não menos importante, agradeço ao Movimento Negro de Campina Grande, por quem em sempre fui muito bem acolhida e com quem tanto aprendi. Pela confiança que se construiu durante esses anos de pesquisa. Por todas as fontes de informação e todas as entrevistas concedidas. Por todos os convites para participar dos eventos que contribuíram de forma valorosa para a concretização dessa pesquisa.

## RESUMO

Em 2014 foi realizada uma pesquisa com a finalidade de fazer um resgate da história e das atividades do Movimento Negro na cidade de Campina Grande-PB ao longo da última década. O intuito principal era verificar se a militância negra desta cidade continuava ativa, bem como buscar entender como era sua forma de atuação e quais eram suas reivindicações enquanto militantes. No decorrer da pesquisa de 2014, foram surgindo novos elementos e foi ficando cada vez mais evidente que a militância antirracista nesta cidade não atuava de forma conjunta, nesse sentido, a partir das entrevistas e observações, chegou-se a conclusão que Campina Grande tem duas frentes principais de atuação na luta antirracista. Essas duas frentes, por sua vez, derivam de um grupo maior e mais antigo que com o passar dos anos se dividiu. Tais questões levantadas no início da pesquisa da graduação requeriam uma necessidade de aprofundamento no campo de investigação, aprofundamento este que rendeu o tema do presente trabalho de mestrado. Aqui, serão levantadas questões sobre a forma de atuação dessa militância partindo do pressuposto de que existem movimentos negros e não um único movimento homogêneo com características imutáveis ao longo dos anos. Este estudo busca apresentar as diferentes formas de atuação da militância negra nesta cidade, visando compreender as possíveis diferenças na abordagem de cada vertente desta militância que foi observada no tempo da pesquisa, bem como suas ferramentas e abordagens no combate ao racismo, estando atento à pluralidade das vozes contidas na luta antirracista.

**Palavras-chave:** Movimento Negro. Identidade. Militância.

## **ABSTRACT**

In 2014 a research was realized out with the intention of making a rescue of the history and activities of the Black Movement of Campina Grande-PB during the last decade. The main purpose was to verify if the black militancy of this city remained active and also to try to understand how was your acting way and what were its demands. In the course of the 2014 research, new elements emerged and it was denoted that the anti-racist militancy in this city did not act jointly, that is, Campina Grande has two main fronts of action. These two fronts derive from a larger, older group that has been divided. In the master's research, questions will be raised about the way this militancy operates, starting from the idea that there are black movements and not a single homogeneous movement with unchanging characteristics over the years. This study aims to address the different forms of black militancy in this city, seeking to understand the possible differences in the approach to combat racism, being attentive to the plurality of voices contained in the fight against racism.

**Keywords:** Black Movement. Identity. Militancy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>MILITÂNCIA NEGRA EM CAMPINA GRANDE .....</b>	<b>20</b>
2.1	MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO E SUAS FASES .....	24
2.2	DEBATE ACADÊMICO SOBRE RACISMO: MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL .....	26
<b>2.2.1</b>	<b>Fases e faces de um movimento com objetivo em comum .....</b>	<b>29</b>
2.3	FRENTE NEGRA BRASILEIRA .....	36
<b>2.3.1</b>	<b>O Teatro Experimental do Negro.....</b>	<b>37</b>
<b>2.3.2</b>	<b>O movimento negro na contemporaneidade.....</b>	<b>38</b>
2.4	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO.....	40
<b>2.4.1</b>	<b>As mulheres negras e sua importância na militância antirracista .....</b>	<b>43</b>
2.5	AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE.....	45
<b>2.5.1</b>	<b>Aspectos da Militância Negra em Campina Grande.....</b>	<b>48</b>
<b>3</b>	<b>AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE E SUAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE LUTA.....</b>	<b>63</b>
3.1	O CAMPO SOB UM NOVO PRISMA .....	67
3.2	MOVIMENTOS NEGROS.....	72
3.3	AS OUTRAS VERTENTES DA MILITÂNCIA CAMPINENSE.....	77
3.4	A EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO LIBERTADOR: O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO.....	80
<b>3.4.1</b>	<b>A militância antirracista e luta pela efetivação a Lei 10.639.....</b>	<b>84</b>

3.4.2	O papel da academia na luta contra o racismo em Campina Grande .....	88
3.4.3	Cotas raciais e inclusão social .....	93
4	<b>FORMAS DE ATUAÇÃO DA MILITÂNCIA ANTIRRACISTA CAMPINENSE.....</b>	<b>98</b>
4.1	RELIGIÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA NEGRA .....	101
4.2	MOVIMENTO NEGRO E ESTADO.....	109
4.2.1	<b>Militância em tempos de repressão.....</b>	<b>113</b>
4.2.2	<b>O Negro e a Constituinte.....</b>	<b>115</b>
4.2.3	<b>A conferência de Durban .....</b>	<b>117</b>
4.3	A AUTONOMIA DO MOVIMENTO E SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.....	118
4.4	SEGMENTAÇÃO RESULTA EM ENFRAQUECIMENTO?	126
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>135</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### ➤ MOVIMENTO NEGRO OU MOVIMENTOS NEGROS? AS MÚLTIPLAS VOZES DA MILITÂNCIA ANTIRRACISTA EM CAMPINA GRANDE-PB

Desde a minha infância, mesmo sem ter a mínima compreensão sobre as opressões e as desigualdades raciais que permeiam a sociedade brasileira, tais questões sempre me trouxeram inquietações. Foi a partir da convivência entre parentes e familiares que eu pude presenciar as primeiras manifestações de racismo. Devido à diferença no tratamento entre eu e meus primos (meus melhores amigos de infância) que aos poucos fui percebendo que a sua tez escura (em contraste com a minha e a de outros primos, mais clara) trazia consigo uma distinção e uma enorme carga de preconceito, exclusão e discriminação. Por conta da pouca idade, eu não conseguia compreender muito bem o que significava tudo aquilo. Cresci sem entender, por exemplo, o que meu tio queria dizer ao se dirigir de forma jocosa à minha prima, sempre utilizando expressões do tipo “cabelo de fuá” (em referência ao seu cabelo crespo). Conforme passava o tempo e eu avançava em idade, minhas indagações foram sendo elucidadas e pude perceber que, na verdade, meus primos, na verdade, eram vítimas de racismo, inclusive dentro da própria família. De forma muito controversa, grande parte da minha parentela, assim como a maioria dos brasileiros, afirmam, até hoje, com muita convicção, que não são racistas.

Ao adentrar no espaço acadêmico passei a ter um contato mais aprofundado com a temática do racismo. A partir de então eu pude perceber que o caso da minha família era mais um caso “crônico”, um mal que acomete grande parte da nação, tratava-se de uma típica manifestação de racismo *à brasileira*<sup>1</sup>. Ou seja, um tipo de racismo velado, no qual o indivíduo tem vergonha de declarar abertamente que tem preconceito de raça ou cor. Tal característica cria uma barreira, fazendo com que o assunto se torne muito mais difícil de ser discutido e problematizado, tendo em vista, que ele não se manifesta em seu sentido concreto, palpável, ao contrário, ocorre de forma velada. Quanto mais eu lia sobre racismo, mais eu me interessava pela temática, e foi através PET Antropologia – MEC/SESU<sup>2</sup> que tive a oportunidade de me aprofundar mais e mais nessas questões. Tive a oportunidade de ler e entender

---

<sup>1</sup> Como em Roberto da Matta (1981)

<sup>2</sup> Do qual fui integrante entre setembro de 2011 e fevereiro de 2015

sobre o modo como o racismo foi se arraigando entre os brasileiros ao longo dos séculos, tornando-se fruto de um processo histórico. A partir daí pude compreender que a história da construção da sociedade brasileira foi contada de um ponto de vista completamente eurocêntrico. Assim que tomei conhecimento científico do que era o racismo e as suas terríveis consequências para o povo negro brasileiro, me dediquei a investigar sobre o modo como as pessoas que eram vítimas desse racismo reagiam ao mesmo. Ao ler sobre a temática do racismo no Brasil e nos Estados Unidos da América, me despertou o interesse em compreender de que modo a população negra respondia a este racismo. Na busca para as respostas à minha inquietação, achei prudente pesquisar sobre o ativismo negro, em consequência, resolvi me debruçar sobre leituras do Movimento Negro no Brasil.

A história que retrata o papel do negro na sociedade brasileira é carregada de distorções, preconceitos e invisibilidade. O movimento negro, em contrapartida, se levanta para evidenciar a necessidade de uma revisão histórica da construção da sociedade brasileira, construindo uma nova interpretação sobre a trajetória do povo negro no Brasil. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que constrói uma nova história, o povo negro estaria, também, definindo a si mesmo e ao seu lugar na sociedade brasileira. O Movimento Negro seria, portanto, um coletivo de indivíduos que tem lutado por uma identidade própria e por afirmação. Ao resgatar suas raízes e sua tradição, o movimento negro busca elementos que permitam perceber-se a si próprio dentro desse contexto social brasileiro. Foi a partir da luta desses movimentos ao longo dos anos que se tornou evidente o racismo como sendo parte estruturante da sociedade brasileira.

Assim sendo, o impacto causado pelos movimentos negros no Brasil serviu para denunciar o racismo de forma que foi reconhecido como parte estruturante da sociedade brasileira. Os movimentos coletivos que visam promover transformações na ordem social e cultural vigente, em geral, são compostos por indivíduos com ideias e pensamentos diferentes, entretanto, sua luta é em prol de um objetivo comum, podendo resultar em identidades convergentes, à despeito da diversidade. Apesar do respeito à liberdade e a singularidade dos envolvidos, quando se unem à luta antirracista, os militantes do Movimento Negro têm muitos elementos em comum. Assim, deixo de ser um ser sozinho e individual para ser um comunitário e social. É nesse contexto que surgem as identidades. Militar em coletividade, portanto, é estabelecer inúmeras relações necessárias à sobrevivência. A militância é mediada

por signos de libertação. Assim, o que motiva a luta afrodescendente é a inclusão ao invés da exclusão. Em lugar do egocentrismo, a solidariedade. A afirmação da identidade torna-se uma “arma” ideológica na disputa política pela conquista dos direitos de seus envolvidos, enquanto cidadãos (OLIVEIRA 2006:136).

Nesse sentido, a identidade funcionaria aqui como uma representação social resultante dos processos históricos com rupturas e continuidades, denominando as relações dos seres humanos entre si. O conjunto de tais representações que estão relacionadas à esta identidade, de uma maneira geral, influenciam no jogo das representações políticas. A afirmação dessa identidade cultural estaria então atrelada à organização política do movimento. Seria o reconhecimento do fato de ser negro e da aceitação da sua história, enquanto tal. Seria ter plena consciência de que se sofre com o racismo neste país. O movimento negro, portanto, pode vir a ser um importante veículo no despertar dessa consciência (OLIVEIRA: 2016). Assim, acredito que a identidade tem a capacidade de assegurar o vínculo de um grupo, podendo assumir a função de arma política. A tradição, por sua vez, funciona aqui como um importante elemento desta identidade, pois na busca em se estabelecer nestes espaços, vários símbolos são acionados e reproduzidos. Nesse sentido, quando o grupo se identifica com símbolos diferentes, isso pode gerar uma ressignificação, levando-os, muitas das vezes, a seguir trajetórias diferentes, ainda que estejam lutando pelo mesmo objetivo, que é o enfrentamento político ao racismo e a discriminação. Por isso se torna relevante considerar a existência de vários e não somente um único modelo de movimento negro.

Afim de situar o leitor em relação ao campo da pesquisa, considero relevante colocar aqui que o município de Campina Grande está geograficamente situado entre o alto sertão e a zona litorânea. Tem terra fértil para o cultivo de mandioca, milho e outros cereais. Antes de ser cidade, Campina grande foi um aldeamento, convertendo-se posteriormente em povoado e em 1790 transformou-se em vila, passando a chamar-se Vila Nova da Rainha. Sua população participou dos movimentos revolucionários de 1817, 1824 e 1848. Em 1874 houve a Revolta de "Quebra-quilos" que se estendeu por outras cidades e províncias do Nordeste. A revolta foi motivada a partir foi da decretação de impostos e adoção do novo sistema de pesos e medidas. Já em 1888, a população de Campina Grande contava com cerca de quatro mil habitantes, sendo, nesta ocasião, a mais populosa localidade do interior da Paraíba.

Em 1864 é levada à condição de cidade com a denominação de Campina Grande<sup>3</sup>. Localizada no interior da Paraíba, a cidade tem 55,7% de sua população constituída de pretos e pardos, segundo dados do IBGE (2010). É nesta cidade que está localizado o meu campo de pesquisa.

A minha investigação sobre o Movimento Negro de Campina Grande (MNCG) se inicia ainda na graduação e, por esta ocasião, a minha inserção no campo se deu entre maio e novembro de 2014. Reitero que apesar de partilhar da ideia de que existem “movimentos negros”, me refiro aqui ao “movimento” no singular, para melhor delimitar meu objeto de análise, que é o Movimento Negro de Campina Grande, ao qual irei me referir a partir daqui como MNCG. Como já foi colocado no início, o interesse sobre a temática do racismo surgiu, inicialmente, por ser um tema que tem me inquietado desde a infância. Segundo, por ser um tema muito discutido e estudado durante o período em que fui integrante do PET Antropologia – MEC/SESU. Ao me deparar com a temática do racismo no espaço acadêmico, surgiu o desejo de saber um pouco mais sobre o modo como os negros respondiam a este racismo. Nesta busca por respostas, achei prudente pesquisar sobre o ativismo negro, me detendo a fazer leituras que tratassem da atuação do Movimento Negro no Brasil. A partir do contato com a literatura, me despertou o interesse de saber se existia militância negra nesta cidade, foi então que passei a ter os primeiros contatos com a militância local.

No período da minha graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), me propus a fazer um resgate da história e das atividades deste movimento ao longo da última década. Iniciei minha pesquisa tendo como ponto de partida o trabalho realizado por Melânia N. Farias que foi realizado entre os anos 2000 e 2004. O intuito era verificar se o Movimento negro desta cidade continuava ativo e a partir daí perceber as suas formas de atuação, suas reivindicações e detectar se haviam ocorrido muitas transformações, passados todos estes anos após a pesquisa realizada por Farias. O trabalho realizado pela pesquisadora nesta cidade, no período indicado acima, apontava para a existência de um movimento ativo. Farias coloca que, na ocasião de sua pesquisa, o movimento seria composto por membros mais intelectualizados, tendo em vista que todos eram alunos e/ou professores universitários. Não se tendo, portanto, segundo suas colocações, o almejado engajamento da população. Mais de uma década após a

---

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/> (acesso em agosto de 2016).

pesquisa de Farias, durante a minha graduação, conforme já foi citado, me propus a investigar se o movimento negro ainda estaria ativo e se as características que ela havia observado ainda permaneciam ou se haviam se modificado ao longo dos anos.

Em 2014, a partir da inserção no campo, bem como da minha participação em algumas atividades realizadas pelo movimento, e também a partir das entrevistas concedidas por alguns de seus membros, pude perceber que havia uma dissensão entre parte dos que se declaram militantes do MNCG. A primeira vista, o movimento parecia homogêneo. Quando me propus a estudar sobre o MNCG, tinha em mente que esta militância era composta por um único grupo na luta contra as desigualdades raciais. Porém, a partir da etnografia que foi feita entre fevereiro e dezembro de 2016, foi possível ter uma visão mais ampla, revelando que a atuação dessa militância ocorre de forma distinta e é composta por várias instâncias da sociedade negra campinense, mas tem, portanto, duas fortes frentes de atuação. É sobre as ações e a composição dessas duas frentes que está focada a minha análise nessa pesquisa. Apesar da distinção na atuação, todos os indivíduos que compõem a militância, se definem como membros do Movimento Negro de Campina Grande (MNCG), deste modo, não se constituindo institucionalmente como dois grupos, ou seja, publicamente não existe distinção na nomenclatura, no entanto, a sua atuação cotidiana revela que existe uma separação, resultando em ações, abordagens e espaços de atuação diferenciados. Por isso me proponho a investigar ao longo deste trabalho, se essa separação gera prejuízos para a militância. Busco também identificar se existem e quais são as diferenças na proposta de identidade negra que cada um desses grupos apresenta.

Nesse sentido, na pesquisa do mestrado o meu intento foi aprofundar a investigação iniciada na graduação, acerca da trajetória do Movimento Negro em Campina Grande, com o intuito de compreender questões que não ficaram explícitas no período da pesquisa realizada por mim em 2014. Uma militância que, a primeira vista, me pareceu homogênea. Busquei então entender o que teria levado essas lideranças da militância a se separarem, bem como identificar as diferenças na proposta de identidade negra que cada uma desses grupos apresentam. Foi necessário ampliar o contato, o número de entrevistas e de participações em reuniões e em eventos promovidos pelo movimento negro local, bem como perceber a forma como atuam em espaços públicos e privados, estando atenta ao modo como desenvolvem seus diálogos com os poderes públicos e também percebendo suas

estratégias na agregação de membros à militância, tudo isso para ter uma visão mais ampla acerca da atuação desse movimento na luta contra o racismo. Ressalto, portanto, como foi importante ampliar o contato com a militância e demais envolvidos, para que se tornasse possível perceber a forma como esses militantes atuam em espaços públicos e privados, e o modo como desenvolvem seus diálogos com os poderes públicos, ao mesmo tempo em que lutam por agregar novos membros à luta.

Quando me propus a estudar sobre o MNCG, tinha em mente que a militância era composta por um único grupo atuando no combate ao racismo. Porém, ao lançar um olhar mais aprofundado, percebi que a atuação se dava de forma distinta e peculiar. O que pude identificar no decorrer da pesquisa sobre o Movimento Negro de Campina Grande, e é sobre isso que desejo focar, é que as ações do movimento são promovidas por lideranças que se articulam tanto com a universidade, quanto com o campo popular. Apesar de não existir um grupo orgânico de militância, ela tem apoio continuado, tendo em vista que praticamente o mesmo público se faz presente nos eventos promovidos por ambas as frentes, ou seja, ambas as instâncias são consideradas como legítimas por parte da população negra militante. Essas duas frentes são as principais promotoras dos eventos que reúnem o conjunto da militância negra nesta cidade. Elas derivam de um grupo maior de militantes que se dividiu, mas que, mesmo depois da separação, ambas as frentes continuaram se auto denominando como Movimento Negro de Campina Grande (MNCG), o que gera, a princípio, a ideia de que esta militância é homogênea. Tal característica, em um dado momento, me levou a acreditar que estes dois grupos eram um só.

Avulso a esses dois grupos pode se detectar ainda a existência de um grande número de militantes, dentre eles grupos de capoeiristas, alunos, professores universitários e da rede pública de ensino. É válido ressaltar que considero como composição da militância antirracista, também, os grupos de capoeira, as religiões de matriz afro e toda e qualquer manifestação que de forma direta ou indireta atuam no combate ao racismo, por compreender que, mesmo não estando diretamente vinculados a nenhuma frente do movimento formal local (MNCG), são grupos que fazem parte do processo de construção da negritude nesse país. Me apoio, portanto, na definição de Joel Rufino dos Santos que diz que o movimento negro pode ser definido de duas formas: a primeira, no “sentido estrito”, que, segundo ele, seria uma definição “excludente”. Essa definição considera como movimento negro apenas o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos que foram unicamente

dedicados à luta antirracista. A segunda definição, a qual adoto neste trabalho, seria a de movimento negro num “sentido amplo” de modo que:

Todas as entidades de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam a autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros (utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda essa completa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1986 *apud* PEREIRA 2010, p. 112).

No entanto, convém enfatizar aqui que o meu foco de investigação está circunscrito a esse conjunto de militantes que atuam declaradamente enquanto Movimento Negro de Campina Grande - MNCG. Como se trata de duas frentes distintas, no intuito de que essa definição fique clara para o leitor, usarei termos analíticos e temporários afim de fazer distinção entre ambas as frentes. É de extrema importância enfatizar que essas categorias em nada se referem às características do campo em questão. A denominação temporária que escolhi aqui utilizar, com o intuito de definir cada grupo, foi **MNCG-Zumbi** e **MNCG-Dandara**. Os nomes escolhidos fazem referência a duas grandes personalidades na luta contra escravidão no Brasil: Zumbi dos Palmares<sup>4</sup> e sua esposa Dandara dos Palmares<sup>5</sup>. Os termos usados apenas tem o intuito de diferenciar as ações, a forma e os espaços de atuação de cada grupo estudado e, ao mesmo, tempo preservar a identidade dos militantes em questão.

Através da análise das fontes documentais e também a partir da fala de alguns entrevistados, compreendi que o grupo que anteriormente compunha o MNCG tinha um número mais expressivo de militantes. Por várias razões, algumas de cunho pessoal, alguns desses membros foram, aos poucos, se desvinculando desse formato de militância, passando a atuar de várias formas. Parte dessa militância passou a atuar numa esfera mais individual, não mais estando vinculado ao MNCG. A partir de

---

<sup>4</sup> Zumbi dos Palmares nasceu em 1655, no estado de Alagoas. Ícone da resistência negra à escravidão, liderou o Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas no Brasil Colonial. Localizado na região da Serra da Barriga, atualmente integra o município alagoano de União dos Palmares.

<sup>5</sup> Guerreira do período colonial do Brasil, Dandara foi esposa de Zumbi, líder daquele que foi o maior quilombo das Américas: o Quilombo dos Palmares. Com ele, Dandara teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogiton. Valente, ela foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII e auxiliou Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa da quilombo.

dissensos internos, há alguns anos, houve uma separação e as ações desses militantes passaram a ocorrer em separado, resultando na origem dessas duas frentes de atuação. Tais formas de atuação serão detalhadas de forma mais ampla no decorrer dos capítulos posteriores.

Conforme expliquei anteriormente, durante a minha pesquisa sobre o movimento negro na graduação, em princípio busquei saber se existia um movimento negro ativo nesta cidade, foi então que tive os primeiros contatos com a militância local. Nesse sentido, durante graduação me propus a fazer uma análise sobre o Movimento Negro de Campina Grande, verificando quais eram as suas atividades, suas principais lutas e reivindicações diante das desigualdades e da exclusão que são geradas pelas diversas formas de discriminação racial. Como consequência da inserção no campo, em meados de 2014 fui convidada a compor a comissão de organização da Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro em Campina Grande, que deveria acontecer no mês de agosto. A partir de então meu contato com a militância negra se estreitou. Passei a frequentar as reuniões que antecederam a Marcha e participei ativamente da mesma, o que detalharei melhor nos próximos capítulos.

A minha imersão no campo se deu a partir da observação participante, que, não tendo sido, por si só, suficiente, fez surgir a necessidade de recorrer a diversas outras fontes de dados, tais como a participação em eventos, levantamento documental e realização de entrevistas, tudo isso, permeado por uma convivência com os militantes que, por sua vez, me possibilitaram ter conversas informais que foram preciosas para compor as interpretações que conformaram os resultados desta pesquisa. A revisão de literatura sobre movimento negro e a exposição de conceitos e o modo como serão utilizados percorrem os capítulos que compõem esse trabalho e serão acionados sempre que forem pertinentes.

Assim, no primeiro capítulo busco abordar os contextos nacionais e internacionais que proporcionaram o surgimento da luta antirracista, antes mesmo do fim do regime de escravidão em 1888. Procuo enfatizar o panorama social, cultural e também político, capaz de ajudar na compreensão da luta do povo negro no Brasil. Faço também uma revisão de parte da trajetória do MNGC, desde a sua fundação em 1988, até os dias atuais, atentando para as particularidades desse processo e a sua relação com história do negro numa conjuntura nacional, com ênfase nas fases pelas quais tem passado o movimento negro no último século, bem como as principais

instituições, dando atenção especial ao conceito de movimentos sociais e abordando algumas teorias científicas que contribuíram na construção e, posteriormente, na luta pela desconstrução do racismo.

No segundo capítulo busco evidenciar a composição das duas principais frentes de atuação do MNCG, mostrando como cada uma delas atuou através da promoção de eventos e do engajamento com outras instituições no decorrer do ano de 2016, tendo em vista que o engajamento na luta se expressa através de diferentes atividades, configurando uma militância diversa e multifacetada. Por isso busco apresentar boa parte das atividades promovidas por essas duas vertentes do movimento, me detendo no modo como tais atividades se desenvolvem na luta pela legitimidade e representatividade do povo negro na cidade de Campina Grande, procurando descrever as ações do MNCG que a mim foi possível acompanhar no ano de 2016. Enfatizo também qual é a relação da militância com a capoeira, o povo de santo, sem esquecer da sua inserção no universo acadêmico, procurando delimitar as principais diferenças entre as ações dessas frentes e o modo pelo qual atuam cada uma delas no espaço acadêmico.

No terceiro e último capítulo faço uma explanação sobre as ações da militância antirracista campinense e o seu envolvimento junto aos órgãos públicos, procurando compreender a forma pela qual as distintas formas de atuação configuram a heterogeneidade das formas de combate ao racismo. Neste mesmo capítulo também busco perceber se a inserção nos órgãos públicos contribui para a implementação de políticas públicas afirmativas mais efetivas e se isso se reflete na organização da militância, enquanto movimento social. A fim de contextualizar o leitor, foi necessário traçar um breve panorama sobre a trajetória política do movimento negro em âmbito nacional, com ênfase na influência da cultura negra no Brasil, e sobre como essas formas de resistência negra se desenvolveram ao longo das décadas, refletindo na luta contra o racismo até os dias atuais. Quando analisadas a partir de seus contextos histórico particulares, cada uma dessas lutas revela, em si, a busca pelo estabelecimento da dignidade da população negra.

## 2 MILITÂNCIA NEGRA EM CAMPINA GRANDE

De acordo com Maria da Glória Gohn<sup>6</sup> em “Teoria dos Movimentos Sociais” (1997), historicamente, os movimentos sociais têm contribuído sobremaneira para organizar e conscientizar a sociedade, já que apresentam conjuntos de demandas através de pressões e mobilizações. Não são movimentos unicamente reativos, movidos puramente pelas necessidades, podendo surgir e desenvolverem-se a partir da reflexão sobre sua própria experiência. Visam a construção de uma sociedade democrática e de novas culturas políticas de inclusão, nisso, contido o reconhecimento da diversidade cultural. Há uma intensa busca pela justiça social e pela liberdade em forma de autonomia e da constituição do sujeito coletivo. É desta forma que os movimentos sociais tem a capacidade de redefinir a esfera pública, pois têm grande poder de controle social e capacidade de construir modelos de inovações sociais. Gohn (1997) aponta que a partir de 1990, no Brasil, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, a exemplo dos Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais e definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Para a autora, o Movimento Negro deixou de ser apenas um movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial.

Para Marta Fuentes e André Frank (1989)<sup>7</sup>, o que motivaria os indivíduos na participação desses movimentos sociais seria um “forte componente moral e uma preocupação defensiva com a justiça na ordem social mundial” (FRANK, FUENTES, 1989). Deste modo, nos é permitido afirmar que, os movimentos sociais mobilizam seus membros de forma defensiva e ofensiva, contra uma injustiça entendida através de um sentido moral que lhes foi compartilhado. Frank e Fuentes (1989) afirmam ainda que, apesar desta sua natureza defensiva, de suas limitações e suas relações com o Estado, os movimentos sociais são agentes importantes de transformação social, pois os movimentos preenchem espaços nos quais o Estado e outras instituições sociais e culturais não são capazes ou não tem interesse de fazê-lo. Entram em espaços onde

---

<sup>7</sup> A crítica dos autores sobre os Movimentos Sociais tem como pano de fundo a discussão de matriz marxista sobre classe operária como sujeito histórico da futura revolução proletária.

não existem instituições, ou mesmo, quando estas instituições tem uma postura contrária aos interesses da população. Deste modo, os movimentos sociais seriam inovadores tanto no social, quanto no cultural e também na luta política.

Ao argumentar sobre marxismo e movimentos sociais, Andréia Galvão (2008) afirma que os conflitos sociais se manifestam de diferentes formas, em diferentes níveis e abordam conteúdos distintos. Eles são a manifestação de contradições estruturais. É possível pensar nas diferentes formas e objetivos de mobilização coletiva, dentre elas, estão a luta por reformas econômicas, tais como a distribuição de renda; a reforma das instituições políticas, como mais participação, democratização; ampliação da cidadania e preservação; ampliação de direitos sociais e mudanças das práticas e dos valores sociais, a exemplo das novas relações de gênero, raciais, dentre outros. Neste sentido, os movimentos sociais seriam portadores de um desafio político, definido por sua capacidade de modificar o sistema socioeconômico no qual surgiu. A luta da mulher, do negro e do índio, por exemplo, tem características específicas, mesmo em uma sociedade capitalista. Esses grupos sociais são plurais e heterogêneos e essa heterogeneidade existe, inclusive, dentro dos próprios grupos, mas isso não impede a construção de uma estratégia comum, quando o objetivo é o bem-estar coletivo.

Ângela Alonso (2009) afirma que, a mobilização seria o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle sobre os recursos necessários para sua ação. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, muitas das vezes, portador de um projeto cultural, em busca de democratização social visando uma mudança de longa duração, no seio da sociedade civil. Os novos movimentos sociais defenderiam, portanto, uma política expressiva, voltada para a afirmação de identidades e para a preservação da autonomia e de formas de vida e seriam, portanto, formas de resistência com motivações de ordem simbólica, voltadas para a construção e/ou reconhecimento de identidades coletivas. Estes movimentos seriam uma espécie de redes de interações informais entre indivíduos plurais ou grupos em conflitos políticos ou culturais, cujas identidades coletivas são partilhadas.

Gohn (1997) afirma que um movimento social com continuidade é aquele que cria sua própria identidade, conforme surgem suas necessidades e desejos com base naqueles elementos com os quais se identifica. Não se assume ou veste uma identidade de maneira compulsória, apenas porque se tem uma etnia ou um gênero, já que o reconhecimento da identidade política se faz no processo de interação dos

sujeitos e na própria luta ante a sociedade civil e política. Assim como Barth (1998), que defende que a construção da identidade se dá em meio a disputas e tensões. Na maioria das vezes esses movimentos, ao mesmo tempo que estão questionando as estruturas, também estão indicando outros caminhos, propondo novas formas de organização e mudança social (GOHN,1997, p. 12). As oportunidades políticas, os símbolos e códigos construídos no processo de mobilização, são vistos como recursos, instrumentos e meios para certos fins. Através das ações diretas, visam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (GOHN,1997, p. 123). Os valores básicos defendidos por esses movimentos são autonomia pessoal e identidade, em oposição às formas de controle centralizadas. Devemos considerar as ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo, bem como a estrutura sociopolítica e econômica em que estes se encontram. Esses movimentos são vistos como processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito (GOHN,1997, 240-245). Nas palavras da autora, movimentos sociais são

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN,1997, p. 251).

A autora explica ainda que, internamente, o princípio de articulação entre os envolvidos é a solidariedade, a partir de uma base referencial comum, relativa aos valores e ideologias, construídos na trajetória do grupo, ou mesmo advindos dos usos e tradições compartilhados pelo conjunto. Quando se fala em solidariedade, não implica necessariamente que os movimentos sejam harmoniosos ou homogêneos, pois é comum que existam conflitos internos, porém, os discursos elaborados e da forma como se apresentam publicamente, ou mesmo as práticas articuladas nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade e uma visão de totalidade:

A solidariedade é o princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o - não-movimento – seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças internas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. Para tal é preciso que se observem os códigos político-culturais que eles constroem, pois são estes códigos que sistematizam as demandas e criam sobre elas representações (GOHN,1997, p. 252).

Ela explica que para estudar os movimentos sociais devemos considerá-los tanto do ponto de vista interno quanto externo. Tendo em vista que, internamente eles constroem repertórios de demandas de acordo com alguns valores, crenças e ideologias, ao mesmo tempo, organizam estratégias de ação que os projetam para o exterior do grupo. Os elementos internos a serem analisados são, portanto, suas demandas, reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram sua composição social e suas articulações. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que estão inseridos, bem como as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral, as relações do movimento com órgãos estatais e com outras instituições e atores da sociedade civil. O conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo. Devem ser analisadas também as representações que eles têm de si próprios e do outro, as suas conquistas e derrotas e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias (GOHN,1997, p. 256). Essa cultura política que se constrói ao longo de suas trajetórias, apesar da importância da herança de tradições passadas, é algo vivo e operante, ou seja, ela se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano.

Ao passo que participam das ações coletivas, os sujeitos tornam-se capazes de avaliar e identificar se os projetos e propostas são realizáveis e adaptáveis à realidade social na qual se encontram. A médio ou a longo prazo, isto corrobora com o aprendizado sociopolítico, contribuindo assim para a construção de valores, desenvolvendo uma cultura política alternativa à cultura vigente.

Até aqui, compreendo por movimento social um grupo minimamente organizado que pode possuir ou não uma liderança, mas que possui objetivos em comum, tendo por base uma mesma doutrina, valores e ideologia, cuja finalidade principal é a mudança social. Movimento negro seria, pois, a luta dos negros na tentativa de resolver questões na sociedade em que vivem. Questões estas que são provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais que os marginalizam, quer

seja no mercado de trabalho, na educação escolar ou no que se refere aos aspectos políticos, sociais e culturais.

Ao longo deste capítulo faço um panorama sobre o conceito de movimentos sociais e também do desenvolvimento do movimento negro no Brasil. Falarei também da trajetória do MNCG desde a sua fundação. Em princípio, as ações conjuntas, antes dessa divisão do MNCG serão colocadas de uma maneira geral, sem fazer distinções entre as frentes. Tratarei das ações de forma separada, definindo a atuação de cada uma das frentes, somente a partir do segundo capítulo.

## 2.1 MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO E SUAS FASES

Por mais de trezentos anos, o sistema econômico brasileiro foi sustentado pela mão-de-obra escrava, principalmente, através dos africanos que foram trazidos para o Brasil. A maior parte da riqueza produzida, consumida no país ou exportada, foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos cativas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos para exportação, porém, muito mais que um sistema econômico, a escravidão moldou condutas e gerou desigualdades sociais e raciais. A partir dela, instituíram-se os lugares em que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade. Era sobre quem mandava e quem obrigatoriamente devia obedecer (ALBUQUERQUE, 2006). Assim, ao surgir a escravidão, estava-se, também, criando simultaneamente o racismo brasileiro. Neste sentido, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo, criou a opressão racial (idem, 68).

Depois de ter sido proibido o tráfico em, 1850, a cada ano crescia a oposição à escravidão na sociedade brasileira. Leis como a do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885), tiraram dos senhores o poder de decidir sobre a concessão da alforria, passando esta a ser de domínio do governo, através do *poder judiciário*. Essa lei tinha o intuito de favorecer os escravos que, utilizando-se dos mecanismos da lei, pressionavam os seus senhores, a fim de obter a alforria. Com o passar das décadas, os escravos intensificaram a resistência fora dos parâmetros legais, o que contribuiu para o aumento de fugas, formação de quilombos, rebeliões e, muitas das vezes, no ato de cometer assassinatos contra seus senhores e feitores. Em paralelo à essas revoltas, o movimento abolicionista se fortalecia. A pressão dos abolicionistas e a desestabilização social que as fugas e revoltas estavam provocando, foram de fato

decisivas para o fim da escravidão. Em 1888 a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel, pondo fim oficial ao regime escravista (ALBUQUERQUE, 2005, p. 311).

Segundo Azevedo (2004), esses teriam sido os primeiros indícios de mobilizações dos negros contra a opressão que a sua raça vinha sofrendo. Na mesma linha de pensamento, Souza (2005) afirma que os papéis dos movimentos coletivos e individuais dos escravos foram decisivos, pois tornaram inviável a manutenção do esquema escravagista, precipitando o término da escravidão, que em momentos anteriores era tida como fundamental para a economia do país. Todavia, os conflitos que a polícia tentara conter após o emblemático 13 de Maio, acabavam por desvelar que a Lei Áurea não havia encerrado a tensão “racial” que a escravidão produzira, muito pelo contrário. O fim da escravidão em 1888, e da monarquia em 1889, gerou instabilidade social e incertezas acerca do futuro do país (Albuquerque, 2005: 203).

Em “Tráfico, cativo e liberdade”, Manolo Florentino (2005) explica que, em meados de 1884, a escravatura brasileira já era uma instituição moribunda. Perseguida, talvez já rejeitada pela opinião pública, só era defendida por uma pequena parte da população (FLORENTINO, 2005, p. 255). Antes mesmo da Abolição em 1888 já havia proibição de castigo corporal contra os escravos. Esperava-se que com o fim da escravidão no Brasil, população negra agora seria melhor reconhecida, socialmente, mas não foi isso que aconteceu. Como assegura Florentino:

Nos últimos anos do século XIX, depois de caos, ditadura e até de uma insensata guerra civil [Segunda Guerra Mundial], a sociedade brasileira reverteu às normas que haviam sido ameaçadas pela curta experiência abolicionista e milhões de brasileiros, particularmente aqueles cujas peles escuras os marcavam como descendentes de escravos, continuavam vivendo de uma forma muito semelhante àquela em que viviam sob a escravatura – já legalmente livres, mas incapazes de competir em liberdade devido a sua classe e cor, com poucas alternativas além de trabalharem as terras de outros homens, na pobreza e no servilismo ou migrando para um ambiente urbano precário, onde as oportunidades se limitavam normalmente ao mais humilde e mais duro dos trabalhos (FLORENTINO, 2005, p. 337).

O autor completa, dizendo que, apesar da abolição ter sido uma grande vitória para os brasileiros, e de esta lhes ter dado uma medida de orgulho e um breve sentido de grandeza, a mesma não criou um ambiente em que os antigos escravos pudessem erguer-se rapidamente ao nível de prósperos participantes da vida nacional. Mais de um século se passou desde a libertação e ainda milhões de seus descendentes não alcançaram a igualdade de oportunidades imaginada, para eles, por eles e pelos líderes abolicionistas (FLORENTINO, 2005, p. 337). Afastados do mercado de

trabalho e das oportunidades de ascensão social que, por exemplo, a escolarização poderia lhes proporcionar, os negros são, em consequência disso, colocados à margem da sociedade.

Ao citar Regina Pinto, Amílcar Pereira (2013) pontua que a própria expressão “Movimento Negro” teria surgido em 1934, num texto publicado no jornal *A Voz da Raça*, que era o órgão de divulgação da Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>8</sup>. No entanto, a expressão passou a ser utilizada de forma recorrente pelos militantes que se engajaram na luta antirracista a partir da década de 1970.

É difícil traçar uma continuidade que contemple as diferentes correntes políticas que constituíram o movimento negro brasileiro, bem como as fases definidas, já que os eventos e manifestações aconteciam simultaneamente em diferentes lugares e com diferentes características, apesar dos elementos comuns e das muitas semelhanças em relação às formas de atuação e estratégias adotadas pelos ativistas dessas organizações (PEREIRA: 2013, p. 95). A tradição da luta contra a discriminação racial, composta por diferentes tipos de organizações políticas e culturais em vários setores da população negra brasileira, desde o final do Século XIX, foi importante para o surgimento do movimento negro contemporâneo no Brasil, no início dos anos 1970. A oposição ao chamado “mito da democracia racial” - termo que melhor explanaremos no próximo tópico - e a construção de identidades político-culturais negras foram a base para a articulação das primeiras organizações desse movimento contemporâneo. Uma das características mais relevantes do movimento negro na contemporaneidade é a busca pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil e também da valorização das suas contribuições culturais na construção e composição da sociedade brasileira.

## 2.2 DEBATE ACADÊMICO SOBRE RACISMO: MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Em 1933 Gilberto Freyre publica *Casa Grande e Senzala*, uma das suas principais obras, na qual ele aponta para a contribuição cultural do negro, do índio e do português na formação da sociedade brasileira, retratando a ideia de uma mestiçagem harmoniosa, tendo em vista que o Brasil teria uma identidade nacional

---

<sup>8</sup> A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada em São Paulo no ano de 1931, é considerada uma das maiores entidades negras do século XX. Seu principal objetivo era integrar o povo negro à sociedade. Era um *órgão político e social da raça* e chegou a ser partido político. Retomarei mais adiante para situar o leitor sobre o que foi e como atuou a FNB.

peculiar, resultante da mistura entre as raças branca, negra e indígena. Segundo Guimarães (2004), a grande contribuição de Freyre, em *Casa grande e senzala*, é a afirmação de que negros, índios e mestiços contribuíram positivamente na formação da cultura brasileira, reconhecendo, portanto, a dívida cultural que esta nação tem com essas populações. O autor, Gilberto Freyre foi o primeiro a retomar a ideia de paraíso racial brasileiro, conferindo-lhes um caráter científico.

Uma outra grande contribuição de iniciativa do autor Gilberto Freyre, foi a realização do primeiro Congresso Afro-brasileiro (1934) na cidade de Recife. Lá, estavam presentes alguns dos mais importantes pesquisadores da temática racial, brasileiros e estrangeiros. O encontro visava analisar cientificamente os problemas relativos aos negros e, também, propor políticas públicas para resolvê-los. Escravidão, quilombos, variações linguísticas, religião e aspectos psíquicos dos negros, foram os temas das discussões. A partir do encontro, esses pesquisadores passaram a perceber que a questão negra era um campo de pesquisa fértil e ainda pouco explorado no Brasil. O congresso conseguiu incentivar as pesquisas sobre as religiões afro-brasileiras e a capoeira, na época, ainda vistas como “folclore negro”.

Guimarães aponta para o fato de que a ideia de que o Brasil seria uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas “de cor” a cargos oficiais e a posições de riqueza ou prestígio, estavam difundidas por todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Mas depois de 1964, no contexto do rompimento da democracia brasileira, estava clara a ideia de que a “democracia racial” era, de fato, um mito. Em oposição a esta ideia de democracia racial, Florestan Fernandes, crítico da obra e das ideias de Freyre, cunha o termo “mito da democracia racial”.

Fernandes, essa ideia de democracia racial pela premissa da mestiçagem, embotava a percepção das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Envolvido desde o início da década de 1950 com o Programa de Pesquisa sobre Relações Raciais no Brasil, patrocinado pela Unesco<sup>9</sup>, Florestan Fernandes desmentiu a tese

---

<sup>9</sup> Os fatores raciais que resultaram na da 2ª Guerra Mundial, o surgimento da Guerra Fria, o processo de descolonização africana e asiática, e a perpetuação de grandes desigualdades sociais e raciais em todo o mundo, a UNESCO procurou encontrar soluções universalistas que erradicassem os efeitos do racismo. O Brasil foi escolhido para ser um dos polos de investigação dos dilemas vividos pelo mundo ocidental. A UNESCO procurava enxergar na sociabilidade brasileira um modelo para o mundo. Desde o início da montagem do projeto, a resolução da UNESCO era de organizar no Brasil uma investigação sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos. Os dados e análises sobre o preconceito e a discriminação

sobre a inexistência de racismo no Brasil. Em 1964 conclui a tese *A integração do negro na sociedade de classes*, demonstrando como a desigualdade de acesso de negros e mulatos ao mercado de trabalho constituía obstáculo para a realização de uma sociedade democrática no Brasil (PEREIRA, 2010 p. 134).

Grande parte dos estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes demonstraram a insustentabilidade da ideia de democracia racial e da ausência de preconceito racial no Brasil. Suas análises chegaram à conclusão de que o preconceito racial era amplamente praticado no país. Manifestando-se de modo decisivo, justamente na dificuldade da população negra de se inserir como cidadão pleno numa sociedade institucionalmente liberal e de economia industrial, impedindo que, mesmo após a abolição de 1888, a população negra participasse de forma efetiva na nova sociedade de classes (Kern, 2014).

Guimarães (2008) explica que, quando Florestan Fernandes fala sobre *o mito da democracia racial*, ele estava querendo dizer que essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, tendo em vista que nem expressava um ideal, tampouco existia na prática. Ou seja, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra, a medida que sustentava um discurso de dominação. Sua verdadeira face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros.

Para Freyre a miscigenação havia garantido o equilíbrio dos antagonismos presentes no processo de formação da sociedade brasileira, criando condições para o surgimento de uma civilização original. Essa miscigenação, que teria se dado no âmbito da cultura, restringindo sua aplicação à biologia, mas também permitindo que ela se ligasse ao conceito de democracia. Negando justamente a função democratizante da miscigenação, tão propagada a partir de Freyre, os estudos de Fernandes colocaram em xeque a democracia racial. A miscigenação e a convivência harmônica entre as raças, tão

---

racial nas diferentes regiões revelou o cenário multifacetado do país. O trabalho da Unesco representou um novo patamar no padrão de pesquisa existente à época. Até então, o trabalho sociológico era realizado com ausência de apoio financeiro. O patrocínio da agência internacional representava prestígio, recursos e trabalho em equipe, além de ser um passo a frente no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil (PINTO, 2007, p. 12;19)

propagada depois de Freyre, não teria impedido que o fenômeno social do racismo se manifestasse nas mais diferentes formas de preconceito racial.

### **2.2.1 Fases e faces de um movimento com objetivo em comum**

Utilizo-me aqui do conceito de raça como categoria sociológica conforme apontado por Guimarães (2003) que afirma que as raças seriam, cientificamente, uma construção social, portanto devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais, pois estamos no campo da cultura simbólica. Ele afirma que as “raças” são efeitos de discursos e que fazem parte desses discursos sobre origem, já que as sociedades humanas constroem tais discursos sobre suas origens e sobre a transmissão de “essências” entre gerações. Esse seria, portanto, um terreno próprio às identidades sociais. Ele explica que o racismo só existe a partir da ideia de divisão em raças e da superioridade de umas em detrimento das outras. Foi isso que possibilitou as hierarquias entre as sociedades.

As pessoas escravizadas foram chamadas de “africanas” e de “negras”, assim, foram, criadas duas identidades na sociedade escravocrata brasileira, em que o negro tinha um lugar e esse lugar era a escravidão (GUIMARÃES, 1995). Nessa sociedade, a raça era nativamente importante, pois dava sentido à vida social, tendo em vista que alocava as pessoas em distintas posições sociais. É nesse sentido que a “cor” passou a ser uma marca de origem, de “raça”. Assim, “raça”, “cor”, *status* e classe estão intimamente ligados entre si. O significado da palavra “negro”, portanto, cristalizou a diferença absoluta: o não-europeu. Nesse sentido, no Brasil, aqueles que tem a pele escura sofrem a discriminação e o preconceito antes reservados ao negro africano. Como “branco”, denominam-se os mestiços de pele clara, que ostentam os símbolos dominantes da *europiedade*, a saber, a formação cristã e o domínio das letras. Nesse sentido, o racismo brasileiro é a negação das diferenças, à medida que qualquer dessas diferenças é avaliada de forma negativa.

Para Guimarães (1995), o racismo se manifesta e se perpetua a partir da restrição da cidadania, através da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças de renda, de educação, bem como pelas desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres. O autor explica que os conceitos de raça e racismo devem sempre estar contextualizados. Guimarães (2008) explana que um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto

de fenômenos, ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. Deste modo, não há um conceito universal, que seja válido em todos os lugares, fora do tempo, do espaço e das teorias. Assim, os termos devem ser compreendidos de modo situacional respeitando os contextos ao qual pertencem.

Assim como em Sansone e Guimarães, utilizo-me do termo “Raça” como uma categoria étnica nativa. Para Sansone (2004), enquanto pesquisadores, devemos desconstruir o significado da negritude e da “branquidade” no contexto de nossos locais de pesquisa. Devemos falar em (processos de) “racialização”, a fim de termos uma visão diferenciada do senso comum. O termo “racialização” sugere que “raça” é uma das muitas maneiras de expressar e vivenciar a etnicidade. “A política da identidade caminha *pari passu* com a política do multiculturalismo. Assim, é vital olharmos para além do conceito de etnicidade” (SANSONE: 2004, p. 16).

Para Sansone (2004), a terminologia racial é sumamente subjetiva e situacional, por esta razão, o termo “negro” tem conotação muito diferente da palavra “preto”. O significado do termo negro passou por uma modificação de sentido, assim como ocorreu, entre décadas de 1970 e 1980, com os termos “bicha” e “bruxa”, que foram apropriados pelos movimentos gay e feminista no Brasil, passando a ter uma associação positivada. Para o autor, o termo negro era mais pejorativo do que preto, havendo então uma ressignificação do termo negro, recebendo uma associação positiva, com conotação de orgulho étnico e associado a uma cultura de origem africana. Em suas palavras: “Atualmente, negro é uma categoria sócio-política de conotação positiva e constitui, por assim dizer, o termo politicamente correto” (idem p. 73).

A aparência e a gestualidade “negra” é frequentemente associada a comportamentos, empregos e posições sociais. No entanto, essas mesmas características têm sido o meio pelo qual estes, como população racializada, reconhecem a si próprios, cujo intuito é de reverter esse estigma social que está associado à negritude, na tentativa de adquirir visibilidade e recuperar a dignidade. Por isso Sansone afirma que negritude não é uma entidade dada, mas um constructo que pode variar no espaço e no tempo, e de um contexto para outro. Sendo assim, “branco” e “negro” existem, em relação um ao outro (SANSONE: 2004, p. 24). A negritude surge aqui em oposição a “branquidade”, já que ser negro para uma pessoa de fora pode não ter o mesmo significado para quem está dentro do grupo. No nosso

país, negritude não é uma categoria racial fixada numa diferença meramente biológica, mas uma identidade racial e étnica que pode estar relacionada, por exemplo, ao modo de administrar a aparência física negra, ao uso de traços culturais associados à tradição afro-brasileira, ao status, ou mesmo uma combinação de todos esses fatores (SANSONE: 2004, p. 25).

No que se refere às culturas negras, ele afirma que não são estáticas e resistentes à mudança, pelo contrário, são constantemente construídas e reconstruídas. Sansone afirma que é necessário mais do que a ascendência africana para que as pessoas se engajem na luta. Tendo em vista que as identidades têm uma lógica interna e formas de representação próprias, ou seja, não são uma réplica do que acontece em outras regiões do Atlântico Negro. O autor argumenta que a “raça” e a identificação étnica nem sempre irão resultar numa política étnica, em conflitos étnicos manifestos, ou num discurso racista explícito. Deste modo, a relação entre a mobilização étnica e um determinado contexto histórico é mediada pela feição étnico-racial de uma comunidade ou de um grupo e por interpretações específicas da genealogia e da ascendência (SANSONE: 2004, p. 251). Afirma ainda que não necessariamente tem que haver uma comunidade para que haja uma identidade étnica. As identidades étnicas relacionadas às diásporas sempre se associaram a comunidades mais ou menos cambiáveis e aprenderam a lidar com frágeis lideranças “locais”.

Sansone sugere que existem dois tipos de identidade negra, a primeira seria identidade negra propriamente dita, entendida como um fenômeno coletivo, e a segunda seria a negritude, entendida como o comportamento e a atitude individuais centrados na manifestação do orgulho negro. A “comunidade” não é uma entidade física ou geográfica, mas uma construção simbólica e passível de mudança (2004, p. 267). Pode-se haver uma forte identificação com as práticas culturais, sem que necessariamente o indivíduo esteja engajado em uma organização ou instituição, tendo em vista que não existe uma ligação direta entre o fenótipo e a etnicidade. Um grupo racializado pode optar por contrabalançar sua marginalização de outras maneiras, que não seja, necessariamente, por uma apresentação rigorosa desta identidade. Suas reações podem estar pautadas na ideia de classe, por exemplo. Ele afirma ainda que as novas identidades negras reivindicam cidadania, direitos civis e acesso ao consumo, já que no Brasil, a pobreza e a miséria são fortes fatores de impedimento para a formação de uma consciência étnica e racial.

Para Sansone, ser “negro” não corresponde à mesma posição social em todas as sociedades. Ter ascendência africana, ser pobre e discriminado não agrega elementos suficientes para que o indivíduo reivindique uma identidade negra (2004, p. 22). É aqui que vemos que raça e classe são elementos distintos, apesar de estarem intimamente ligados, na maioria das vezes. A cultura negra pode ser definida como a subcultura específica das pessoas de origem africana dentro de um sistema social que enfatize a ascendência a partir da cor, como um critério importante de diferenciação ou segregação das pessoas. A existência de uma cultura negra pressupõe a transmissão de padrões ou princípios culturais específicos de uma geração para outra, dentro de certos grupos sociais, os quais podem incluir uma multiplicidade de tipos fenotípicos de pessoas de origem africana (SANSONE: 2004, p. 23).

O autor assinala ainda a importância permanente da classe no estudo da identidade étnica. Para ele, a relação entre a *classe* e a *cor* varia conforme o contexto, oferecendo pouca margem para generalizações universais. A posição nas classes sociais também determina a forma como a negritude é vivenciada. A classe manifesta-se (no Brasil) num comportamento consciente do próprio status, ou mesmo nas atitudes em relação ao trabalho, nos padrões de consumo e nos padrões residenciais (SANSONE: 2004, p. 271-272).

Se as distinções de raça são frequentemente negadas, tanto na cultura da elite quanto no popular, ainda que por razões diferentes, todos reconhecem as distinções de classe. Segundo aponta o autor, a melhor distribuição de riqueza e o acesso a recursos, bem como o acesso ao ensino superior, juntamente com oportunidades de mobilidade social para as pessoas de classe baixa, podem gerar uma maior conscientização, desencadeando uma demanda por direitos civis e de reconhecimento da diversidade etno-racial. Ou seja, as oportunidades financeiras e a educação podem criar condições de possibilidade para as identidades negras. Explica ainda que as novas identidades negras precisam de cidadania, direitos civis e acesso ao consumo, para que possam florescer. No Brasil, a miséria e a pobreza são inimigas da formação de uma consciência etno-racial. Neste sentido, segundo Sansone, a produção cultural e a formação da identidade negra também estão relacionadas com os avanços na área da formação da identidade em geral e da política, do igual modo, o sistema mutável de oportunidades nas áreas urbanas.

Para uma melhor compreensão, faz-se necessário definir o que significa a cultura negra dentro de um determinado contexto. Por isso também que o termo “cultura negra” deve ser compreendido como uma categoria nativa. Esta identidade negra, assim como outras identidades étnicas, é redefinida em relação a outras identidades sociais importantes, baseadas na classe, na raça, no sexo, no local de residência e no grupo etário. Tudo isso produz um sistema fluido, cujas regras estão sempre sujeitas a mudanças, no qual os conflitos de interesse podem resultar num uso amplo e irregular dos termos, e no qual o tipo físico e a “aparência” preferidos são mais *elásticos* do que se costuma presumir (Sansone 2004, p. 61).

Já para Stuart Hall, “‘Raça’ é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo.” (HALL, 2003, p. 69). Em suma, vemos que o conceito de raça, como já discutido por Guimarães e Sansone não é um termo fácil, tampouco teria um único indicador<sup>10</sup>.

Lilia Moritz Shwarcz (1957) em “O espetáculo das raças”, enfatiza que desde o final do século XIX, período pós-escravista, as discussões sobre a construção da nação brasileira giravam em torno da questão racial. Era necessário construir uma identidade nacional e, para isso, era necessário fazer uma “limpeza étnica”. A partir desse pensamento, foi projetada uma política de “branqueamento” através da imigração que visava “importar” europeus para povoar o país. Tal medida configurava uma estratégia racista que arquitetava um “branqueamento” da população que, com o passar dos anos, eliminaria a raça negra.

O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição e que, passando por um processo de cruzamento acelerado,

---

<sup>10</sup> Para Kwame Anthony Appiah (1997) melhor definição da ideia de raça no pan-africanismo, é a de Du Bois, pois ele afirmava que seriam as diferenças que acabavam por separar os homens em grupos. Em Du Bois não existe hierarquização das raças, mas cada uma estaria contribuindo para o aprimoramento da “civilização”, como podemos verificar: “Que é uma raça, então? É uma vasta família de seres humanos, em geral de sangue e língua comuns, sempre com uma história, tradições e impulsos comuns, que lutam juntos, voluntária e involuntariamente, pela realização de alguns ideais de vida, mais ou menos vividamente concebidos. (...) mas, embora as diferenças raciais tenham seguido principalmente linhas físicas, nenhuma simples distinção física realmente definiria ou explicaria as diferenças mais profundas – a coesão e a continuidade desses grupos. As diferenças mais profundas são espirituais e psíquicas – indubitavelmente baseadas nas físicas, mas transcendendo-as infinitamente. As várias raças lutam, cada qual à sua maneira, por desenvolver para a civilização sua mensagem particular, seu ideal particular.” (DU BOIS. *The conservation of race*, 1897: 75,76 e 77. Apud APPIAH, 1997:54). Reconheço a importância da contribuição de Appiah ao formular o conceito de raça, mas ao confrontar o meu campo com o seu conceito, senti que a discussão ficou um pouco distante e foi preferível não fazer uso da definição do pelo autor.

supostamente o Brasil seria, algum dia, branco (SHWARCZ, 1993, p. 12). A tese do branqueamento se fortaleceu no início do século XX contribuindo para o intenso fluxo imigratório vindo da Europa e incentivado pelos governos brasileiros. O que nos permite perceber a dificuldade que os afrodescendentes enfrentaram na década de 1920, como afirma um dos fundadores do *Clube Negro de Cultura Social*, (1923), do Jornal *O Clarim da' Alvorada* (1924) e da FNB (1931), José Correia Leite<sup>11</sup>: “Houve um tempo em que muita gente dizia que a nossa luta não tinha razão de ser porque o negro ia desaparecer. Foi uma ideia gerada por estudiosos” (CUTI, 1992:21).

No que se refere à formação política da militância negra, de acordo com Pereira (2013), a primeira fase do Movimento Negro Contemporâneo organizado ocorre entre o período de 1889 a 1937. O novo sistema político pós-Abolição não assegurou os direitos materiais e simbólicos da população negra levando-os à desigualdade racial em termos culturais, políticos e socioeconômicos. A grande imprensa e os jornais de maior circulação, que tiveram grande contribuição no movimento abolicionista, não demonstraram interesse pelas questões que afligiam a população negra no pós-Abolição. Em contra partida, os jornais fundados por militantes negros, como o Grêmio Dramático, Recreativo e Literário Elite da Liberdade, Kosmos, Treze de Maio, Brinco de Princesa, 28 de Setembro e O Paulistano, tinham como propósito, justamente, criar espaço para a discussão da situação do negro na sociedade brasileira (Albuquerque & Filho, 2006: 260).

A partir dos anos 1920 e 1930, a circulação de informações sobre o combate ao racismo se ampliou muito. Ocorreram intercâmbios entre jornais da imprensa negra entre o Brasil e os Estados Unidos na primeira metade do século XX. Os norte americanos e também os intelectuais acadêmicos observavam o Brasil, interpretavam as lutas daqui, ao mesmo tempo enviavam informações da luta contra o racismo lá<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> In: “...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos/ José Correia Leite”; organização e textos Cuti. – São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. P 301: il.

<sup>12</sup> Segundo Oracy Nogueira, os Estados Unidos e o Brasil constituem exemplos de dois tipos distintos de “situações raciais”. Ainda que, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, o racismo esteja presente, ele aponta que existem claras distinções na forma como esse racismo se manifesta. Explica que no Brasil o preconceito é de *marca* e nos Estados Unidos é *de origem*. Quando o preconceito de raça se manifesta por referencia aos traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*. Quando o indivíduo sofre preconceito pela descendência de certo grupo étnico, diz-se que é *de origem*. “Onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir; onde o preconceito é de origem, o grupo discriminador e o discriminado permanecem rigidamente separados um do outro, em *status*, como se fossem duas sociedades paralelas, em simbiose, porém irreductíveis uma à outra” (NOGUEIRA, 2006). Nos Estados Unidos, o branqueamento, pela miscigenação, não resulta em uma incorporação do mestiço ao grupo

Segundo José Correia Leite (1992), ainda no início do século XX é possível encontrar um intercâmbio entre os jornais brasileiro “Clarim D’Alvorada” e o norte-americano “Chicago Defender”.

O jornal brasileiro era mandado para lá e o americano era enviado pra cá, foi um dos primeiros contatos que o Brasil teve com o negro norte-americano. No entanto, desde os anos 1914 o Brasil era interpretado e apresentado pelo “Chicago Defender” como o paraíso da harmonia racial, o melhor exemplo de liberdade e de igualdade de oportunidades para os negros, pois não havia segregação aqui, como acontecia nos EUA, haja vista que no Brasil, negros e brancos conviviam nos mesmos espaços. Somente após alguns registros de racismo no Brasil, sofridos por alguns norte-americanos, como o caso da antropóloga Irene Diggs, que, por ser negra, não foi aceita no Hotel Serrador no Rio de Janeiro, em março de 1947, o jornal foi mudando de opinião, passando a perceber que, não é que aqui não existia racismo, mas que este acontecia de forma velada.

A imprensa negra, a exemplo de O Clarim d’Alvorada (1924) e o Getulino (1923), denunciava as principais formas de discriminações raciais nos centros urbanos. Tal imprensa foi o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro. Esses jornais, muitas das vezes, eram veículos de informação constituídos por grêmios e clubes e associações de negros. Essa imprensa, os grêmios e o Centro Cívico dos Palmares foram de fundamental importância para a criação da Frente Negra Brasileira – FNB (1931), que tornou-se a maior expressão desse movimento em sua época e obteve conquistas sociais importantes, tais como a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda Civil de São Paulo, que anteriormente negava a admissão de afro-brasileiros aos quadros dessa instituição. O movimento social negro brasileiro, nessa primeira fase, teria como principal característica a busca pela inclusão do negro na sociedade, mas, ainda, sem uma ênfase a especificidade cultural, como vai ocorrer a partir do Teatro Experimental do Negro (TEN)<sup>13</sup>.

---

branco. Enquanto que, no Brasil, a intensidade do preconceito varia conforme os traços negroides. É assim que, nos EUA, o negro é definido de acordo com a pertença social e não em referência aos traços físicos. “Onde o preconceito é de marca, ele tende a ser mais intelectual e estético; onde é de origem, tende a ser mais emocional e mais integral”.

<sup>13</sup> O Teatro Experimental do Negro (TEN) surge em 1944, no Rio de Janeiro. Foi idealizado por Abdias Nascimento, e tinha como proposta a valorização do negro e da cultura afro-brasileira, através da educação e da arte, a partir de uma estética própria. Mais adiante tratarei mais detalhadamente o que foi o TEN.

### 2.3 FRENTE NEGRA BRASILEIRA

Segundo Albuquerque (2006), a Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada como uma entidade negra nacional, nos moldes dos partidos políticos, com pretensões eleitorais. Alguns de seus fundadores foram Francisco Lucrécio, Dr. Guaraná de Santana, Arlindo Veiga da Costa, Raul Joviano do Amaral, José Correia Leite, dentre outros. Inicialmente a FNB se dedicava a atividades educacionais, esportivas e sociais de outras associações negras, mas logo evoluiu para a luta política, atuando, muitas das vezes, como uma espécie de central sindical de trabalhadores negros. A principal meta da FNB era assegurar o lugar da população negra no mercado de trabalho, com garantias legais. Uma das suas principais conquistas foi viabilizar a entrada de negros na Força Pública de São Paulo, que correspondia à atual polícia do estado (ALBUQUERQUE, 2006, p. 265).

Ao reivindicarem do governo brasileiro a implementação de políticas de inclusão, as lideranças da FNB afirmavam que era papel do próprio negro cuidar de sua integração na sociedade, adequando-se às exigências do mundo moderno. Isso implicava, portanto, em deixar de lado todas as práticas culturais de matriz africana, passando a vestir-se e comportar-se de acordo com os padrões vigentes e também em evitar qualquer tipo de problema com a polícia. A ideia da FNB era, então, integrar o negro aos padrões de comportamento predominantes na sociedade, para que assim pudessem superar as desigualdades sociais, evitando o isolamento do negro do resto da população. Nesse sentido, a intenção era de que integração política seria o primeiro passo para a integração social e econômica. Esta forma de mobilização serviu de modelo e se espalhou, nos mesmos moldes, por vários estados brasileiros tais como Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais, criando assim uma rede de informação, solidariedade e mobilização que colocava em contato militantes de diferentes partes do país. Os dirigentes procuravam impor disciplina aos associados, cujo comportamento público e privado devia ser correto. A expectativa da comunidade negra era de que o Estado assumisse a ideia de um país mestiço, no qual racismo não mais fosse tolerado e que, ao mesmo tempo, amparasse a população negra que sofria com a pobreza, o analfabetismo, a prostituição e o alcoolismo. Era o desejo de um Estado forte, capaz de garantir a cidadania aos negros brasileiros.

Em muitos momentos a FNB mostrou-se favorável ao regime de Getúlio Vargas, a quem *A Voz da Raça*, jornal mantido pela FNB, denominou de “esperança

fagueira do nosso Brasil”. A Frente Negra persistiu no objetivo de vir a ser um partido político e eleger negros que pudessem representá-la nas esferas do poder (ALBUQUERQUE, 2006, p. 266). Finalmente, em 1936, a entidade reuniu todas as condições exigidas pela Justiça Eleitoral para formalizar o registro partidário. Mas não houve tempo para a FNB se firmar como partido, pois em 1937, Getúlio Vargas estabeleceu o regime ditatorial denominado Estado Novo. Tal regime acabou com a liberdade de organização política e sindical, de imprensa, de palavra e de manifestação pública. Todos os partidos foram dissolvidos, inclusive a Frente Negra Brasileira.

### **2.3.1 O Teatro Experimental do Negro**

No século XX destaca-se o surgimento do Teatro Experimental do Negro (TEN) fundado em 1944 por Abdias no Nascimento e, atualmente, é tido como a mais importante instituição da luta antirracista e de valorização da população negra no Brasil. Abdias do Nascimento foi uma das principais personalidades do movimento negro, desde a década de 1930, sua atuação se deu enquanto dramaturgo, artista plástico, poeta, escritor e militante político. Esteve entre os fundadores da Frente Negra Brasileira e criou o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1945. Segundo Abdias, o TEN surgiu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros, além de promover as tradições culturais negras. Uma das questões levantadas pelo TEN foi a introjeção do racismo pela própria população negra, tendo em vista a aceitação do ideal de embranquecimento e da supervalorização dos padrões estéticos brancos. Dentre as atividades do TEN estavam as artes cênicas, a poesia, a música negra e a ênfase nas tradições religiosas de matriz africana, incluindo o candomblé. Temos, a partir desse momento, uma mudança que gera a valorização da herança cultural africana e a percepção da ideia de mestiçagem de forma positiva. Essas foram as marcas do movimento negro brasileiro dos anos 1950. Celebrava-se a identidade mestiça do Brasil, a originalidade de um país que sintetizava referências africanas, indígenas e europeias (ALBUQUERQUE, 2006, p. 274).

A história do movimento negro é parte da própria história do Brasil, pois as questões sobre o movimento negro são questões sobre a sociedade brasileira como um todo. As lutas antirracistas neste país sinalizam para um reconhecimento do racismo como uma característica estruturante da sociedade brasileira. Desde a

gênese do movimento negro existe a reivindicação de uma identidade através dos eventos e mecanismos de ação. Os traços físicos e culturais que antes eram rejeitados e reprimidos por não se encaixarem nos padrões de beleza local e europeu, ganham ressignificação, passando a ser assumidos como marcas da identidade afro. Assim, as religiões, os costumes, as características físicas e os acontecimentos históricos, sob o ponto de vista da tradição afro-brasileira, passam a ser considerados como meios de consolidar a identidade étnica, conferindo novo significado a esta tradição. Tais elementos servem como ponto de partida para um discurso de inserção do grupo na construção de uma identidade nacional heterogênea.

### **2.3.2 O movimento negro na contemporaneidade**

O movimento negro contemporâneo brasileiro, a partir da década de 1970 sofre influência dos movimentos sociais em geral, especialmente no que se refere às lutas dos direitos civis nos Estados Unidos e nas lutas por libertação nos países africanos, incluindo países colonizados por Portugal, (PEREIRA, 2010, p. 107).

De acordo com Pereira (2010), como vimos no item anterior, em resposta aos processos de “exclusão” social que vinham sofrendo ao longo dos séculos, os negros procuram, a partir da década de 1970, através das entidades e da imprensa própria, um caminho para alterar sua imagem, e autoimagem buscando, também, desvencilharem-se dos lugares inferiorizantes a eles destinados pela estrutura social, pois tinham a percepção de que os africanos que foram trazidos como escravos tiveram um papel civilizador e de que foram um elemento ativo e criador, visto que transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura. Muitas das práticas da criação de gado eram de origem africana.

A mineração do ferro no Brasil foi aprendida dos africanos. “Com eles a língua portuguesa não apenas incorporou novas palavras, como ganhou maior espontaneidade e leveza. Enfim, podemos afirmar que o tráfico fora feito para escravizar africanos, mas terminou também africanizando o Brasil” (Albuquerque & Filho, 2006: 43). O combate à discriminação e a denúncia do mito da democracia racial buscam a afirmação de uma identidade negra positivada, por isso mesmo são estas as principais características do movimento negro contemporâneo na década de 1970.

O movimento “Black Power” (1960), surgido nos Estados Unidos como forma de protesto contra a segregação racial, repercutiu no Brasil na década de 1970 como um movimento de identidade racial, no qual os negros, militantes ou não,

apresentavam orgulhosos a sua identidade à sociedade. Outra influência era o *Soul*, um gênero de música norte americana que visava aumentar a autoestima dos negros através da música com slogans do tipo “black is beautiful”. Esses movimentos acabaram influenciando o movimento Black Rio. Algumas músicas do bloco Ilê Aiyê no carnaval de Salvador em 1975 traziam expressões do tipo “black power” e “Mundo Negro”, um indicativo da influência do movimento Soul. O bloco afro Ilê Aiyê se utilizava de influências africanas e norte americanas, sempre com um caráter político de enfrentamento ao racismo e afirmação da identidade negra, tornando-se referência pra outros blocos no restante do país. Os movimento dos Panteras Negras também tiveram grande influência nos movimentos negros brasileiro dos anos 1970 (ALBUQUERQUE, 2006).

Além dos Estados Unidos, a grande referência são os movimentos de libertação da África, já que a memória que se buscava construir em relação à este continente, deveria se basear nas lutas travadas pelos negros africanos. Durante a década de 1970, os êxitos obtidos pelos movimentos negros ao redor do mundo, somado às lutas internas contra a ditadura militar, influenciaram o próprio movimento no Brasil e ajudaram na sensibilização da sociedade brasileira sobre a questão racial no país. As pontes estabelecidas entre Brasil e Estados Unidos possibilitavam a troca de ideias e referenciais, ao passo em que permitia a internacionalização do movimento negro brasileiro na sua luta antirracista.

As décadas de 1960 e 1970 foram tempos de grandes transformações culturais e políticas em várias partes do mundo. Nesses anos se levantaram os movimentos estudantis, e feministas na Europa e EUA, dos hippies, a luta ambiental, e a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis. Também ocorreram as guerras de independência de países africanos, a guerra do Vietnã e os movimentos guerrilheiros na América Latina. Aqui no Brasil vivia-se a repressiva ditadura militar, o que resultou no fechamento do Congresso Nacional e na cassação dos direitos políticos dos parlamentares, na dissolução dos partidos políticos, proibição de organizações operárias, camponesas, estudantis e também do movimento negro. A existência de racismo foi negada pelo governo, pois queria se passar a imagem de que o Brasil vivia em perfeita harmonia racial. Como efeito dessa repressão, algumas organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer (ALBUQUERQUE, 2006, p. 281).

## 2.4 MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Conforme apresenta Pereira (2013), desde a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), no final dos anos 1970, o Movimento Negro se organizou política e discursivamente como um movimento novo, pois pensavam diferente de tudo o que já havia existido antes. Este movimento passara a associar os conceitos de raça e classe como sendo interligados. Rejeitavam a ideia de que a sociedade brasileira via a mestiçagem como sendo algo positivo, mas que, ao contrário, este era um discurso hipócrita que só reforçava o mito da democracia racial. O movimento negro atenta para a necessidade de se traçar um passado histórico dignificante dos negros, com o intuito de modificar a imagem inferiorizante que foi imbuída ao longo dos séculos. Muito embora a contribuição africana seja vista, a partir daí, de modo muito diferente dos momentos históricos anteriores, isso não significa dizer que o sujeito negro foi elevado à mesma categoria do branco. Ele ainda é o outro, o diferente, portador de uma cultura exótica. É, portanto, como movimento social organizado, surgido no Brasil como sendo parte de um processo de contestação que o movimento negro contemporâneo se levantou.

A partir da década de 1970 os militantes negros passaram a ter uma melhor articulação de suas ações numa entidade nacional. É então que surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (1978). No dia 7 de julho deste mesmo ano, ocorreu um ato público que reuniu centenas de pessoas em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, visando denunciar a tortura e assassinato do jovem negro Robson Silveira da Luz em uma delegacia. Outra denúncia foi a discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Regatas Tietê. Essa manifestação impactou fortemente a política negra. O Brasil, ainda no regime militar, reprimia todo tipo de reunião e manifestações em praça pública, neste sentido, a manifestação representava um desafio à ditadura.

Foi tempo de luta para os negros norte-americanos em favor dos direitos civis. Nesta época também ocorreram as guerras de independência de países africanos, movimentos guerrilheiros na América Latina e a guerra do Vietnã. No Brasil, se enfrentava a repressão da ditadura militar, que fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos de parlamentares, banuiu partidos políticos, proibiu organizações operárias, camponesas e estudantis, prendeu, torturou e eliminou militantes de esquerda. Os militantes negros e seus apoiadores não ficaram de fora dessa repressão. O governo negava o racismo, afim de propagar que o Brasil vivia numa

perfeita harmonia racial. Por esta razão, algumas organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer (ALBUQUERQUE, 2006, p. 281).

A formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que depois passou a ser Movimento Negro Unificado (MNU), contestava a ideia de uma democracia racial brasileira. Porém, a questão racial também não encontrava lugar nas organizações de esquerda, tendo em vista que, para essas organizações, a desigualdade e o preconceito raciais eram fruto da exploração da classe dominante no sistema capitalista e só poderia ser vencida através da revolução socialista (ALBUQUERQUE, 2006, p. 290). De acordo com esse ideal, ao se eliminar as desigualdades sociais, automaticamente se eliminaria a desigualdade racial.

O surgimento do MNU deu novos moldes a militância política nos anos da ditadura militar. O MNU contribuiu para uma maior organização da militância, ao mesmo tempo em conscientizou os grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial na sociedade brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, diversas outras organizações negras foram criadas. Um levantamento feito em 1988 indicou a existência de 343 organizações negras de todos os tipos, 138 delas em São Paulo, 76 no Rio de Janeiro, 33 em Minas Gerais, 27 na Bahia e as demais espalhadas por outros estados (p. 294).

No Programa de Ação de 1982, o MNU defendia desmistificação da democracia racial brasileira e exigia uma organização política da população negra. Lutavam também pela implantação do ensino de História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. O MNU tornou-se um marco na história do protesto negro por ter viabilizado a unificação da luta de todos os grupos e organizações antirracistas em nível nacional, com o objetivo de fortalecer o poder político do movimento negro.

O movimento passou a assumir as origens africanas como forma de identidade, buscava-se uma identidade étnica específica do negro. Houve então a incorporação do padrão de beleza, indumentária, religiões e da culinária africana. Trata-se da adesão de toda uma estética da negritude: vestuário, penteados, e adereços ditos afro. Essa adesão está relacionada a uma valorização/adoção de elementos da cultura africana. Na imprensa negra surgem jornais como o SINBA (1977), o Jornegro (1978) e o Quilombo (1980).

A partir de 1980 ativistas negros em vários estados buscavam espaços de interlocução com os poderes públicos. Os setores mais radicais do movimento

consideravam lutar contra o racismo sem vinculação com partidos políticos e com o Estado. Em 1983 Abdias do Nascimento se torna Deputado Federal, fato que viabilizou discussões sobre as questões raciais no Congresso Nacional. A criação do Conselho de Participação e desenvolvimento da Comunidade Negra criado em 1983 é um exemplo de uma articulação entre movimento negro e Estado<sup>14</sup> (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 272).

Em 1986 ocorreu a Convenção Nacional “O negro e a constituinte”, organizada pelo MNU, considerado como um importante evento para o movimento negro naquela época, pois foi nesse congresso que surgiram as propostas de criminalização do racismo e da regulamentação das terras de quilombos, mas detalharei melhor este assunto no terceiro capítulo. Outra importante determinação da Constituição de 1988 foi a criminalização do racismo, passando a ser *crime inafiançável*, sujeito à pena de reclusão. Essas foram algumas das importantes conquistas, por meios legislativos, conseguidas através da luta do movimento negro.

No ano de 1988 acontece o Centenário da Abolição, o que motivou alguns setores do movimento negro a discutir sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Em 11 de maio de 1988 A “Marcha contra a farsa da Abolição”, realizada na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, que questionava a harmonia social e denunciava o racismo. Também em 1988 é criada a Fundação Cultural de Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, cuja finalidade era promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos que decorrem da influência negra na formação da sociedade brasileira.

É comum pensar que o movimento negro organizado só começa depois da criação da Frente Negra Brasileira (1930) e retomado posteriormente com Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Mas vimos que já havia articulações de atores e grupos negros em momentos muito anteriores. Por isso podemos dizer que o movimento negro contemporâneo acumula experiência de gerações passadas e é, portanto, herdeiro de uma tradição de luta antirracista que se levantou muito antes da Abolição, em 1888.

---

<sup>14</sup> Essa discussão sobre esse tipo de articulação será discutido de forma detalhada no terceiro capítulo.

### 2.4.1 As mulheres negras e sua importância na militância antirracista

É importante destacar aqui o movimento de mulheres negras, que se levanta a partir da percepção de que existem especificidades na forma como mulheres e homens sofrem a discriminação racial. Em abril de 1983 é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, no entanto, dentre as 32 mulheres que compunham esse conselho, nenhuma era negra. Em reação a isso, um grupo de mulheres negras de São Paulo se reuniu e constituiu o Coletivo de Mulheres Negras (1984), fundado por Sueli Carneiro<sup>15</sup> e Edna Roland<sup>16</sup>, também na cidade de São Paulo. Este coletivo conseguiu incluir duas de suas representantes no Conselho Estadual da Condição Feminina. É importante ressaltar que essa postura foi tomada por se entender que as mulheres negras são duplamente estigmatizadas, tanto pela condição de gênero, quanto pela condição racial. A partir de então, passa-se a construir estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática e a se pensar em formas específicas de organização da mulher negra, numa articulação entre gênero e raça. Em virtude da sua atuação nesse coletivo, Sueli Carneiro foi convidada para coordenar o Programa Nacional da Mulher Negra (1987), dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça (PEREIRA, 2010, p. 220).

É importante também destacar aqui a figura de Lélia Gonzalez<sup>17</sup>, tendo em vista que ela foi uma das mais importantes ativistas negras nas décadas de 1970 e 80,

---

<sup>15</sup> Sueli Carneiro nasceu na cidade de São Paulo em 24 de junho de 1950. Formada no curso de filosofia da Universidade de São Paulo (USP) em 1980, foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984, e conselheira e secretária geral do Conselho Estadual da Condição Feminina do estado. Coordenou o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de março de 1988 a julho de 1989, e é uma das sócias fundadoras do Reledes, Instituto da Mulher Negra, localizado em São Paulo, onde ocupa os cargos de coordenadora executiva e coordenadora do Programa de Direitos Humanos/SOS Racismo desde 1988. É doutora em filosofia da educação pela USP.

<sup>16</sup> Fundadora do Bloco Afro Alafíá, em 1984, do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1984, do Geledés, em 1988 e da Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, em 1997. Assessorou a Delegação Brasileira à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, em 2001, da qual foi eleita Relatora-Geral. Foi indicada pelo Secretário-Geral Kofi Annan, da ONU, para integrar o Grupo de Pessoas Eminentemente encarregadas de monitorar a implementação do Programa de Ação de Durban. Desde maio de 2003, é a Coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da UNESCO para a região de América Latina e Caribe.

<sup>17</sup> Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), militante do movimento negro, graduada em história e geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrado em comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado em antropologia na Universidade de São Paulo (USP). Foi professora em escolas e em instituições de ensino superior no Rio de Janeiro, como a PUC, a Uerj e a UFRJ. Candidatou-se a deputada federal pelo Rio de Janeiro nas eleições de 1982, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e a deputada estadual nas eleições de 1986, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Escreveu "Lugar de Negro", junto com Carlos A. Hasenbalg (Rio de

tendo sido uma das primeiras a chamar a atenção para a importância da organização das mulheres negras. Em 1988, é criado em São Paulo o GELEDÉS, uma organização política que tem como propósito o combate ao racismo e a valorização das mulheres negras.

Para isso, o GELEDÉS oferece, por exemplo, orientação e acompanhamento legal e suporte psicológico a mulheres em situação de violência doméstica e sexual. Mais recentemente, em 2001, 25 entidades, inclusive o GELEDÉS, formaram uma espécie de confederação a que chamaram Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, com o objetivo de melhor coordenar discussões que levem à formulação e implementação de políticas públicas especificamente voltadas para o setor feminino da população negra (P. 292).

No início da década de 1990 vem o impacto das ONGs negras<sup>18</sup> por todo o Brasil. Algumas dessas ONGs tiveram apoio financeiro, proporcionando, a muitos dos militantes engajados, militarem de forma profissional dentro das mesmas. Em 1995 ocorre a *Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela cidadania e a Vida*, em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi. Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente da República a reconhecer publicamente a existência de discriminação racial em nossa sociedade. E em 9 de janeiro de 2003 é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a lei que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados (Pereira: 2010).

De acordo com Pereira (2010) até o ano de 1995, os representantes do Estado brasileiro apresentavam o Brasil, em todos os fóruns internacionais, como uma verdadeira “democracia racial”, já que no país, supostamente, não haveria conflitos raciais. O que marca o início da trajetória do movimento negro contemporâneo, no Brasil, na década de 1970 é a disputa pela memória da Abolição da escravatura e a adoção do dia 20 de novembro como o “Dia da Consciência Negra”, em substituição ao 13 de Maio. Só depois de FHC reconhecer publicamente a existência de racismo no país que passou-se a refletir sobre a necessidade de se criar políticas de combate às discriminações.

---

Janeiro, Editora Marco Zero, 1982), e “Festas populares no Brasil” (1987), premiado na Alemanha. Ver <http://www.leliagonzalez.org.br/>, acesso em junho de 2017.

<sup>18</sup> Que foram criadas na década de 1980.

Para o movimento negro, a identidade definida por elementos culturais é utilizada como elemento de mediação nas reivindicações políticas. Ou seja, a raça seria aqui um fator determinante de organização dos negros que tem um projeto comum de ação, por isso mesmo o movimento negro organizado é um movimento social, cuja atuação tem como característica particular a questão racial. Tem uma formação complexa, considerando que engloba um conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam, não só contra o racismo, mas à favor de melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, estratégias políticas e/ou políticas educacionais. O que nos faz perceber a pluralidade e diversidade, tão características desse movimento.

É por meio de protestos, negociações e mobilizações que o movimento negro vem dialogando com os poderes públicos e com a própria sociedade brasileira ao longo das décadas. A trajetória desse movimento caracteriza-se pela constante elaboração de estratégias de lutas, cuja finalidade é a integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira. A luta no combate a tais formas de discriminação é parte da própria história e da construção da sociedade brasileira. Em função disso, a luta contra o racismo e a busca pelo conhecimento em relação às histórias dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira têm se tornado uma questão política fundamental ao se pensar na construção de uma sociedade democrática na prática. Aprofundar o conhecimento sobre a constituição dos movimentos negros e suas formas de atuação na luta contra o racismo pode vir a ser uma importante fonte de informação para a sociedade brasileira.

## 2.5 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE

Ao tentar resgatar um pouco da história do Movimento Negro em Campina Grande, me deparei com algumas peculiaridades frente ao conjunto de informações sobre o movimento no país. Que tratam exatamente sobre o Movimento Negro de Campina Grande (MNCG), tive contato com quatro trabalhos. O primeiro deles foi o trabalho de conclusão de curso realizado da, já citada, autora Melânia Nóbrega de Farias, no qual ela traça o perfil do militante negro campinense, o segundo, da mesma autora, foi sua dissertação de mestrado em 2004, que trata do não engajamento da população campinense no movimento negro.

O primeiro trabalho da autora é fruto da sua pesquisa no ano de 2001 e tem como objetivo apreender a visão que os negros campinenses militantes e não-militantes tem sobre si, permitindo investigar possíveis diferenças nas construções identitárias entre os mesmos. Ela argumenta que o processo de construção identitária, tanto entre negros militantes como entre negros não-militantes, é contextual, político e retórico, com diferenças significativas de visão de mundo. A autora apresenta que para os negros “não-militantes” campinenses o “trabalho” é uma “saída” para mostrar à sociedade seu valor e sua dignidade pessoal. Deste modo, no processo de construção de suas identidades, esses negros acionam elementos como: raça, trabalho, gênero etc.

Assim, segundo a autora (FARIAS, 2001), ao afirmarem-se, eles estariam se posicionando num âmbito de multiplicidade e não num âmbito centrado apenas na identidade negra. Segundo sua perspectiva, os negros não-militantes campinenses não estariam, portanto, seguindo apenas lógica racial, mas apoiando-se numa trajetória de vida carregada por sentimentos, ideias e vontades. Já para os militantes negros a raça seria principal elemento na construção de suas identidades. As categorias como gênero, trabalho etc., aparecem como complementos da sua identidade negra.

No segundo trabalho de Farias, que resulta na sua dissertação de mestrado, a autora aponta para o fato de que os militantes negros afirmam sua identidade sobre a premissa de que ser negro é ter consciência. Tal consciência os impelem a não calarem-se diante da realidade racial do país. Já entre os negros não-militantes há um “evitamento” diante do confronto. Assim, sua identidade negra estaria voltada muito mais para a elevação e vivência de sua autoestima na esfera privada. Enquanto que os militantes negros vivem sua identidade negra através da denúncia, saindo do âmbito privado e se estendendo para o público.

Segundo Farias (2001), tal diferença ideológica entre militantes e não militantes, resulta numa dificuldade de agregação por parte do Movimento Negro, já que os negros não-militantes desacreditam da necessidade de organizam-se politicamente em grupo de modo a afirmar uma identidade negra. Deste modo, para os negros campinenses não-militantes a questão do racismo é identificada como sendo de ordem pessoal e moral, pois não veem o racismo como sendo algo estrutural, fruto de um processo histórico, como no caso dos militantes. Assim, ela identifica uma diferença significativa entre as visões de mundo dos negros militantes

e não-militantes, fato que, na sua interpretação, explicita a dificuldade de agregação que o movimento negro de Campina Grande enfrenta.

Outra referência de fundamental importância, foi trabalho de conclusão de curso de uma das principais lideranças do Movimento Negro de Campina Grande na atualidade, Jair Silva (2009). A ênfase principal do seu trabalho é sobre a aplicação do ensino de história da África nas escolas de ensino regular, não exatamente sobre as atividades da militância negra campinense, porém um dos capítulos é dedicado a contar grande parte da história do Movimento Negro de Campina Grande, desde a sua fundação, em 1986.

E por fim o trabalho de Mônica dos Santos Ribeiro (2014) cujo objetivo principal foi discutir sobre a negritude e resistência negra no Centenário da Abolição na cidade de Campina Grande. A autora também usa como base o trabalho de Farias (2001), bem como a documentação produzida tanto pelo Movimento como pela Comissão do Centenário da Abolição. Ela busca entender como surgiu o Movimento Negro nessa cidade e como se manifestam suas ações e práticas, principalmente, no ano em que se comemorou o aniversário de Cem Anos da Abolição da Escravidão. Ressalta a importância da construção de uma identidade negra que é passível de transformação, mas que é de grande importância para o surgimento da militância.

Considerando a magnitude que o Movimento Negro tem para esta cidade, o meu trabalho visa dar voz aos seus membros, tendo em vista a relevância de se discutir sobre racismo, tanto na sociedade quanto no ambiente acadêmico. Durante toda a pesquisa ficou muito evidente a importância que o movimento negro confere aos trabalhos acadêmicos que versem sobre a temática do racismo, bem como ao próprio movimento negro local e suas pautas. Todos os militantes com quem tive contato consideram que tais discussões no espaço acadêmico são essenciais para a construção de uma sociedade mais democrática, tendo em vista que a mudança no espaço acadêmico pode vir a refletir na sociedade como um todo, pois ao transformar a academia, é possível que tal transformação também impacte nos conteúdos curriculares das escolas. Por isso mesmo a militância ressalta a importância do engajamento de pesquisadores e acadêmicos na luta contra o racismo.

### 2.5.1 Aspectos da militância negra em campina grande

O Movimento Negro de Campina Grande não possui sede local, tal fator contribui para que as atividades de conscientização promovidas por este movimento aconteçam em locais diversos, o que aparece, para mim, com um dos grandes desafios da pesquisa, gerando a necessidade de estabelecer diálogo através do contato direto com a militância e também com a sua liderança, ao mesmo tempo em que se faz necessário acompanhar todas (ou o maior número de vezes possível), como o fiz em 2014, as atividades promovidas pelo Movimento Negro local. Foi necessário também estabelecer contato com algumas pessoas que não fazem parte do movimento, mas que, no entanto, apoiam a militância, pois estas também foram importantes fontes de contato e informações sobre o movimento durante o período da pesquisa.

Além dos eventos que acompanhei de forma presencial, ao longo de toda a pesquisa, desde a graduação, pude ter acesso a dados relevantes através de alguns recortes de jornal<sup>19</sup>, materiais educativos, tais como panfletos e folders que foram produzidos pelo movimento local ao longo dos últimos anos. Busquei acompanhar também através da mídia televisiva como repercutem as ações do Movimento Negro nesta cidade. Encontrei muitas reportagens sobre quilombolas, sobre o trabalho social da capoeira nas escolas, bem como algumas ações ou eventos promovidos pelo movimento na cidade. Percebi que, ainda que de maneira pífia, as ações do movimento tem uma relativa visibilidade na mídia<sup>20</sup>. Também tive acesso a conteúdos e problematizações publicadas em alguns blogs e sites na internet<sup>21</sup>. Atividades importantes tais como, palestras de conscientização do racismo em escolas públicas e privadas, palestras para professores incentivando o ensino de História da África, marchas de conscientização, escola de teatro, propostas de projetos de lei que visam reparar a população negra (já que esta é menos assistida) junto à câmara de vereadores, fazem parte da rotina desse movimento nos últimos 30 anos.

De acordo com os dados limitados aos quais tive acesso, referente à fundação da militância em questão, este movimento negro organizado surgiu no ano de 1986

---

<sup>19</sup> Obtive muitas informações sobre as atividades e a trajetória deste movimento, anteriores a minha pesquisa, ao ter acesso a recortes de jornais do acervo pessoal de um dos principais militantes do movimento, Moisés Alves.

<sup>20</sup> Assisti a várias reportagens nas principais redes de televisão locais, tais como TV Paraíba (afiliada da Rede Globo em Campina Grande) e Itararé (afiliada da TV Cultura na Paraíba).

<sup>21</sup> Tambores da Liberdade; Jornal do Capoeira; Portal Geledés; Portal Áfricas.

na cidade de Campina Grande por ocasião do 1º encontro Afro-brasileiro, que aconteceu no Museu Histórico desta cidade. O objetivo desse encontro era discutir sobre as desigualdades raciais sofridas pela população negra campinense e propor medidas socioeducativas para resolução desses problemas.

Como já sabemos, o ano de 1988 foi um ano emblemático para a militância antirracista em todo o Brasil, tendo em vista que foi um ano de contestação ao festejo que girava em torno dos Cem anos da Abolição. Os militantes campinenses não ficaram de fora dessa movimentação que ocorreu em várias partes do país. O Movimento Negro de Campina Grande não estava isolado, tendo em vista que mantinha contato com outras entidades que compartilhavam dos mesmos interesses, tais como o MNU de Fortaleza, a Ação Negra de Nilópolis e o MNU de Salvador/BA. Junto com outros militantes mais experientes vindos de Brasília, elaboraram uma comissão que promoveu, durante todo o ano de 1988, ciclos de debates, atos públicos, entrevistas, apresentações culturais e a elaboração de uma cartilha, que contava a verdadeira história do negro e o verdadeiro significado do 13 de maio. Fizeram parte da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, além do Movimento Negro de Campina Grande, várias outras entidades, tais como Memorial Zumbi, Grupo de Cultura Folclórica Acauã da Serra, Grupo de Capoeira Abadauê dos Palmares, Grupo de Capoeira do São Braz, Associação Campinense dos Poetas e Escritores, Associação do Teatro Amador de Campina Grande, Diocese de Campina Grande, Centro Acadêmico de História/UFPB Campus II e Sociedade de amigos do Bairro de São José. Conforme relata Mônica dos Santos Ribeiro<sup>22</sup> (2014) em seu trabalho de monografia, a Comissão Campinense do Centenário da Abolição<sup>23</sup> organizou o

---

<sup>22</sup> Monografia orientada pelo Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo, um dos pioneiros na luta antirracista nesta cidade e ex-integrante do corpo do Movimento Negro de Campina Grande.

<sup>23</sup> Segundo entrevista concedida à Mônica dos Santos Ribeiro, Margareth Maria de Melo, mulher negra, hoje professora da UEPB, que foi integrante dessa comissão, afirma que não foi por acaso que a Comissão Campinense do Centenário da Abolição surgiu em 1988, ano do Centenário da Abolição, tendo em vista que a proposta do Governo Federal era criar um lugar de memória, elegendo o dia 13 de maio como a data magna para a negritude brasileira. Para tanto, o governo chegou a financiar movimentos negros no Brasil, para que eles realizassem a comemoração dessa data. A Comissão Campinense do Centenário da Abolição (1988, p. 5 apud Ribeiro, 2014) traçou alguns objetivos específicos, dentre eles: pesquisar a contribuição do negro no processo histórico brasileiro, em particular, aqui em Campina Grande, bem como resgatar na memória da comunidade os heróis negros marginalizados pela ideologia dominante, comprovar a participação da população negra nos aspectos políticos, culturais, artísticos e educacionais, desmistificar o 13 de maio, divulgar o dia 20 de novembro como data magna da negritude brasileira. De acordo com a análise de registros feita por Mônica Ribeiro dos Santos (2014), esse projeto começou a ser idealizado em 1987. Conforme a lista de presença dos encontros, a primeira reunião aconteceu no dia 05 de janeiro de 1987, contando com a participação de 17 pessoas, representantes das entidades que fizeram parte da Comissão do Centenário da Abolição. Na sequência, ocorreram reuniões nos dias 20 de janeiro de 1987, 27 de janeiro de 1987, 20 de

Primeiro Ciclo de debates sobre o Negro, que aconteceu entre os dias 21/03/1988 e 25/03/1988. O evento promoveu mesa redonda com o Movimento Negro de João Pessoa, o Movimento Negro de Recife e o Movimento Negro de Campina Grande. Ainda segundo Ribeiro (2014), na abertura da cartilha continha uma nota de repúdio ao dia 13 de maio. Na referida nota, afirma-se que, para os negros, o dia 20 de novembro (data da morte de Zumbi dos Palmares), representa a luta por liberdade. A conscientização e o acesso à informação possibilitaram ao Movimento demarcar sua autonomia do discurso oficial e elaborar o seu próprio discurso, elegendo o dia 20 de novembro como “a data magna da negritude, por lembrar a morte de Zumbi dos Palmares, símbolo máximo da luta pela libertação dos negros no Brasil” (COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO, 1988 *apud* RIBEIRO, 2014, p. 25).

Considero válido enfatizar que o Movimento Negro de Campina Grande nunca contou com uma sede própria desde a sua fundação até os dias atuais, mesmo depois de ter se constituído em forma de organização<sup>24</sup>, conforme aponta o militante e historiador Jair Silva (2009) em seu trabalho de monografia. A partir do Centenário, o movimento passou a ocupar alguns espaços na tentativa de denunciar esse racismo velado existente no Brasil. Segundo este militante, passado o centenário da Abolição, o MNCG concentrou suas atividades concedendo entrevistas nos meios de comunicação e dando palestras nas universidades, escolas públicas e particulares, ainda que sem o mesmo nível de organização e força política que antes, visto que a militância que compunha o Centenário se dispersou após o ano de 1988. Segundo Silva (2009), o movimento voltou a figurar no cenário social e cultural de Campina Grande de maneira mais forte em 1995, por causa dos debates e eventos organizados em torno dos 300 anos de Zumbi dos Palmares (SILVA, 2009, p. 31). No mesmo período foi lançado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande o livro “África, essa mãe quase desconhecida”, do professor Eduardo D’ Amorim. O lançamento ocorreu no Museu Histórico desta mesma cidade e contou com a participação de alguns dos

---

dezembro de 1987 e 29 de dezembro de 1987. Depois de um lapso de tempo sem reuniões, ocorreu uma outra no dia 09 de fevereiro de 1988, a partir desta, os encontros tornaram-se mais frequentes, dada a proximidade do Centenário. Segundo os dados apresentados pela autora, o I Encontro de Estudos do Centenário da Abolição foi programado para o dia 17 de dezembro de 1987, sendo apoiado pela Secretaria de Educação e Cultura (PMCG) e promovido pelo MNCG, pelo Grupo Afro-Brasileiro Campinense e pelo Grupo Acauã da Serra. A proposta do encontro era discutir assuntos relativos ao negro nos seus mais variados aspectos (Étnicos, Religiosos, Científicos...). Participaram 31 pessoas, conforme a lista de presença do evento. Dentre elas os integrantes do MNCG na época, Djair Silva, Enoque de Mendonça Silva, Josemir de Melo, dentre outros.

<sup>24</sup> Apesar deste Movimento não ser formado juridicamente até os dias atuais, como afirmam alguns dos militantes com quem tive contato, já que eles não tem CNPJ nem sede própria.

importantes membros da militância antirracista, tais como Benedito Antônio Luciano, fundador do Movimento Negro de Campina Grande e Josemir Camilo, importante militante do movimento local. Também em comemoração aos 300 anos de Zumbi, a “Sociedade de Amigos do Bairro do Quarenta” promoveu uma mesa redonda para discussão sobre as desigualdades raciais. Estiveram presentes importantes membros do movimento negro local, tais como o professor Moisés Alves e Pretinho, este último foi o fundador da Banda Afro Brasil. O evento foi incitado pelas atividades que aconteciam em âmbito nacional (Idem).

Um outro marco importante na história do Movimento Negro de Campina Grande foi a realização do II Encontro Afro-brasileiro Campinense (1998) que ocorreu em paralelo à programação do VII Encontro para a Nova Consciência<sup>25</sup>. Em períodos anteriores, o Movimento Negro de Campina Grande era representado apenas pela figura de seu já citado fundador, Benedito Antônio Luciano, que era responsável por realizar palestras de combate ao racismo na cidade. De acordo com o militante Jair Silva, a partir desse momento, a militância negra passou a agir coletivamente, fazendo intercâmbio com militantes de Salvador, Ceará e da capital da Paraíba (João Pessoa). Um exemplo de grande contribuição à causa antirracista, que colaborou para a melhoria do ensino da História da África na Universidade Estadual da Paraíba, se deu através do professor Henrique Cunha Júnior, pois os primeiros textos utilizados pelos professores de História da África nesta universidade era de sua autoria. Já no final da década de 1990 o Movimento Negro realizou duas sessões especiais na Câmara de Vereadores afim de denunciar o preconceito racial. O ato se deu em parceria com a então vereadora petista Cozete Barbosa que, mesmo não sendo negra, durante seu mandato, sempre se mostrou sensível às solicitações e demandas do movimento. Numa dessas sessões Cozete Barbosa reconheceu a importância de se discutir sobre

---

<sup>25</sup> O Encontro da Nova Consciência é um evento gratuito, de grande porte, encabeçado pela “ONG Nova Consciência”, que ocorre todos os anos no período carnavalesco, na cidade de Campina Grande, há 26 anos. O evento recebe um público de todo o Brasil. É um espaço no qual se discute ciência, cultura, arte, tradições religiosas e patrimônio da cultura imaterial. Trabalhando com a proposta de “Cultura de Paz”, a programação conta com personalidades nacionais e internacionais e trata de temas como diálogo inter-religioso, desenvolvimento sustentável e inclusão social. O evento é composto também de inúmeros eventos paralelos, envolvendo pessoas de todas as idades e segmentos. A Organização Nova Consciência é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 2004, que tem como intuito principal promover o ecumenismo e a paz mundial. Principal promotora do Encontro da Nova Consciência, que expressa um movimento mundial de cultura alternativa contemporânea, com raízes nos anos sessenta, integrado por pessoas de todas as idades, credos e opções de vida. Propõem um uso criativo e ético da tecnologia, buscando o equilíbrio sustentável do planeta e o bem estar físico e emocional de todos os indivíduos.

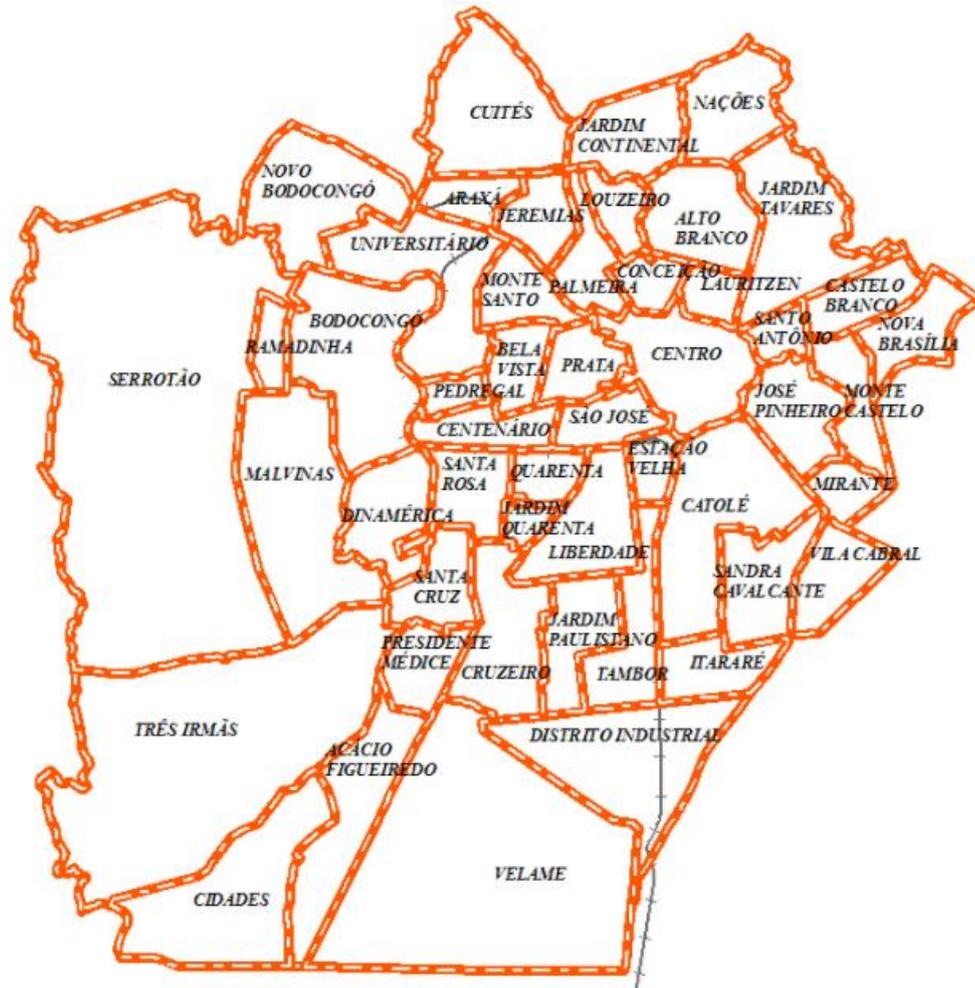
racismo e afirmou que a história dos negros deveria ser contada por eles próprios, de acordo com seu próprio ponto de vista, e não pelo ponto de vista dos brancos. O militante Antônio Benedito Luciano ressaltou a importância do uso de políticas afirmativas como instrumento de superação das desigualdades raciais.

Outra organização importante fundada pelo Movimento Negro de Campina Grande surge a partir da reivindicação do professor de capoeira Francisco de Assis Silva Santos, no ano de 2001. Fundado no bairro do Pedregal<sup>26</sup>, o Movimento de Consciência Negra promovia debates sobre contestação social, combate as desigualdades raciais e violação dos direitos humanos da população negra campinense. Nos anos seguintes, o Dia da Consciência Negra passou então a ser comemorado e discutido pela comunidade desse bairro (SILVA, pg. 33). O evento acontece anualmente até os dias atuais, no entanto, em um molde mais festivo, com mais ênfase na apresentação de bandas de rap e reggae, por exemplo, e menos no discurso antirracista propriamente dito, como ocorria nos anos anteriores.

---

<sup>26</sup> É válido lembrar que o Pedregal (bairro vizinho a UFCG) é um dos bairros periféricos conhecido popularmente pelo alto índice de violência, pobreza e exclusão social nesta cidade. Através da análise das notícias policiais veiculadas em dois jornais impressos locais, de dados oficiais obtidos junto à Delegacia da Polícia Civil da cidade e de questionários aplicados à população, a aluna do curso de Geografia da UFCG, Sâmara Íris de Lima Santos, realizada no ano de 2010, mapeou as zonas com maiores ocorrências de violência nesta cidade. De acordo com os dados coletados, o Centro da cidade ocupou a primeira posição em relação ao número de homicídios. Na sequência veio os bairros de Bodocongó, Catolé, José Pinheiro, Pedregal e Catingueira. Ao contrário das estatísticas oficiais, nos questionários aplicados junto à população, o bairro mais violento seria o de José Pinheiro, seguido pelo Pedregal, Jeremias, Ramadilha, Glória e Araxá.

Imagem 1 - Mapa do município de Campina Grande



Fonte: (OBSERVACAMPINA)

No ano de 2006 acontece o 1º Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação, no Teatro Municipal de Campina Grande. O seminário tinha o objetivo de integrar a militância negra da Paraíba e agregar grupos culturais representantes do universo afro, teve a duração de três dias. Nesta ocasião também foi discutida a importância da cultura, história da África e do negro na formação educacional. Também foram debatidas algumas estratégias de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Ponderou-se também as implicações do racismo na educação e as suas graves consequências para o povo negro. Houve problematizações sobre a diversidade afro-brasileira e africana e sobre preservação da cultura afro-brasileira na Paraíba (SILVA, 2009).

De acordo com o militante Jair Ferreira Silva (2009) o movimento negro promoveu tal evento compreendendo-o como um espaço ideal para a conscientização

dos professores ante os desafios surgidos a partir da implantação da lei 10.639/03. No entanto, o evento não teve grandes repercussões, tendo em vista que não atingiu o público esperado, pois não recebeu o apoio necessário por parte da Secretaria de Educação do Município, na época, administrada por Flávio Romero, que não liberou as aulas nas escolas municipais para que alunos e professores pudessem participar do evento, frustrando assim os objetivos planejados pelo movimento negro. Também foi no ano de 2006 que a Prefeitura Municipal, em parceria com o Movimento Negro, promoveu *O Dia da mulher negra, latina e caribenha*. Em julho do mesmo ano foi lançado o livro *A África está em nós*. Neste ano ocorreu também a *1ª jornada pelo cumprimento da lei 10.639/3, pela implementação do Ensino de História da África e Cultura Brasileira nos currículos escolares*. Ocorreram palestras na Universidade Federal de Campina Grande, Na Escola Estadual da Prata e no Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba. A jornada visava discutir o papel das universidades na implantação desta lei.

Meu primeiro contato com a militância negra nesta cidade foi com o MNCG-Zumbi. A primeira atividade do Movimento Negro a qual tive a oportunidade de participar diretamente foi a Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro: A Luta Transnacional Contra o Racismo, a Diáspora Negra Contra o Genocídio<sup>27</sup> (2014).

---

<sup>27</sup> Diante da conjuntura de brutalidade, violência policial e da morte da população negra, a campanha conclamou militantes e organizações negras de todo território nacional a saírem nas ruas e *reagirem*, tomando de volta a voz do povo negro, buscando a unidade e autonomia deste movimento, em um gesto de solidariedade e luta contra o racismo e pela vida. "Reaja ou será morto (a)" vem promovendo eventos anuais, desde 2006, quando um rapper e integrante da articulação, Negro Blul, foi executado por grupos de extermínio. A partir disso a mobilização se espalhou por outros estados, visando a ampliar a conscientização e a mobilização dessa população. No ano de 2013 foi realizada a primeira marcha nacional. Em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A partir de 2014 a marcha se espalha por todas as capitais do país e ganha apoio de movimentos de outros países. Os movimentos querem chamar atenção para as situações de violência e fortalecer a luta por políticas públicas que garantam direitos, como acesso à educação e à saúde. A marcha tinha como princípios inegociáveis: 1. O reconhecimento e respeito a autonomia histórica das mulheres negras que tem reagido e resistido a opressão dirigida as nossas comunidades e criado instituições poderosas de luta, solidariedade e humanidade do povo negro em todas os continentes, as mulheres negras são a linha de frente dessa Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro, as coordenadoras e impulsionadoras de nossa ação nas ruas do país; 2. A Marcha Nacional é uma ação política independente e centrada na luta contra o racismo e o genocídio, na qual os negros e negras terão sua vozes para falarem de si próprios, sem mediadores ou acadêmicos bem intencionados para serem porta vozes de nossa luta; 3. Deve ser organizada nas bases, nas comunidades, nas favelas e prisões, nos quilombos e aldeias, nas fábricas e nas ruas, nos terreiros de candomblé, nas casas de batuque, de xangôs, de tambor de mina, nas posses e quebradas e devem ter essas coletividades como sujeitos e não como objeto de estudo ou barganha em articulações políticas; 4. Repúdio ao uso eleitoral de nossa desgraça seja por qualquer partido ou grupo político-eleitoral, pois nossas demandas não cabem nas urnas ou em projetos alheios a autonomia preta, pan-africanista e favelada; 5. A usar as cores do Pan-africanismo e terá caráter internacional na luta negra. Fora desses princípios, qualquer iniciativa não poderá ser apresentada como Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro sob pena de desafiar nosso repúdio Nacional e Internacional. A marcha Nacional Contra o

A marcha aconteceu simultaneamente em 18 estados brasileiros e 15 países. Em Campina Grande foi organizada pelo MNCG e algumas entidades locais, tais como CENTRAC – Centro de Ação Cultural<sup>28</sup>, ONG Nova Consciência, Coletivo Contigoh<sup>29</sup>, Grupo de Percussão MaracaGrande<sup>30</sup> e Comissão de Direitos Humanos da UFCG. A Marcha nacional foi incitada pelo Quilombo X, na Bahia e pela Campanha “Reaja ou será morto, reaja ou será morta” e se espalhou através das organizações negras em todo território nacional. Tinha como objetivo denunciar a violenta mortandade da juventude negra no país. A Paraíba é o 3º estado onde mais se mata jovens negros no Brasil. Já Campina Grande, cuja população declarada negra ou parda é de 55,7%, segundo o Mapa da Violência (2014)<sup>31</sup>, é a 28ª cidade com o maior índice de homicídios de jovens com idade entre 19 e 29 anos, segundo o IPEA (2012). Este seria então o principal motivo pelo qual o movimento negro se empenhou em realizar a marcha aqui na cidade. A marcha contou com presenças importantes, tais como

---

Genocídio do Povo Negro não terá qualquer vínculo partidário ou eleitoral, e quem assim o fizer estará fazendo outra coisa, não a Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro.

<sup>28</sup> O Centro de Ação Cultural – CENTRAC é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1987, com sede no município de Campina Grande, cuja estrutura decisória é composta por Assembleia de Sócios/as, Conselho Gestor, Conselho Fiscal e por uma Coordenação Executiva. O CENTRAC surgiu e iniciou sua atuação no contexto da redemocratização do país, com a instauração da Constituição de 1988. Nesse período, o CENTRAC desenvolveu atividades de caráter político-educativo e organizativo, principalmente no âmbito da mobilização, estruturação e fortalecimento de sindicatos urbanos e rurais, associações de bairro e movimentos sociais diversos no município de Campina Grande – PB, orientado pelos princípios da Educação Popular e do Estado Democrático de Direito. As suas ações estavam voltadas à difusão e popularização dos novos direitos de cidadania, especialmente no que diz respeito à participação popular no processo de elaboração e de fiscalização das Leis Orçamentárias, e à assessoria e formação de representantes da sociedade civil para a participação qualificada nos espaços de definição das políticas públicas (Conselhos e Conferências). Atualmente, o CENTRAC desenvolve as suas ações estruturadas em cinco programas: o programa de desenvolvimento institucional, voltado para o fortalecimento da organização interna da entidade; e os programas-fins, voltados para as seguintes temáticas: desenvolvimento sustentável; direitos e igualdade de gênero; controle social da gestão pública; e juventude e participação política. Desde então, tem empenhado esforços com ações no campo e na cidade com vista à superação de desigualdades e construção de uma sociedade baseada na justiça social.

<sup>29</sup> Grupo de combate ao racismo, machismo e homofobia, idealizado e composto por estudantes militantes da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>30</sup> O *Grupo de Percussão Maracagrande* foi fundado nesta cidade no dia 20 de novembro de 2009, mesma data em que é comemorado o Dia da Consciência Negra. Foi um projeto de Thiago Barbosa da Silva, músico percussionista, natural de Recife. A ideia inicial era dar continuidade a um movimento cultural que se expressava, informalmente, a cada ano no Parque do Povo, em Campina Grande, dentro dos festejos do Maior São João do Mundo. O objetivo era contribuir no processo de afirmação das referências culturais regionais, buscando resgatar raízes da cultura negra e acender o gosto da população pelo Maracatu, Ciranda, Coco de Roda, Afoxé e demais manifestações tradicionais da Paraíba e Nordeste. O MaracaGrande confere importância aos grupos culturais no fortalecimento da identidade cultural. O nome MARACAGRANDE vem da junção de Maracatu (ritmo que fez nascer o grupo) e Campina Grande (cidade natal do grupo). O MaracaGrande se faz presente em diversas manifestações sociais na academia, em festas e eventos populares. O Grupo é composto por percussionistas distribuídos em alfaias, caixas, timbal, abês, agogôs, Gonguê e cowbell.

<sup>31</sup> Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência. Os jovens do Brasil. Versão preliminar. Flasco Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

escolas da rede pública, professores e alunos universitários, a importante comunidade quilombola do Grilo<sup>32</sup> localizada no Município vizinho, Riachão do Bacamarte, também esteve presente o Quilombo de Pedra D'água, bem como alguns representantes de grupos de capoeira e de terreiros da cidade. Na ocasião, foi entregue um documento que foi elaborado ao longo das reuniões de estruturação, durante os meses que antecederam a marcha. No documento, constam sugestões para a implantação de políticas públicas de enfrentamento à discriminação racial, dentre elas a criação de cotas para negros em concursos públicos no município, implantação de cursinhos pré-vestibulares nas periferias, instalação de um núcleo da mulher negra na Coordenadoria da Mulher, criação do conselho de combate ao racismo e à intolerância religiosa e campanha contra o racismo na mídia.

Uma outra atividade que pode também acompanhar, ocorrida no mesmo mês da marcha, também promovida pelo MNCG-Zumbi, foi a III edição do Agosto Para a Igualdade Racial. Evento local que no ano de 2014 comemorou o centenário de Abdias do Nascimento e reforçou a denúncia contra do genocídio dos jovens negros. Estiveram presentes no evento a Associação Cultural de Capoeira Badauê, Grupo Capoeira Caiana. Ocorreram palestras e mesas redondas com os temas “Pelo fim do genocídio da Juventude Negra nos 150 anos de Campina Grande” e “Campina Grande: 150 anos de Racismo, Exclusão e Discriminação contra a raça negra”, “As contribuições de Abdias Nascimento para o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira” e “Abdias Nascimento Pan africanismo e lutas pela igualdade racial no Mundo” e ainda “Comunidades Quilombolas e Opressão Racial na Paraíba” e “A capoeira no combate ao racismo e enfrentamento das desigualdades sociais”.

Um dos militantes e principal organizador da Marcha Contra o Genocídio do Povo Negro e do Agosto Para a Igualdade Racial afirmou, durante uma entrevista, que

---

<sup>32</sup> Situada no alto de um lajedo, a *Comunidade Remanescente Quilombola do Grilo* pertence à zona rural do município de Riachão do Bacamarte, a 97 km de distância da capital. Leva esse nome por conta da fonte de abastecimento de água mais antiga da comunidade, conhecida como “Cacimba do Grilo”. Seus primeiros habitantes chegaram ao local por volta de 1918. De acordo com as informações coletadas, Américo Tito Sobrinho e Honório Alves eram dois grandes fazendeiros da região que permitiam moradores em suas terras em troca de trabalho agrícola, imposto pelo proprietário. Em meados do século XX, as famílias que hoje moram no Grilo compraram pequenas áreas ao fazendeiro Nuca Honório, até que estivessem todos morando em suas terras, livres da exploração. Dentre suas práticas culturais tem-se a ciranda, o coco de roda, a confecção de renda labirinto e loiceiras. Também tem as benzedeadas que tem vasto conhecimento empírico sobre o uso das ervas medicinais. A ciranda apresenta-se como uma marca ou elemento de tomada de posse da identidade negra do território, um traço identitário que funciona como uma diferença marcada pelo pertencimento, que os diferencia entre “os de fora” e “os de dentro”. (Maracajá & Rodrigues, 2015).

foi depois de participar do III Fórum de Lideranças Negras<sup>33</sup> no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) em 2012, evento que reuniu lideranças dos movimentos negros de Campina Grande, Pernambuco e Paraíba, que sua consciência despertou para a importância de se discutir e denunciar o *extermínio* da juventude negra em Campina Grande. Segundo o coordenador Jair Silva, o Seminário Agosto para a Igualdade Racial, que teve início no ano de 2012, tinha como um dos principais intuítos, combater o genocídio da juventude negra e, ao mesmo tempo, lutar pela efetivação das leis 10.639\03 e 11.645\08 no currículo das escolas públicas da cidade.

O seminário surgiu também da necessidade de reunir, em um só espaço de debate, os estudiosos do mundo acadêmico e intelectuais do movimento negro que se dedicam ao estudo da história da África, cultura afro-brasileira e combate ao racismo no campo da educação. Segundo o seu coordenador, o evento é um patrimônio das escolas públicas e periferias de Campina Grande, *é mais do que um Seminário*, tendo em vista que surgiu como um legítimo espaço de resistência negra voltado para o combate ao racismo e reformulação do campo educacional, através da luta pela implantação prática da Lei 10.639 da LDB. É nesse sentido que o seminário seria, segundo Jair Silva, um modelo de luta contra a violência e a invisibilidade que assola o povo negro campinense.

A primeira edição do evento aconteceu no Teatro Municipal Severino Cabral e contou com a presença de personalidades importantes na luta antirracista: O presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araújo, foi um dos palestrantes do Ciclo de Debates. O seminário também contou com a participação de Maria das Graças Andrade Leal, professora da UNEB e Doutora em História, palestrando sobre Candomblé, identidade negra e intolerância religiosa na História do Brasil; Marta Almeida, Coordenadora do Movimento Negro Unificado de Pernambuco – MNU palestrou sobre o extermínio da juventude negra, relações de gênero e

---

<sup>33</sup>O III Fórum de Lideranças Negras da Paraíba aconteceu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em Campina Grande e teve como tema “Juventude Negra – Educação, Saúde, Cultura e Economia Solidária para a Promoção da Igualdade Racial”. O objetivo foi debater sobre os avanços, desafios e perspectivas das políticas de promoção da igualdade racial, envolvendo estudantes, professores, pesquisadores, militantes e dirigentes de órgãos governamentais. Durante os três dias do encontro ocorreram debates, palestras, lançamento de livros e filmes. O evento foi uma iniciativa da *Malungus – Organização Negra da Paraíba*, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB de Cultura); Fundação Cultural Palmares / MINC, IFPB, Prefeitura Municipal de Campina Grande, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, Governo do Estado da Paraíba e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República. O Fórum de Lideranças Negras tem registro junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/ISSN.

políticas públicas para a igualdade racial. Outras presenças importantes foram as do Maracatu Nação Leão Coroado de Olinda-PE, o Grupo de Ciranda Margarida Maria Alves da Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande), os cantores Dido Voxon e alguns grupos de capoeira local. O evento se encerrou com um cortejo simbólico em memória dos heróis brasileiros da Revolta dos Búzios e pelo fim do extermínio da juventude negra.

Na segunda edição<sup>34</sup> do evento, estiveram presentes o historiador Danilo Santos, palestrando sobre o genocídio da juventude negra. O cantor Chico César, que palestrou sobre o racismo na sociedade brasileira. O evento também contou com a presença da professora universitária e Doutora em História Martha Rosa debatendo sobre a Lei 10.639\03, ao lado da Psicóloga e militante do movimento negro paraibano, Maria do Socorro Pimentel que abordou o racismo na vida das mulheres negras. Um ponto importante do evento foi o relançamento do livro *A Representação Social do Negro no Livro Didático: o que Mudou? Por que Mudou?*, da autora Ana Célia da Silva, Doutora em Educação pela UFBA, militante do movimento negro da Bahia, e representante do Ilê Aiyê de Salvador. Durante o lançamento do livro, se fez presente a I Turma da Especialização em Educação Para as Relações Étnico- Raciais da UFCG. Teve também a presença do Presidente do Olodum, João Jorge Santos Rodrigues, palestrando sobre a Revolta dos Búzios. O evento homenageou o poeta, escritor, compositor e dramaturgo campinense, Arnaldo França Xavier, que inspirou o poeta Silas Silva da Paraíba a produzir e declamar o Cordel Akilombado. Também contaram com a apresentação de grupos de capoeira local.

Pude também acompanhar no ano de 2014 o lançamento do documentário “Negra morte, morte negra. Só vai sobrar o vermelho”<sup>35</sup>, do diretor Riccardo Migliore<sup>36</sup>, idealizado pelos militantes do MNCG, Moisés Alves e Ariosvalber Oliveira. O documentário versa sobre a realidade de jovens de bairros da periferia de Campina

---

<sup>34</sup> Vale ressaltar, que o Seminário de 2013 não teve o nome de Seminário Agosto Para a Igualdade Racial. A mudança foi feita pelo Presidente do Olodum João Jorge Santos Rodrigues, já que o Olodum foi o principal patrocinador desse Seminário, além de ter enviado dezenas de Cartilhas da Revolta dos Búzios para que pudessem ser distribuídas com o público. O evento também teve o apoio pedagógico do Bloco Afro Ilê Aiyê de Salvador, a entidade mandou dezenas de cadernos de educação com temas sobre a História da África e do negro na diáspora, para serem distribuídas com o público.

<sup>35</sup>A expressão é em alusão ao fato da bandeira da Paraíba ser das cores preta e vermelha, supondo-se que com o alto índice de mortalidade da população negra, “só vai sobrar o vermelho” na bandeira.

<sup>36</sup> Nascido em Milão, Itália (1977), vive no Brasil desde 2004. Entre os anos de 2010 e 2013 prestou serviço como perito parecerista credenciado pelo Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual (SAv/MinC), analisando projetos culturais inerentes à área de produção cinematográfica. Mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas Audiovisuais pelo PPGC-UFPB.

Grande. O que motivou a sua produção foi a elevação do número de assassinatos na região Nordeste.

O “Mapa da violência” demonstra, através de dados quantitativos, que entre 2006 e 2010, as taxas de mortes violentas no Brasil aumentaram em aproximadamente 1000% em certas localidades. Os dados são referentes, principalmente, a jovens negros com idade entre 15 e 30 anos de idade. O documentário retrata a relação existente entre a cor da pele e o crescente número de mortes violentas no Estado da Paraíba, dentre as quais, a grande maioria das vítimas são jovens negros.

No documentário participam pessoas reais que sofrem com essa violência no cotidiano, os depoimentos são de pessoas que tiveram que lidar com a perda de familiares ou amigos. Como já foi mencionado, Campina Grande aparece entre as trinta<sup>37</sup> cidades onde mais se mata jovens negros no Brasil, segundo o Mapa da Violência<sup>38</sup>. O filme foi apresentando em alguns festivais, dentre eles: *Docstown - Festival internacional de documentales, Baja Califórnia, México/México*; *6° Cineport - Festival Internacional de cinema dos países de língua portuguesa*, Mostra Energisa, J. Pessoa e no Viewster Online Film Festival. A importância do documentário é denunciar essa triste realidade que assola a juventude negra de Campina Grande.

Um das grandes conquistas encabeçadas pelo MNCG foi a implantação do Plano Juventude Viva nesta cidade. O Plano é uma iniciativa do Governo Federal, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República (SG/PR) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

O objetivo do Plano é reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros em situações de violência, a partir da inclusão social, é voltado para jovens entre 15 e 29 anos e visa a ampliação dos direitos da juventude, o combate a violência, a transformação de áreas que tem alto índice de homicídio, bem como a atuação do Estado e sensibilização dos agente públicos no enfrentamento ao racismo institucional. O plano prioriza 142 municípios em todo os estados do território brasileiros. A escolha desses municípios é feita a partir da estatística do ano de 2010, visando atender cidades que concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros. São 11 ministérios

---

<sup>37</sup> Ocupando a 28° posição.

<sup>38</sup> <http://www.mapadaviolencia.org.br/>(acesso em 2014).

envolvidos. Juntos, eles articulam ações de 44 programas em 96 municípios. Aqui em Campina Grande este plano, que foi lançado em setembro de 2013, tem parceria com o movimento negro local e a prefeitura do município. De acordo com o militante do MNCG e assessor técnico do Juventude Viva, Ariosvalber Oliveira, o projeto, nesta localidade, desenvolve um trabalho junto, não só com o Movimento negro propriamente dito, mas também mantém diálogo com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano /SIMEC/MEC<sup>39</sup>, com a Juventude de Terreiro e com os grupos de capoeira da cidade. Através de palestras e oficinas o Juventude Viva visa combater os altos índices de violência da juventude campinense, levando em consideração o agravante da juventude negra sofrer mais com assassinatos em comparação ao restante da população.

A assessoria do Juventude Viva<sup>40</sup> reconhece que para que se mude o quadro de violência e se proporcione a inclusão desses jovens nas escolas, universidades e mercado de trabalho é necessário dar estrutura de ressocialização, o que pode ser feito através de espaços destinados ao lazer, esportes, aulas de teatro, acesso a informática, dentre outras atividades que possam oferecer novas oportunidades de ascensão social aos jovens. De acordo com a fala deste militante, o grande desafio do movimento negro na atualidade é tencionar o Estado a pôr em prática as políticas públicas compensatórias e de reparação. Segundo a sua fala, o movimento negro já saiu da época “denuncismo”, já conseguiu provar que existe racismo, a tarefa agora é exigir a efetivação e implantação dessas políticas públicas.

Ele afirma ainda que não se pode negar que houve muitos avanços, a exemplo da implantação das cotas e da lei que obriga o ensino de história da África nas escolas, bem como a criação do Estatuto da Igualdade Racial e o reconhecimento da

---

<sup>39</sup> Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano. Criado em 2008, o Projovem urbano funciona em parcerias com os governos federais, estaduais e municipais. O objetivo do programa é ampliar o atendimento a um maior número de jovens, garantindo a reintegração à escola e a qualificação para sua inserção ao mercado de trabalho. Além disso, o Projovem também trabalha com a inserção do jovem em ações como: cidadania, esporte, cultura e lazer. A partir de 2012 o programa passou a integrar a educação de jovens e adultos (EJA) vinculada a Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, diversidade e inclusão (SECAD) do Ministério da Educação (MEC). Esse programa desenvolve-se em diversos Estados e Municípios do Brasil. A adesão no município de Campina Grande ao programa aconteceu em 2008, e as formações acontecem a cada 18 meses. A formação dos alunos do Projovem urbano na cidade de Campina Grande- PB tem como objetivo atender jovens que tem interesse de voltar a estudar e querem se inserir no mercado de trabalho. Os alunos recebem auxílio financeiro mensal durante os 18 meses do curso, condicionado a 75% de presença e entrega de trabalhos pedagógicos.

<sup>40</sup> O Juventude Viva é resultado de um grande avanço na relação entre movimento negro e as instituições do governo. Entrei com mais profundidade nessa questão no terceiro capítulo.

importância da população negra na construção da sociedade brasileira, mas há, com isso, uma possibilidade de acomodação. Por isso o papel do Movimento negro seria o de pressionar o Estado para a verdadeira efetivação desses avanços.

Acredito que estes espaços de atividades e de discussão puderam me fornecer um panorama mais amplo sobre a militância negra nesta cidade. Essas comunidades têm o poder simbólico de construir significados positivos através de discursos e práticas, originando, assim, identidades para grupos que antes não eram unidos. É na concretização das ações que o movimento torna-se capaz de despertar, em seus participantes, sentimentos de pertencimento social.

A parte mais ativa do movimento (MNCG) está sempre promovendo atividades, palestras, lançamento de livros e eventos culturais na tentativa de combater o racismo e tornar consciente o cidadão campinense dessa exclusão social que os negros dessa cidade e de todo o país sofrem. Mas, mesmo sendo tão ativo e maduro, do ponto de vista do tempo, não é um movimento formalmente institucionalizado, tendo em vista que não é uma instituição jurídica e não possui CNPJ. Quando perguntado sobre o porquê desse movimento, que já é tão antigo, não ser institucionalizado, um dos entrevistados me respondeu que o movimento negro em parceria com os grupos de capoeira locais, visa solucionar esse problema, junto aos órgãos públicos, através da criação de um conselho que se chamaria *Conselho Municipal da Igualdade Racial* que já está sendo pensado, mas que ainda não tem data prevista para acontecer. Tal projeto deveria atender as necessidades dos jovens negros da periferia, proporcionando uma mudança social e conferindo novas oportunidades de estudos e acesso à cultura. Ele afirma, ainda, que o movimento está indo bem, mas que vai ser melhor quando conseguir agregar mais pessoas, pluralizar as vozes, passar a ter reuniões regulares e engajar os jovens da periferia, da capoeira, da juventude de terreiro e da universidade nesta luta. Ou, como podemos acompanhar na fala de outro militante

Em relação à organização é impedimento para não reunir mais pessoas, porque quando você não tem uma sede, as pessoas acabam não dando muita credibilidade para o movimento. Eu tenho consciência de que se a gente tivesse uma sede, se tivéssemos visibilidade nas redes sociais, isso ajudaria a agregar mais pessoas. A militância acontece de forma individual separadamente. Se tivesse uma sede para reunir toda a diversidade afro-brasileira, para que pudéssemos criar formalmente esse movimento negro, seria maravilhoso, mas não é fácil. (Trecho de gravação com a fala de um dos militantes entrevistados).

A militância é forte e ativa, porém, multifacetada, assim sendo, a militância ocorre através dos terreiros, da capoeira, dos quilombos, da academia etc.

O Movimento Negro de Campina Grande foi criado por um homem da academia. Ele não veio da periferia. Não temos um movimento estruturado do ponto de vista jurídico, com uma, sede um estatuto. Mas ele existe no plano histórico, no plano sociológico. O fato dele não ser estruturado não impede o povo negro de lutar contra o racismo. O povo negro de Campina é um povo negro muito aguerrido. (Trecho de gravação com a fala de um dos militantes entrevistados).

De acordo com os relatos e documentos aos quais tive acesso durante a pesquisa, desde o início de sua formação, o Movimento Negro nesta cidade sempre procurou promover, junto à população campinense e aos poderes públicos, discussões que denunciasses o racismo sofrido pelos negros. Através de palestras, eventos e manifestações religiosas e culturais, essa militância vem demarcando seu espaço nesta cidade. No próximo capítulo tentarei mostrar como cada frente desta militância atuou através da promoção de eventos e do engajamento com outras instituições no decorrer do ano de 2016.

### **3 AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE E SUAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE LUTA.**

Apoiada em Barth (1998), compreendo que a identidade dos grupos é sempre uma construção, que passa por mudanças ao longo do tempo, o que implica dizer que a identidade dos mesmos é construída a partir das relações sociais. A cultura é compreendida como um processo dinâmico que se constitui através das interações. Por isso mesmo é fundamental atentar nos processos de interação, constituição e manutenção das fronteiras. As fronteiras permanecem, à despeito da movimentação e intercâmbio entre os atores. Também delimitam a posição do grupo ou dos indivíduos nas diversas relações e, algumas dessas relações são mantidas, exatamente através dessas fronteiras (p. 186). Ele define os grupos étnicos como categorias de atribuição e de identificação que são realizadas pelos próprios atores, organizando assim a interação entre os indivíduos. Por isso, para Barth, através das fronteiras é possível compreender as dinâmicas do grupo. Essa interação entre os sujeitos e grupos permite constantes transformações, modelando a identidade, que está sempre em processo.

Barth afirma que para entender as dinâmicas desses grupos é preciso considerar as características que são relevantes para os próprios atores. Os indivíduos e grupos com identidade étnica definem seus comportamentos com intuito de serem coerentes com sua identidade, se isentando de práticas e ações que possam denotar incoerência com seus valores. Deste modo, podemos entender que a manifestação de certas práticas dependem do contexto, da situação e do interesse do indivíduo ou grupo. A partir dessa análise de Barth sobre as fronteiras, podemos perceber que as dinâmicas e interesses envolvidos no processo identitário são mantidos a partir de um conjunto de traços culturais em processo. Esta espécie de auto atribuição étnica, tanto influencia na organização do grupo, quanto interfere nas relações mantidas por eles. Nesse sentido, compreendo que a busca pelo pioneirismo, a maior capacidade de agrupar militantes, a eficácia no enfrentamento ao racismo e a repercussão que deriva das ações desses grupos, representam as estratégias de manutenção dos espaços nessa representatividade política.

Tudo isto desnovela-se em meio à diversidade institucional do Movimento Negro nesta cidade. A constante busca por legitimidade e representatividade percebida no decorrer da pesquisa, surge para mim como uma questão fundamental

para a compreensão da militância local. Observar a história do movimento levando em consideração os símbolos e significados acionados enquanto características que sinalizam a diversidade nas formas de enfrentamento ao racismo e na forma de convencer a população negra não-militante a envolver-se na atuação política, é um elemento de análise valioso na compreensão dessa luta.

Como já foi explicitado anteriormente, iniciei minha pesquisa na graduação levando em consideração o trabalho realizado por Melânia N. Farias no ano de (2004), por este ser um dos poucos trabalhos cuja temática versa sobre Movimento Negro de Campina Grande. O intuito inicial era verificar se a militância organizada desta cidade continuava ativa, passados mais de uma década da pesquisa de Farias, e, a partir disso, perceber o modo como os militantes atuavam na luta contra o racismo, identificando suas reivindicações. A pesquisa do mestrado é uma continuação da pesquisa da graduação, desta vez buscando analisar de forma mais aprofundada as estratégias de ação no interior dessa militância, dada a importância de analisar as diferentes formas e espaços políticos em que o movimento atua, para uma melhor compreensão das relações presentes em nossa sociedade.

Ao tentar interpretar o posicionamento político do Movimento Negro campinense, é preciso estar atento às particularidades e o modo pelo qual os militantes inserem-se nos espaços políticos, levando em consideração os símbolos e significados acionados no modo como enfrentam o racismo, ao mesmo tempo em que tentam convencer a população negra não militante a envolver-se na luta política. Foi preciso observar a articulação e a luta pelos seus direitos, respeitando as características e abordagem de cada um deles. Também foi imprescindível fazer um levantamento que identificasse a articulação entre as principais formas de atuação na luta antirracista, a fim de tecer um panorama de informações históricas dos grupos da militância negra nesta cidade. Se fez necessário identificar os grupos atuantes na luta observando a situação atual dos mesmos, bem como fazer um levantamento da história do movimento ao longo dessas três décadas.

Percebi que o engajamento na luta se expressa através de diferentes atividades de cunho político, configurando uma militância diversa e multifacetada. No que se refere ao meu recorte de pesquisa, conforme já foi previamente apresentado no Capítulo I, considero que, além da capoeira, das religiões de matriz afro e demais manifestações antirracistas, Campina Grande tem duas frentes principais de atuação: MNCG-Zumbi e MNCG-Dandara, as quais correspondem ao meu recorte de pesquisa.

Do ponto de vista de quem faz o movimento, todos se colocam como Movimento Negro de Campina Grande (MNCG) e não se constituem institucionalmente como dois grupos. Publicamente não assumem denominações distintas, entretanto, na sua atuação, como será mais bem detalhado no terceiro capítulo, fica evidente que existe uma separação, configurando uma espécie de segmentação.

Para analisar grupos como este, oriundos de rupturas, Marcio Goldman (2001) se utiliza do conceito de segmentaridade. Ao explicar a diferença entre “fissão” e “segmentação” (MIDDLETON, TAIT, 1958 *apud* GOLDMAN, 2011) explica que enquanto a “fissão” se refere a separação de grupos a “segmentação” é um processo reversível, ou seja, é quando um grupo se divide em dois (ou mais), sem deixar de ser um no anterior.

Este identifica que em Ilhéus, campo de sua pesquisa, os distintos segmentos políticos buscam capturar e se articular com aqueles do movimento negro da cidade, que obedece igualmente a uma lógica segmentar. Para ele, as diversas formas de segmentação que recortam, não apenas os grupos afro e as camadas mais pobres, mas a cidade como um todo, funcionam como pontos de encaixe para a grande política, ou melhor, para seus diversos segmentos (GOLDMAN, 2001, p. 83).

Para Herzfeld, se a “busca pelo segmentável” é a busca pelo “unificável” (*apud* GOLDMAN, 2001), é porque a própria segmentaridade não consiste exatamente na divisão de uma unidade em duas (ou mais) entidades, mas sim na conversão de multiplicidades em segmentos, ou seja, em unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis (GOLDMAN, 2001, p.85). Tais questões levantadas por este autor me ajudaram a perceber no meu campo o fato de que, apesar dessa divisão entre as lideranças do movimento, fato que culminou nessa subdivisão em duas frentes, os mesmos grupos de capoeira, de terreiro, e quilombolas estão presentes em eventos organizados pelas duas vertentes dessa militância.

Herzfeld defende que a segmentação é um aspecto universal da vida política (*apud* GOLDMAN, 2001). Nesse sentido, a segmentação representa um dos modelos de “relatividade social” acionados em qualquer sociedade: “a segmentação é o arranjo relativo das alianças políticas de acordo com critérios genealógicos, *ou outros*, de distância social entre grupos em disputa” (HERZFELD, 1987 *apud* GOLDMAN, p. 76). O autor afirma que a noção de segmentaridade permite compreender as movimentações políticas e as incongruências programáticas, considerando-as como

efeitos do funcionamento de um sistema dotado de um certo tipo de estruturação dinâmica.

Esse deslocamento teórico poderia evitar a explicação desses fenômenos enquanto algo puramente negativo ou individualista. Processos que, certamente, existem, mas que só podem ser compreendidos dentro de seu contexto, cabendo ao pesquisador distinguir cada um deles. Um segmento pode configurar uma parte ou o todo, um fragmento ou unidade. É um todo que pode se dividir, e uma parte que pode tornar-se todo, é a “conversão da multiplicidade em segmentos, ou seja, unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis” (GOLDMAN, 2001, p. 182). Assim como em Goldman, acredito que o conceito de segmentaridade, enquanto mecanismo e processo, mostra-se bastante proveitoso para pensar o MNCG e suas vertentes.

A maioria dos eventos propostos e organizados pelas duas frentes do MNCG tem caráter contestatório. Se empenham na luta antirracista, mas também na manutenção e estrutura da organização, enquanto movimento social negro. As divergências e contraposições destas duas linhas de ação aparecem geralmente quando se trata com o poder e gestão pública. Para a linha MNCG-Zumbi, a conjuntura tem apontado para um caminho de ruptura e contestação visando a transformação. Já para a MNCG-Dandara, o momento sugere alianças, mas sem perder o potencial de contestação e mobilização, tido como característicos do movimento negro. Os grupos não têm um formato convencional, já que não se reúnem sistematicamente. Ambos os lados se declaram independentes do Estado e negam qualquer tipo de vinculação com partidos políticos.

As diferenças na atuação da militância negra podem gerar conflitos no interior desses movimentos, no entanto, essas “disputas ocorrem devido a multiplicidade de posições, posturas, trajetórias e recursos que integram as experiências dos seus ativistas” (MORAES, 2012, p. 77). A partir do estudo dessa militância, tornar-se-á possível perceber a diversificação das demandas em torno da luta antirracista, bem como entender como essa diversificação é capaz de impulsionar o surgimento de novas organizações.

As questões sobre as divergências abordarei de forma mais detalhada no capítulo posterior. Neste capítulo, procuro apresentar um pouco das atividades dessas duas frentes de atuação na luta antirracista de Campina Grande, as quais optei me deter durante a pesquisa, percebendo o modo como suas atividades se desdobram em uma luta pela legitimidade, visibilidade, representatividade e emancipação do povo

negro nesta cidade. Aqui irei descrever as ações do MNCG que acompanhei no ano de 2016. Busco mostrar, também, como se dá a relação da militância com a capoeira e o povo de santo e, também, como se desenvolve sua inserção e atuação no espaço acadêmico. Procuo delimitar as diferenças entre uma e outra frente para melhor definir como atua cada uma delas.

### 3.1 O CAMPO SOB UM NOVO PRISMA

A população negra campinense está, como a esmagadora maioria dos negros brasileiros, na periferia e nas favelas e, em consequência disso, invisibilizada. Essa parcela da população não tem presença maciça em espaços de predominância branca nesta cidade, incluindo áreas de lazer, shoppings, restaurantes, etc. Aqui a manifestação do racismo não difere essencialmente do restante do país. Nesta cidade do interior da Paraíba, ocorrem semelhantes manifestações de preconceito sobre a população negra, o que resulta numa distinção social baseada na associação entre cor da pele e a classe social, como aponta Guimarães (1995): “é pela restrição fatural da cidadania e através da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda, de educação; e pelas desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres [...]”.

Nisto estão contidas inúmeras formas de exclusão e discriminação do povo negro e de seus símbolos, cotidianamente. Explica ainda que estudos como os das décadas de 1980 e 1990<sup>41</sup>, mostram a profunda desigualdade que separa os brancos dos outros grupos raciais e revelam uma segregação real dos negros seja através dos empregos ou mesmo na educação e na habitação (GUIMARÃES, 1995).

Apesar de não ter nascido aqui, resido em Campina Grande desde a minha primeira infância e eu sempre morei em bairros mais periféricos. Eu, como a maioria dos cidadãos campinenses, sempre acreditei que a população negra era minoria aqui, julgando pelo fato de que, nem na “periferia” eu os encontrava. Foi somente após ingressar no ensino superior e iniciar os estudos sobre as questões raciais que pude ter acesso aos dados oficiais. Para minha surpresa, a partir disso, tomei conhecimento de que a população negra era maioria, e não minoria, nesta cidade. Eu fiquei a me perguntar aonde estaria esta grande parcela negra da população, já que não estavam na universidade, nem na periferia (pelo menos não na periferia que eu conhecia),

---

<sup>41</sup> Tais como os estudos de Carlos Hasenbalg (1979) Nelson do Valle Silva (1980), Telles (1992), dentre outros.

tampouco nos espaços de lazer e entretenimento. Foi então que passei a perceber que, o que eu considerava como periferia, eram bairros que ao menos tinham o mínimo de infraestrutura e atenção do Estado. Foi ao adentrar nas ditas “favelas” que pude ver aonde estavam os negros: em bairros como o Pedregal, José Pinheiro, Serrotão, Monte Santo, Bairro da Glória, Bairro das Cidades, Catingueira, dentre outros, esquecidos pela administração municipal e estadual. Muitos deles sem saneamento básico, em condições precárias, transporte público de qualidade duvidosa e escolas municipais pouco assistidas<sup>42</sup>. Deparar-me com essa realidade me fez perceber que a grande maioria da população negra desta cidade encontra-se em situação de extrema pobreza e abandono. Grande parte dessa parcela da população tem dificuldade de se reconhecer como sendo negra. No meu próprio círculo social posso citar exemplos de várias pessoas negras que se autodenominam como “morenas” e que afirmam nunca terem sido vítimas de racismo. Na minha turma de graduação, por exemplo, de um total, de trinta alunos, somente três eram negros, mas não se reconheciam enquanto tal, pois se autodenominam como sendo “morenos”.

O não engajamento por parte da grande maioria da população negra campinense à esta militância, demanda dos grupos organizados uma constante necessidade de mobilização e articulação e uma permanente manutenção material, intelectual e financeira. As mobilizações em torno da luta antirracista, tem como ponto de partida a exclusão social de um povo que, vivendo à margem da sociedade, reivindica uma reparação histórica, social e política. Essa articulação feita a partir da condição social do povo negro acaba por legitimar e institucionalizar o movimento. Tais demandas fortalecem a militância enquanto movimento social, e, simultaneamente, conscientiza sobre o fato de que a população negra campinense se encontra à margem da sociedade e com poucas chances de se inserir dignamente na mesma.

A luta se desenrola no sentido de tornar visível à sociedade a realidade excludente em que se encontra a maioria da população negra campinenses, cuja

---

<sup>42</sup> Segundo dados do último censo fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de *peças acima de 15 anos de idade que não sabem ler ou escrever é de 22,8% para raça branca, 37,5 % para raça amarela, 33,8% para indígenas, 37,2 % para pardos e 53,6% para negros*. Outro dado relevante é sobre o *valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça sendo branca R\$ 1.267; amarela R\$925; R\$ 848 indígena; parda R\$ 833 e preta R\$ 703* (IBGE, Censo Demográfico 2010). Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

posição social de classe se articula à condição de negro, não só no que se refere ao preconceito racial, mas também ao desamparo das políticas governamentais. Acredita-se, portanto, que quando a sociedade toma conhecimento da realidade material que acomete a população negra, torna-se possível o reconhecimento e a importância política e social desse Movimento, promovendo a construção de um discurso identitário negro reivindicatório que, baseado ainda em princípios norteadores, procura positivar sua identidade como forma de enfrentar o racismo.

Os militantes ressaltam que a importância dos eventos promovidos pelo Movimento Negro de Campina Grande nesta cidade é, não somente de pregar contra o racismo, mas levar ao conhecimento dos cidadãos negros a importância dessa luta no combate às discriminações e a violência histórica das quais eles mesmos são vítimas. Todos os militantes com quem tive a oportunidade de dialogar afirmaram que despertaram para a militância depois de assistir à palestras ou participar de algumas dessas atividades realizadas pelo movimento negro local.

Por esta razão, acreditam que se utilizando desta mesma estratégia eles podem promover a conscientização da população negra, bem como toda a população campinense e, inclusive, os poderes públicos. Aspiram ter uma sede, pois a maioria dos militantes acredita que se o movimento fosse institucionalizado e tivesse um espaço fixo para a promoção desses eventos seria mais viável articular as ações, no entanto, essa não tem sido sua principal bandeira de luta, pois acreditam que a desconstrução do racismo pode ser promovida através das várias instâncias da sociedade.

Para compreender melhor as formas de atuação dos militantes antirracistas, foi necessário investigar os espaços em que atuam e identificar as estratégias utilizadas pelos mesmos no combate ao racismo nesta cidade. Os primeiros contatos que tive com essa militância, conforme já mencionei, foi através das reuniões iniciais para organizar a *Marcha Contra o Genocídio da Juventude Negra* (2014).

A princípio, achei que poderia encontrar toda, ou a maior parte da militância negra campinense presente ali, nos encontros semanais para a organização da marcha. Achei apropriado, portanto, participar de todas as reuniões que antecederam a mesma. Tive um certo estranhamento desde o primeiro encontro, ao perceber que o corpo que compunha a organização da marcha era muito mais de pessoas brancas do que negras, diferentemente do que eu esperava encontrar, mas posteriormente compreendi que isso se deu pelo fato do movimento ter buscado apoio de alunos e

professores universitários e das escolas públicas, ONGs e outras instituições que se engajaram na realização desse evento. Desde então já pude perceber que a militância não atuava sozinha, mas buscava o apoio de vários órgãos e instituições da sociedade campinense. Foi a partir desses encontros que tive contato com várias pessoas, negras e brancas, comprometidas com a luta. Estes, em sua grande maioria, pesquisadores, professores e alunos universitários.

As pautas que estavam sendo levantadas nas reuniões de organização da Marcha, sobre o alto índice de mortalidade do povo negro e a inegável desigualdade socioeconômica, por exemplo, eram, a meu ver, demasiado importantes e, de acordo com meus julgamentos pessoais, deveriam ser de interesse de toda a população negra, especialmente dos militantes, no entanto, somente uma minoria negra estava presente ali. Foi a partir disso que me despertou a necessidade de compreender as razões pela qual essa militância - que tinha a luta contra o racismo como aspecto em comum – não trabalhava em conjunto. Nestas reuniões que antecederam a marcha fiz alguns contatos importantes que, através de conversas informais, revelaram indícios de que a militância negra nesta cidade não era homogênea, como eu supunha à princípio. Em uma dessas conversas, foi-me revelado que a militância antirracista era composta por outras pessoas, além das que estavam presentes ali na reunião da marcha, mas que, por questões ideológicas e pessoais, não militavam em conjunto. Desde então, senti a necessidade de ampliar os contatos e procurar conhecer os demais militantes e suas estratégias de combate ao racismo. Fui em busca de ampliar os contatos e consegui conhecer outros. Desde as primeiras falas, ainda que sutilmente, para mim, já se tornou perceptível que havia algumas divergências entre os lados da militância, mas, como o conflito me pareceu velado, para entender melhor essas duas frentes de atuação, tive que passar a frequentar as atividades promovidas pelas duas frentes. Foi, portanto, a partir do aprofundamento desse contato que percebi que, de fato, existia uma divisão no MNCG.

A despeito das lutas se darem em ambientes e de formas distintas, essas duas principais frentes do movimento levantam questões tão idênticas que, em princípio, causa-se a impressão de ser um único grupo. Sem contar o fato de referirem-se ao MNCG como se fosse uma unidade, pelo próprio uso unificado do termo *Movimento Negro de Campina Grande*. Porém, à medida que eu participava das atividades, ia ficando mais evidente que havia um “racha” na militância, tendo em vista que quando um evento era promovido por um frente, a outra frente não se fazia presente. Ao

participar dos eventos realizados por ambas, pude perceber as sutis diferenças na sua atuação e na forma como ocupam esses espaços. Busquei então entender, através de conversas com militantes e não militantes, o que teria eventualmente desencadeado essa separação e, ao mesmo tempo, identificar as diferenças na proposta de identidade negra que cada uma desses grupos apresentam, bem como suas convergências. Em uma das conversas que tive com um dos militantes não vinculados ao movimento formal, foi-me revelado superficialmente que, essa militância atuou em conjunto durante muitos anos, mas que alguns desentendimentos de cunho ideológico resultou nessa cisão.

No decorrer da pesquisa não ficou evidente em que momento essa divisão aconteceu, mas pelo depoimento desse militante, deve ter ocorrido cerca de quatro ou cinco anos antes da minha primeira inserção no campo. Desde que houve esse rompimento, os eventos e lutas passaram a acontecer em separado, por isso mesmo não existe um plano comum de ação entre esses grupos. É preciso um olhar mais atento para perceber que existe um processo de diferença na postura assumida entre os militantes locais. Nesse sentido, acredito ser de fundamental importância considerar a polifonia desse discurso. As razões dessa fragmentação não é algo que seja claramente anunciado pelos militantes. Tem relação, ao mesmo tempo, com motivações pessoais, políticas e conjunturais. No começo da minha pesquisa não falavam explicitamente sobre essas divergências, mas depois de certo tempo passaram a deixar explícito que não partilhavam dos mesmos ideais e que cada grupo tinha sua própria maneira de militar.

Através da frequência nos eventos e das conversas, constatei que, em termos numéricos, a quantidade de militantes vinculados, que se intitulam como pertencentes ao movimento formal desta cidade (Movimento Negro de Campina Grande - MNCG) é relativamente pequena, contando com quatro membros, sendo três homens e uma mulher. No que se refere à participação desta figura feminina em específico, em grande parte dos eventos nos quais estive presente, percebi uma lacuna na representatividade da mulher negra-militante campinense, pois, além da presença feminina ser minoria, ela é pouco participativa, se comparado a participação masculina. Tendo em vista que sua participação nos eventos se dá muito mais no processo de organização que no discurso, propriamente dito, pois foram raras as vezes em que a vi discursar.

### 3.2 MOVIMENTOS NEGROS

O uso do termo “movimentos negros” está sendo utilizado aqui por considerar que o conjunto do movimento, em toda a sua trajetória, nunca foi, de fato, homogêneo, dadas as diferenças e divergências entre as variadas organizações que surgiram no país ao longo das décadas. O termo, assim utilizado, não tem pretensão de desintegrar as ações do movimento, ou mesmo reduzir a sua importância, ao contrário, é apenas uma forma de enfatizar sua dinâmica. Os grupos são, na maioria das vezes, ambíguos, podendo ser olhados como similares, pelos símbolos e pelos discursos acionados, mas ao mesmo tempo, diferentes, por terem origens culturais ou percepções políticas diferenciadas. Acredito, portanto, que as afinidades, históricas, políticas e culturais são variáveis, podendo ser construídas conforme as distintas posições e pelas histórias coletivas e individuais dos sujeitos envolvidos. O que nos permite afirmar que existem “identidades negras” no Brasil, não uma única identidade nacional. Deste modo, a “negritude” viabiliza a construção de espaços de discussão que permitirão aos grupos negros locais e atuantes vivenciarem experiências que possam ser continuamente avaliadas e/ou modificadas.

Partindo desse pressuposto de que existem “Movimentos Negros” e não um único “Movimento” homogêneo, percebe-se também que o Brasil, como diz Florestan Fernandes, vive, simultaneamente, em várias “idades histórico-sociais”. O que pode acarretar diferentes formas de atuação desta militância em cada estado, cidade ou região, no que se refere à relação desses grupos com a sociedade, “Projetadas contra esse pano de fundo, as relações étnicas ou raciais e o significado da cor na vida humana apresentam diversas facetas” (FERNANDES, 1972, p. 84).

Baseada na ideia da heterogeneidade desses movimentos, compreendo que o modo como os indivíduos se veem e como acreditam ser vistos, bem como o fato dos grupos se reconhecerem, ou não, nas imagens identitárias que lhes são atribuídas, serão pontos decisivos na manifestação das suas reivindicações e dos papéis sociais que optarão por assumir. É um tanto quanto perigoso denominar os “afrodescendentes” como sendo uma categoria homogênea, pois estes compõem um variado repertório de tradições e experiências culturais.

O termo “negro” não é uma categoria simples e acabada, o seu uso denota objetivos bem delineados e tem relação social, cultural e política. Ao ser analisada historicamente, essa classificação revela uma multiplicidade de conflitos sociais. Por esta razão, no termo “negro” está contida uma identidade fluída e mutável que

apresenta sentidos decorrentes das experiências individuais em relação aos contextos sociais nos quais se inserem. A 'Negritude' seria, portanto, uma gama de atributos físicos, materiais e também simbólicos capazes de unir várias pessoas numa atmosfera de pertencimento ao continente africano e às suas tradições. É um ideal político por meio do qual a luta pela autoafirmação se legitima. Por *identidade negra* entendo aqui o processo de construção dos significados da negritude baseado em seus atributos sociais, culturais e políticos (SOUSA: 2006, p. 11) e os traços físicos tais como cor da pele, cabelo, etc., como apresenta Guimarães:

[...] os movimentos negros contemporâneos buscam construir uma identidade que envolva o fato de descenderem de africanos escravizados, que tiveram sua cultura inferiorizada, de pertencerem a um grupo estigmatizado, submetido a discriminações. Essa identidade passa por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude, física e culturalmente". (GUIMARÃES, 2008).

As percepções militantes sobre preconceito e discriminação, nos permitem compreender a experiência dolorosa de quem sofre com o racismo, ao mesmo tempo em que nos ajuda na interpretação do processo de superação da discriminação racial, através da afirmação dos discursos identitários negros que justificam a formação deste movimento. Por esta razão, faz-se relevante perceber as singularidades e consequências desse racismo que acomete o cidadão negro para, assim, entender como as formas de racismo tornam-se símbolos para enfrentá-lo por meio do sentido da afirmação de identidade. Deste modo, ser negro tem inúmeros significados, considerando o fato de que a identidade racial é embasada na origem africana. Por esta razão, assumir-se negro no Brasil é muito mais que uma questão meramente estética, mas, e acima de tudo, um posicionamento político (FERNANDES, CORTEZ, SOUZA, 2016, p. 109).

Segundo Guimarães (1995), o grande desafio dos que lutam contra o racismo neste país está em convencer a opinião pública do caráter sistemático dessas desigualdades. Por esta razão, se faz necessário mostrar como esse racismo se reproduz cotidianamente através de empresas públicas e privadas, de instituições da ordem pública (como a polícia e os sistemas judiciário e correcional), através das instituições educacionais e de saúde pública. Assim, segundo o autor, para os afro-brasileiros, aqueles que se reconhecem enquanto "negros", o *antirracismo* significa, antes de tudo, a admissão de sua "raça", isto é, a percepção racializada de si mesmo e dos outros. Isso significa a reconstrução da negritude a partir herança africana (a cultura afro-brasileira do candomblé, da capoeira, dos afoxés), ao mesmo tempo,

devem apropriar-se do legado cultural e político do "Atlântico negro" — isto é, o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, a renascença cultural caribenha, a luta contra o apartheid na África do Sul etc. Desta forma, o Movimento Negro seria um veículo de fundamental importância na construção de uma consciência racial. Consciência esta que se constrói também através da formação intelectual e da participação social, não somente através do engajamento institucional. Tal conscientização pode servir de estímulo para o despertar da consciência referente à sua própria marginalização, estimulando, através desta compreensão e do empoderamento, o seu posicionamento ante as situações de preconceito e discriminação.

Diante dessa complexidade, Gomes (2005) explica como e em qual contexto ocorre a formação de uma identidade negra nos espaços de tensão: “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiras(os)” (GOMES: 2005, p.43).

Estes grupos, que foram historicamente subalternizados, veem nas articulações políticas uma forma de passar de uma condição de absoluta marginalização e discriminação a que foram submetidos nos processos de colonização, para uma situação onde passam a ter seus “direitos originários” legitimados (SCHERER WARREN, apud, Silva, Gomide, Wanderley, Paz e Diniz: 2012, p. 119). Visam, a partir da organização e da ação, contribuir para a mudança social, haja vista que o debate está situado na tensão entre participação e pressão, entre ativismo e militância. Ou, como explica Touraine, é necessário distinguir claramente, em cada tipo de sociedade, os conflitos estruturais nela existentes, que opõem os detentores do poder socioeconômico e aqueles a eles submetidos. Bem como os movimentos (históricos) que podem ser claramente definidos pelos conflitos surgidos em torno da gestão da mudança histórica (TOURAINÉ: 2006, p. 19).

Acho importante também explicar aqui o conceito de ‘Negritude’ para melhor contextualizar o leitor. Um dos importantes intelectuais, precursores da ideia de negritude foi Aimé Césaire (1930). Ele buscou romper com a estética ocidental e assumir a negritude, desvinculando-se da imposição da cultura colonial. Seu engajamento se deu através da Literatura, com a poesia de exaltação africana. Segundo Kabengele Munanga, “mais tarde Césaire irá defini-la [a negritude] em três palavras: identidade, fidelidade e solidariedade” (MUNANGA, 1988, p. 44).

A colonização criou uma relação de forças desiguais nos países colonizados, gerando desigualdade, a partir da imposição da “superioridade branca”, contrastada com a extrema “inferioridade” e ridicularização do negro (MUNANGA, 1988). O que resta para o negro é “branquear-se” a partir da negação da sua cor e sua raça, cabendo ao negro uma busca pela assimilação ao mundo dos brancos e a negação de suas origens, de sua cultura, de suas tradições. O negro foi reduzido, humilhado e desumanizado desde o período da colonização e essa redução visava a sua alienação e dominação. A ideia de negritude, em contrapartida, busca conferir uma positividade ao fato de ser negro, bem como a valorização da cultura e dos símbolos oriundos do continente africano. O negro deveria, portanto, reconquistar sua autonomia, pois, quando o negro aceita-se, se acende a oportunidade de uma afirmação cultural, moral, física e psíquica.

Frantz Fanon, em sua obra “Peles negras máscaras brancas”, explica como se dá o processo de negação da identidade negra pelo próprio negro, como forma de se proteger de uma sociedade que o segrega. Ele faz a seguinte colocação:

Começo a sofrer por não ser branco, na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, extorpe em mim todo valor, toda originalidade, diz que parasito o mundo, que é preciso que acompanhe mais rapidamente possível o mundo do homem branco, que sou um animal estúpido e meu povo e eu somos como um esterco ambulante repugnantemente prometedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada haver com o mundo. Então tentarei simplesmente tornar-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade, o que é impossível, pois existe dentro de você um complexo de dependência (FANON, 1983, p. 82).

A partir da perspectiva de Fanon, é possível entender como a negação da identidade leva à invisibilização e ao desconhecimento a respeito desta identidade, levando a uma espécie de negação de si próprio, em contrapartida, à exaltação do “outro”. Esse tipo de desconhecimento só pode ser combatido, portanto, através do reconhecimento.

Todo povo colonizado - isto é, todo povo no seio do qual originou-se um complexo de inferioridade, devido ao extermínio da originalidade da cultura local - tem como parâmetro a linguagem da nação civilizadora, ou seja, a cultura da metrópole. Quanto mais afastado o colonizado estiver da sua selva, mais facilmente absorverá os valores culturais da metrópole. Quanto mais ele rejeitar sua negritude e a selva, mais branco ele será (FANON, 1983, p. 18).

Nesse contexto, segundo demonstra Fanon, a relação entre brancos e negros se dá de modo que o “branco colonizador”, exerce autoridade sobre os negros, que

por sua vez devem estar cientes da sua inferioridade, pela imposição de representações negativas impostas contra eles. Neste sentido, a superação dessa imagem estereotipada se daria através da assunção de sua identidade original, rejeitando então a imposição dessa “inferioridade” do negro.

Sem a escravização e a colonização dos povos negros da África, a negritude, essa realidade que tantos estudiosos abordam não chegando a um denominador comum, nem teria nascido. Interpretada ora como uma formação mitológica, ora como um movimento ideológico, seu conceito reúne diversas definições nas áreas cultural, biológica, psicológica, política e em outras. Esta multiplicidade de interpretações está relacionada à evolução e à dinâmica da realidade colonial e do mundo negro no tempo e no espaço (MUNANGA, 1988, p. 5).

Segundo Munanga (1998), negritude configura a busca pela construção de uma identidade negra que fora negada aos africanos escravizados e à sua descendência. Para o autor, a negritude aspira ao poder, estimula a ação política e a luta pela independência. Negritude seria, portanto, tudo o que está relacionado à raça negra e a sua consciência de a ela pertencer. Nesse sentido, um dos principais objetivos da negritude é a restituição e valorização da identidade que foi negada aos africanos e afrodescendentes, como consequência do processo de colonização. No Brasil, de acordo com Munanga, a negritude encontra um grande obstáculo, tendo em vista que ainda impera a ideia de mestiçagem, pois esse conceito ideológico dificulta o processo de construção identitária.

O Movimento Negro é, portanto, uma tentativa de resgate e valorização da história do negro. Esta identidade surge através da afirmação, e, ao mesmo tempo, da recusa daquela identidade negativa, socialmente atribuída, ao longo dos séculos. Buscam na tradição os elementos que lhes permitam enxergar-se a si próprio sob uma ótica positiva. Por isso a importância de buscar na História a interpretação da vivência de seu povo. Esse resgate é um importante colaborador na reconstrução dessa identidade coletiva. Cada luta contém, em si, a necessidade de restabelecer a dignidade do povo negro. Indo de encontro a falsa democracia racial, passam a perceber o valor da cultura afro-brasileira em elementos como o samba, a capoeira, os maracatus, dentre outros, não deixando, todavia, de ser uma valorização diretamente associada ao discurso político.

### 3.3 AS OUTRAS VERTENTES DA MILITÂNCIA CAMPINENSE

Entre as principais lutas da militância negra campinense, como um todo, está a busca pelo reconhecimento social na contribuição da cultura de matriz africana. Cultura bastante presente em nosso cotidiano, porém, mal interpretada, estereotipada e, muitas das vezes, demonizada. É nesse contexto que surgem os grupos de resistência negra com uma alternativa histórica, visando reinterpretar esse contexto de dominação e exclusão. No que concerne ao combate do mito da democracia racial no Brasil, é consenso entre os militantes locais a necessidade de repensar algumas noções que estão enraizadas no imaginário social brasileiro, deste modo, a luta pela liberdade é, ao mesmo tempo, a própria base para a constituição dos direitos de cidadania.

Os discursos identitários sobre o negro são provenientes de determinadas matrizes de pensamento que, por vezes, são sistematizados em instituições ou organizações sociais, tais como as escolas e o campo acadêmico, que, de acordo com o reconhecimento e relevância social, conseguem se impor na sociedade. O pouco conhecimento histórico acerca dos elementos africanos geram estigmatização da população negra. É através da militância que se gera a reabilitação da dignidade desta identidade negra, a partir da consciência de superação desses estigmas sociais. Por esta razão, o discurso étnico militante foi considerado como um discurso de extrema importância na articulação de uma militância engajada a partir da organização e da ocupação desses espaços, enquanto movimento social. Em todos os eventos em que estive presente foi notável a importância que o MNCG, de forma unânime, confere aos povos de terreiro e da capoeira. Tanto que são contabilizados como fazendo parte da militância e sempre estão presentes nos eventos, sejam enquanto militantes ou enquanto público. Por isso, acho importante colocar aqui como se dá a atuação dessa parcela da militância antirracista nesta cidade.

Segundo Ofélia Maria de Barros<sup>43</sup> (2011), a cidade de Campina Grande, a partir de meados do século XX, passa a ter influência das religiões afro-brasileiras, especialmente da Umbanda (de São Paulo) por conta do processo de legalização dessas práticas em nível nacional e do Candomblé de Pernambuco, com a vinda de

---

<sup>43</sup> Ela divide os terreiros em quatro segmentos: o Catimbó-Jurema, terreiros nos quais são cultuados apenas entidades; Umbanda-Jurema, nos quais são cultuadas além das entidades os orixás (numa interpretação umbandista), também nomeados de santo; Candomblé-Jurema, onde se cultuam entidades e orixás, com distinções do ritual da Umbanda e por fim, o Candomblé, no qual ocorre a cultuação exclusiva dos orixás (25).

alguns candomblecistas para a cidade (BARROS, 2011, p. 20). Assim como em grande parte do Brasil, o negro na Paraíba não teve espaço para desenvolver plenamente a sua religiosidade. E, em decorrência disso, foi impelido a adotar a religiosidade com a qual mais se identificava, neste caso, o *catimbó-jurema*.

As marcas que predominaram nessa religiosidade foram marcas de uma religiosidade indígena com traços do catolicismo popular e kardecista, ainda que já contivesse elementos de uma cultura negra (BARROS, 2011, p. 154). Os terreiros de Candomblé-Jurema tem associação com as correntes *nagô* do Recife, vinculadas à tradição do *Sítio de Pai Adão*. Os terreiros de criação mais recente têm influência dos líderes de tradições de Salvador e Rio de Janeiro, e deram origem ao *Candomblé Ketu* e *Ketuangola*, numa recriação campinense. A autora concede um destaque para o culto da Jurema, um ritual que tem como marca central o uso do cachimbo, da fumaça e do transe, pela incorporação de entidades dos mestres, caboclos, pretos velhos, pomba-gira e erês (crianças), além das referências aos reis Herón, Salomão e Malunguinho (184).

Conforme aponta Barros, essas tradições religiosas têm sido implantadas na cidade através da fundação de novas casas de culto, consistindo na efetivação de projetos pessoais, que tomaram forma a partir do desejo individual de alguns em se instalarem na cidade e implantarem uma religiosidade, a partir de suas experiências adquiridas em outros contextos sociais. Assim sendo, para que o culto aos orixás aqui se estabelecesse, foi necessário unir-se ao já tradicional e resistente Catimbó/Jurema da Paraíba (2011, p. 151). A partir desse hibridismo, as variações dessa religiosidade foram adaptadas ou atualizadas para uma tradição local.

No que se refere à capoeira campinense, para alguns militantes, ela configura 'uma 'arma de resistência', uma forma de luta e de libertação, cuja simbologia cultural e espiritual está ligada ao sofrimento, à libertação, à glória da "liberdade" ou da fuga. Campina conta com O Projeto Capoeira nas Escolas que foi desenvolvido pela UCPB – União dos Capoeiras do Planalto da Borborema em 2007. O projeto tem parceria com a Secretaria de Educação do Município e o Instituto Alpargatas<sup>44</sup>. A realização se deu a partir do reconhecimento da Capoeira como uma importante ferramenta na

---

<sup>44</sup> O Instituto Alpargatas pertence à multinacional Camargo Corrêa S.A. (Havaianas), foi fundado em 2003, em âmbito nacional. Ao longo desse tempo atua incentivando e patrocinando o esporte, cultura e cidadania, para crianças, adolescentes, jovens e comunidades. Contribuir para a melhoria da qualidade da educação de crianças, adolescentes e jovens, de 7 a 29 anos, por meio do esporte e da cultura nas comunidades em que a empresa opera.

implantação das Leis 11.645 e 10.639, tendo em vista a obrigatoriedade da inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na rede de ensino.

A UCPB foi fundada em 2006, atuando a partir de 2007, em 40 escolas municipais. Atualmente funciona em 120 escolas municipais da cidade, atendendo anualmente a mais de 6.000 crianças do Infantil ao 9º ano. O projeto é coordenado por Rosenberg Pequeno (Mestre Pequeno), presidente da UCPB. O Instituto Alpargatas é responsável pelos uniformes das equipes e das crianças e pelo apoio logístico na realização de eventos. A equipe do Projeto Capoeira nas Escolas é composta por 25 profissionais dos grupos de Capoeira integrados à UCPB. Nas escolas são ministradas aulas de Capoeira, Samba de Roda, Maculelê, Coco de Roda, Ciranda e Percussão.

É possível perceber a importância que o MNCG confere a capoeira e aos *terreiros* no combate ao racismo, bem como os diferentes grupos, que em sua diversidade, constituem o Movimento Negro brasileiro. Através da fala deste militante fica evidente que ele aprendeu muito da história do povo negro através da capoeira:

É uma das facetas da minha história de luta contra o racismo. É mais outra luta que eu tenho. É outra luta que eu tenho. Eu passei quatro anos treinando capoeira. E aprendi muito da história do povo negro, sobre Pastinha, Mestre Bimba, João Grande, enfim. A capoeira me deu amigos. A capoeira me dava prazer, alegria. Me dava vontade de viver mais. De lutar mais contra o racismo. Lutar mais por justiça social, por igualdade. Foram anos maravilhosos que eu passei na capoeira de Campina Grande. E eu não abandonei jamais. Até hoje, nas minhas lutas em Campina Grande, sempre quando eu posso, quando eu vou dar uma palestra numa escola, numa universidade, enfim... Já levei a capoeira pra várias escolas em Campina Grande. Lá no bairro do tambor, está a capoeira. Um negro com consciência negra. Você fazer parte do movimento negro não é só você fazer parte do Olodum, do MNU, da CONEM Bahia. Você pode ter um negro lá em José Pinheiro que tenha consciência negra, que esteja fazendo um trabalho de luta contra o racismo. Mostrando o quanto é bonito ser negro, o quanto é importante a gente fazer parte daquela cultura afro brasileira. O quanto é importante a gente levar essa cultura afro brasileira com dignidade para essas escolas e para o conjunto da sociedade. A dança afro não é só dançar. É um movimento de conscientização da existência do racismo e das desigualdades raciais. Um movimento que leva essa consciência negra. (Trecho de gravação com a fala de um dos militantes entrevistados).

Em um artigo escrito pelo capoeirista, militante, historiador e participante do Projeto Capoeira nas escolas, Williams Lima Cabral (2012), o autor explica que em uma aula de capoeira, são passados mais do que os movimentos, também são feitas discussões sobre a história da capoeira e sobre os conceitos de respeito e cidadania, racismo, discriminação, violência urbana, dentre outras coisas. Neste sentido, a

criança que treina capoeira é instruída a ter disciplina, ao mesmo tempo em que se torna consciente das disparidades sociais.

Utilizamos a capoeira como meio a divulgar a cultura de um povo que faz parte da nação brasileira e que historicamente sofre com discriminação e preconceitos que os colocam a margem da sociedade. A população negra nos últimos anos vem sendo cada vez mais assistida pelo governo federal, porém a discriminação ainda é imensa nos meios sociais, principalmente nas escolas. Daí vem a importância de um currículo alternativo que não mais reproduza a História oficial que apenas coloca o negro como escravo e passivo a esta identidade, mas agora colocamos a História do negro que resistiu e resiste aos descasos e discriminações e que agora tem sua trajetória reescrita e sua cultura valorizada (CABRAL, 2012).

Para esses militantes, ensinar a capoeira de forma lúdica e pedagógica é uma forma de transformá-la em uma grande ferramenta educacional, potencializando o desenvolvimento da criança no ambiente escolar. “Discutir currículo, multiculturalismo e a prática de capoeira é fundamental para entendermos como esta arte pode servir como ferramenta de combate contra a discriminação, o bullying, racismo, etc.” (CABRAL, 2012). Segundo o autor, o capoeirista interessado em guardar os ensinamentos de seus mestres e professores, tornam-se pessoas centradas e preocupadas com o desenvolvimento e formação críticas, em um intuito de desenvolver o respeito dentro ou fora da roda de capoeira.

### 3.4 A EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO LIBERTADOR: O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO

Campina Grande, de uma maneira geral, suprime a existência de qualquer tipo de conflito étnico social e legitima os estigmas sociais que provocam diversas situações de preconceito e discriminação racial contra o negro. Datas importantes como o 20 de novembro, muitas das vezes, são tomadas como datas folclóricas. Não se consideram os elementos de matriz africana como significativos no processo da composição racial e social do povo campinense. Acredito que, em grande medida, devido ao fato do negro ter sido afastado de sua própria historicidade e marginalizado dos processos históricos e sociais, desencadeou-se um não engajamento da população negra campinense na luta antirracista. Sua memória histórica ainda está sendo lentamente construída através das suas próprias vozes. Evidentemente o racismo não se originou, tampouco se encerra nesta cidade, porém, através de cada contexto no qual ocorrem essas situações, nos é permitido analisar as condições históricas em que se estabeleceram e que tipo de características particulares contém.

As experiências vividas ao lado do movimento, a meu ver, foram bem satisfatórias, e muitas das vezes, tão ou mais reveladoras quanto as leituras que tenho feito sobre as questões raciais até o momento - dentro e fora da academia - já que me proporcionaram um aprofundamento, na prática, do conhecimento que eu tinha acerca do Movimento Negro de Campina Grande e do racismo de uma maneira geral. Analisar a atuação dessas duas frentes através da abordagem e dos eventos, me fez perceber o quanto ambas dão importância à educação formal, tanto no nível básico, quanto no nível superior. Assunto que detalharei melhor nos próximos tópicos.

Pelo que pude perceber as ações dessa militância, diferentemente do que eu supunha no início da pesquisa, não se limitam a agregação de novos membros ao movimento. A luta é muito maior no que se refere a sensibilização da situação de segregação sofrida por esta parcela mais desfavorecida da população. De um modo geral, há também um esforço recorrente em implantar efetivamente a lei 10.639. A luta em si é pela conscientização da situação do negro nesta cidade, no Brasil e no mundo e a aplicação prática desta Lei pode ser um elemento de transformação da sociedade, a partir da mudança no espaço escolar. A militância surgiria, portanto, como consequência, através do despertar dessa consciência.

É válido registrar que ambos os lados desta militância acolhem o meu trabalho e os dos demais pesquisadores, pois acreditam ser este um meio de divulgar as ações do movimento, podendo vir a ser mais uma ferramenta na conscientização do racismo. Dentro dessa busca por reconhecimento social, institucionalização e representatividade, a pauta sobre o acesso à educação está presente no discurso de toda a militância campinense. Tal discurso é explícito, quer seja nos eventos, nas formas de atuação, ou mesmo em parte dos conteúdos abordados nos livros lançados.

Pensar a educação brasileira do ponto de vista do próprio negro é entender que a exclusão não está apenas na reprodução dos estereótipos racistas dos livros didáticos, no pouco valor que o professor confere ao aluno negro, nas teorias científicas racistas, na folclorização da cultura negra, mas também num sistema de ensino que é pautado em toda uma estrutura material e simbólica, o que acaba por perpetuar essas formas de exclusão (GOMES, 1997, p. 24). Por isso a necessidade de capacitar professores e estudantes para lidarem com a diversidade e com o reconhecimento da diferença. É necessário que as práticas educativas rompam com a ideia de homogeneidade e de uniformização, ainda tão presentes no campo educacional.

Capacitar professores para lidar com a diversidade implica em encarar as diferenças como um aspecto positivo, perceber nela a sua riqueza e promover as trocas entre os diferentes grupos e etnias. Que a busca em se estabelecer relações dialógicas e valorativas daquele que é “diferente”, possa nos guiar na adoção de práticas pedagógicas, sociais e políticas nas quais as diferenças sejam entendidas como parte da nossa própria sociedade. Nas sociedades ocidentais, de um modo geral, a escola parece estar à serviço da classe dominante, o que legitima o discurso dos militantes negros ao afirmarem que as ideologias, por ela transmitida, tem servido para justificar as desigualdades, ocultando e mascarando as contradições e os antagonismos da sociedade brasileira. (SANTOS, MACHADO: 2008, p. 107-108).

O processo de resistência ante a discriminação racial se expressa através do Movimento Negro pela luta histórica e pela desconstrução da visão estereotipada da cultura africana. A rejeição dessas raízes culturais no ambiente escolar não favorece a presença dos alunos negros. Suas origens étnicas nunca são representadas e nas raras vezes em que são, aparecem de maneira folclórica e deturpada (COSTA apud FERNANDES, CORTEZ, SOUZA, 2016, p. 115).

Assim, a construção da identidade negra se dá a partir de um processo de conscientização e valorização racial que, por sua vez, colabora para uma construção política e sociocultural a partir da identidade. Segundo Nilma Lino Gomes, reconhecer-se numa identidade “supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo de referência” (GOMES: 2003, p. 171).

Por esta razão, ao se negar a voz a todos os saberes, a escola não reconhece os alunos como sujeitos construtores da própria história na sociedade brasileira. Assim, uma escola apta a favorecer as diferenças e o diálogo entre os indivíduos de diferentes grupos étnico-raciais, permite ao educando negro desconstruir estereótipos e preconceitos em relação à sua origem e ajuda-o a adquirir sentimento de pertença, que pode conduzi-lo a atuar em defesa dos valores de seu grupo étnico-racial. A escola não pode ser espaço de alienação da negritude e de expropriação do corpo negro, mas deve ser um espaço que valorize a autenticidade e originalidade extirpadas pelo racismo. A escola pode assim possibilitar ao aluno negro um questionamento sobre o seu corpo que não o leve a tentativa de fazer-se branco, mas de tornar-se negro (FERNANDES, CORTEZ, SOUZA, 2016, p. 109).

A afirmação da identidade negra constitui-se como uma atitude política, uma vez que, influenciados pelas hierarquias historicamente estruturadas no país, tendemos a nos ver miscigenados, diluindo a negritude em direção à possibilidade de um branqueamento. É necessário combater a ideia de identidade miscigenada para que se possa afirmar positivamente a negritude. Desta forma, o termo “negro”, visto historicamente com uma conotação negativa “e em pleno processo de ressignificação resultante das ações dos movimentos negros, poderá ser avaliado como tendo qualidades construtivas, superando, dessa forma, as consequências perversas do ideal do branqueamento” (SOARES, ALBERNAZ, LEWIS, 2009, p. 190).

A escola não precisa ser apenas lugar de reprodução dos valores e das classificações. A escola pode ser um lugar de contestação de saberes hegemônicos e construção de saberes contra hegemônicos. Em outras palavras, um lugar de elaborar novos valores, novas classificações que evidenciem as diferenças raciais e questionem a hierarquia entre as pessoas com base nessas diferenças. A identidade das pessoas negras pode ser elaborada de forma a evidenciar suas contribuições positivas para o conjunto da sociedade” (SOARES, ALBERNAZ, LEWIS, 2009, p. 190).

As autoras enfatizam a necessidade de ampliar os conhecimentos dos educadores para que, assim, possam haver mudanças efetivas nos valores sociais e, em decorrência disto, haja uma mudança significativa nos comportamentos em que se apresentam o racismo. Para que, enfim, a implementação das ações afirmativas direcionadas ao povo negro supere as barreiras e dissolva o mito da democracia racial no país. Por isso a importância da aplicação prática das Leis 10.639/03 e 11.645/084, considerando-as como um mecanismo que pode ajudar a romper paradigmas que são reproduzidos na escola, promovendo uma nova perspectiva no que se refere à identidade de negros e indígenas. “Por fim, deve-se lembrar que a escola é um lugar de aprendizagem de conhecimentos, mas também de transmissão de valores”, (SOARES, ALBERNAZ, LEWIS, 2009, p. 191).

É importante atentar para o fato de que nesta luta, não só do movimento negro, mas vários grupos socialmente minoritários como as mulheres, transexuais, homossexuais etc., podem ser vistas as dimensões positivas dessa quebra das concepções totalizadoras e hegemônicas, que até pouco tempo não se percebiam como impositivas e hierarquizantes.

Deste contexto surge, como afirma Rago (1998), “um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista

em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto” (RAGO: 1998, p. 10).

Quando analisamos a formação dos intelectuais e os estudos sobre relações étnico-raciais, podemos denotar o quanto a educação tem contribuído na compreensão das desigualdades sociais e culturais. No campo da educacional, um dos importantes avanços conquistados pelo movimento negro foi a aprovação da Lei 10.639/03 que, ainda hoje, não é efetivada. Sem a identidade étnica e com a ausência de um discurso que se contrapõe à ideia de que no Brasil não existe racismo, seria impossível para o Movimento Negro se estabelecer de forma política e autônoma neste país.

#### **3.4.1 A militância antirracista e luta pela efetivação a Lei 10.639**

Conforme dito anteriormente, no decorrer do ano de 2016 participei de várias atividades promovidas pelo MNCG, umas como espectadora, assistindo palestras, dramatizações, apresentação de capoeira, etc, outras participando efetivamente dos eventos. Ainda em 2014, depois de participar de duas reuniões de preparação para a Marcha Contra o Genocídio da Juventude Negra, fui convidada a fazer parte da comissão da mesma. Considero que minha participação foi importante na medida em que gerou uma aproximação e um laço de confiança, não só enquanto pesquisadora, mas enquanto agregadora na luta antirracista nesta cidade.

Dentre algumas atividades relevantes, presenciei o pré-lançamento e do lançamento do livro, por parte do MNCG - Dandara “Ubuntu: Educação, Alteridade e Relações Étnico-Raciais”, lançado por uma das frentes do movimento negro local. A obra é uma coletânea organizada por Ariosvalber de Souza Oliveira, militante do Movimento Negro, Assessor técnico do Juventude Viva e mestre em história (UEPB), Maria Aparecida dos Reis, especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela UFCG, Moisés Alves da Silva que é graduado em Jornalismo pela UEPB, especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UFCG), membro do Conselho Municipal de Educação (de Campina Grande e Estadual) de Promoção da Igualdade Racial e um dos principais nomes do Movimento Negro em Campina Grande e, por fim, Gervácio Batista Aranha que é doutor em História Social pela Universidade de Campinas (Unicamp). No pré-lançamento o público foi pequeno, por ter sido pouco anunciado, mas o lançamento lotou o Minitatro Paulo Pontes. Foi um

evento muito animado, com ares de festividade pela conquista, e contou com a presença de vários professores e alunos do Neab-í, UEPB e UFCG. O evento teve o apoio da Pró-Reitoria de Cultura (Procult) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Teve apresentações culturais como a da cantora Adília Uchôa<sup>45</sup>, o cantor Jataí Albuquerque<sup>46</sup> e o violonista Jeilson Moraes<sup>47</sup>.

Conforme explicam os organizadores, o livro resulta de uma integração entre movimento social e universidade, tendo em vista que a obra é de iniciativa do Movimento Negro de Campina Grande. A elaboração e conteúdo do livro foi feita pelo MNCG- Dandara junto com acadêmicos das universidades públicas de Campina Grande e pesquisadores da temática racial. Segundo eles, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena proporcionaram grandes desafios para os educadores no nosso país, principalmente quando se trata das relações étnico-raciais. Entretanto, o ensino direcionado para elas ainda não teve o alcance desejado.

Por esta razão, o livro foi elaborado como auxílio para professores da educação básica, bem como estudantes de cursos de licenciaturas e todos aqueles que tem interesse na temática racial. Estão contidos na obra os artigos: 1- Literatura e Afro descendência em Lima Barreto ou do antirracismo entre o conto e o romance; 2- A Poesia afro-brasileira em sala de aula: Breves reflexões e apontamentos; 3- Juventudes (inter) conectadas: Refletindo as relações étnico-raciais no Facebook; 4- Repensando a figura indígena na contemporaneidade: Apropriações e resistência online através do “site índio educa”; 5- A morte e os rituais fúnebres dos Tapuias: Uma escolha na práxis docente; 6- Representações cartográficas e teorias geográficas como violência simbólica contra a África. “Democracia Racial”: Manuel Querino e o pensamento negro no Brasil; 7. Mulheres negras livres na Paraíba Oitocentista: Família, sociabilidades e ensino de História; 8. Negro e Quilombola, um diálogo entre a (auto) interdição da identidade negra e a (alter) identidade quilombola à luz da memória-discurso; 9- O uso do cachimbo faz a boca torta: Mulheres negras em movimento; 10- Mulheres Negras em Movimento, Carolina Maria de Jesus e Tia Ciata:

---

<sup>45</sup> Adília é poetisa e cantora profissional, apresenta-se em todo o estado da Paraíba em festividades artísticas culturais interpretando grandes nomes da Música Popular Brasileira como Tom Jobim, Caetano Veloso, Dominginhos, Maysa, dentre outros. Já participou de várias edições do Festival de Inverno de Campina Grande.

<sup>46</sup> Paraibano, Jataí é músico há mais de 20 anos, tendo gravado o seu primeiro CD “Artérias” em 2000.

<sup>47</sup> Jovem Músico Violinista maranhense, aluno do curso de música da UFCG. Ganador do concurso no Festival do Símili de Violão (Em 2016) em Balneário Camboriú-SC e do concurso do conservatório Souza Lima, em São Paulo (um dos mais importantes concursos brasileiros para jovens intérpretes)..

Rompendo preconceitos e quebrando tabus num Brasil excludente; 11- Èsú-Elegbara, Legba no Universo Religioso Africano: Princípio de Ordem e desordem na Cosmovisão Africana; 12- Mulheres Negras Livres na Paraíba Oitocentista: Família, Sociabilidades e Ensino de História; 13- Para Além de Gilberto Freyre e a “Democracia Racial”: Manuel Querino e o Pensamento Negro no Brasil.

Outro livro lançado por essa mesma vertente do movimento (MNCG – Dandara), este já em 2017, cujo título “Educação Para as relações étnico-raciais: identidades, etnicidades e alteridades”, segundo os organizadores é fruto das reflexões elaboradas por alguns professores, dentre eles, formadores do Curso de Especialização para as relações étnico-raciais da Universidade Federal de Campina Grande<sup>48</sup> entre os anos de 2014 e 2016. Os textos versam sobre os limites e possibilidades do uso da Lei 10.693/03, bem como os usos e a importância da literatura para os estudos étnicos raciais. Discute também sobre o modo como autores sul-americanos, europeus e brasileiros auxiliam na compreensão das diferenças étnico-raciais em seus diferentes continentes, apontando a importância de se pensar a prática pedagógica voltada para a inserção destes assuntos nos ensinamentos Médio e Fundamental. O livro pretende estimular a discussão de Políticas Públicas Federais, especialmente os programas articulados pelo Ministério da Educação a partir da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, para que as universidades possam promover a formação dos professores da Rede Pública de Ensino nos Estados e Municípios para que viabilizem a efetiva inclusão da temática étnico-racial. O livro contém artigos como 1- "Relações Étnico-Raciais: formação de professores e responsabilidade da universidade brasileira"; 2- "Piada de preto: não tem graça nenhuma"; "Ciberespaço e afirmação das identidades das mulheres negras"; 3- "Possibilidades de abordagens sobre etnia no ensino fundamental"; 4- "Literatura e resistência em Angola: tramas e traumas da luta anticolonialista no romance *Mayombe*, de Pepetela"; 5- "A conversão dos índios americanos no século XVI: o debate entre Sepúlveda e Las Casas"; 6 – Os Ressentimentos identitários indígenas: a dor de ser e estar na fala do outro.

Dentre os eventos mais relevantes em 2016, também tive o privilégio de estar presente na 5ª edição do *Seminário Agosto para a Igualdade Racial*, encabeçado pelo MNCG-Zumbi, ocorrido entre os dias 15 e 19 de agosto, que teve apoio da

---

<sup>48</sup> Explanarei no próximo item a relação do movimento com esta instituição.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com o tema “29 anos de luta contra o racismo e pela cidadania plena da raça negra”. O evento teve atividades na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador Argemiro de Figueiredo (Polivalente) e arrecadou alimentos para a já citada Comunidade Quilombola do Grilo do município paraibano do Riachão do Bacamarte. O “Agosto Para a Igualdade Racial” teve início no ano de 2012 com o intuito de combater o genocídio da juventude negra e, ao mesmo tempo, lutar pela efetivação das leis 10.639\03 e 11.645\08 no currículo das escolas públicas de Campina Grande.

Durante toda a semana do evento ocorreram palestras, mesas redondas, lançamento de cordéis e exibição de documentários com temáticas sobre racismo, intolerância religiosa, relações de gênero no universo acadêmico, literatura infanto-juvenil, anemia falciforme e uma homenagem especial ao poeta, artista plástico, escritor, cineasta e dramaturgo Francisco Solano Trindade. Foi um evento muito bem organizado e divulgado, porém, nas palestras que ocorreram na universidade, conforme pude conferir pessoalmente, houve um grande esvaziamento, tanto por parte da população, quanto por parte da academia. Nos eventos que aconteceram na UEPB, por exemplo, o número de participantes foi relativamente satisfatório, se comparado à UFCG, que em uma das palestras contou com um público de apenas cinco pessoas.

Com esse mesmo grupo, tive a oportunidade de participar do mês de atividades em que se comemorou os 30 anos do Movimento Negro de Campina Grande, juntamente com Mês da Consciência Negra, no mês de novembro de 2016. Tive a honra não só de assistir a palestras e debates, mas de participar efetivamente através de algumas falas. Fui convidada a ministrar palestras sobre racismo em duas escolas da rede pública ensino<sup>49</sup>de Campina Grande, na companhia de um dos principais militantes do MNCG. Foi uma experiência desafiadora e instigante, tendo em vista que tal experiência me propiciou a oportunidade de transcender o debate de dentro da academia para escolas da periferia, onde a realidade das desigualdades raciais se manifestam na prática. Começamos falando sobre racismo e as condições atuais da população negra e o debate se encaminhou para as “cotas para negros”, tanto na

---

<sup>49</sup> Uma dessas falas foi no auditório da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, localizada no bairro do Catolé e a outra fala foi na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nenzinha Cunha Lima, no bairro do José Pinheiro.

universidade como nos órgãos públicos. Confesso que me surpreendi ao ver quantos professores e alunos se posicionam contra as cotas, mas, ao mesmo tempo esses fatos, me trouxeram a certeza da necessidade de se debater e conscientizar, e também da relevância do debate acadêmico sobre os estudos de cunho racial. Tomei consciência do quanto a academia necessita se deslocar para esse tipo de debate e de quanta luta ainda temos pela frente. Tal experiência me deu a oportunidade de ter uma breve visão sobre o quanto os próprios professores da educação básica ainda estão despreparados no que se refere às questões raciais. Acredito que esse problema seja uma realidade não só nas escolas da periferia de Campina Grande, mas de todo o Brasil.

Uma das principais contestações do MNCG de um modo geral é sobre o fato de que a discussão no campo intelectual, muitas das vezes, não consegue transpor os muros da universidade e alcançar o negro que está na periferia, alienado do racismo e das condições históricas e materiais que o acomete. A formalidade do espaço acadêmico, em geral, acaba por criar certas distâncias entre os grupos culturais (como teatro, capoeira, dentre outros) e os intelectuais acadêmicos que lidam com as questões políticas. Esse movimento entre periferia e academia permite uma quebra nesse distanciamento proporcionando que as relações e as falas se entrelacem, gerando reciprocidade e fortalecimento do discurso, construindo seu lugar de fala e de posicionamento político.

Para a construção de uma sociedade brasileira que seja, de fato, democrática é fundamental que as temáticas sobre a igualdade racial estejam presentes em todos debates, buscando melhorias nas condições de vida de todos os cidadãos brasileiros. Pois se não for desta forma, além de não avançarmos, podemos retroceder. O movimento negro dialoga qualitativamente com outras instâncias do movimento social e com os mais diversos setores da sociedade brasileira, incitando cada vez mais novas reflexões acadêmicas, sobre as questões de negritude e identidade (SILVA, 2014, p. 123).

### **3.4.2 O papel da academia na luta contra o racismo em Campina Grande**

Em seu texto *Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: Algumas Reflexões Sobre a Realidade Brasileira*, Nilma Lino Gomes(2009) argumenta que, a partir da década de 1990, como resultado da pressão dos movimentos sociais de caráter identitário, sobre o campo da produção acadêmica, tais como negros,

indígenas, mulheres, homossexuais, etc., há uma mudança significativa no universo acadêmico. A inserção de negros e negras na academia agora se dá, não mais como “objetos” de estudo, mas enquanto sujeitos que possuem e produzem conhecimento. Tal embate faz parte da história das lutas sociais em prol do direito à educação e ao conhecimento, assim como da luta pela superação do racismo. Pouco a pouco, pesquisadores oriundos de diferentes grupos sociais e étnico-raciais, comprometidos com esses setores sociais, passam a se inserir de maneira mais significativa nas diferentes universidades públicas do país, gerando um tipo de produção acadêmica voltada a dar visibilidade às desigualdades. Esses intelectuais pretendiam conscientizar a academia acerca, não só das desigualdades sociais fora dela, mas, também, apontar as hierarquias que se reproduziam dentro do próprio ambiente acadêmico. O intuito era apontar que o poder manifesta-se para além da realidade socioeconômica, mas também está presente no campo da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual na vida dos sujeitos sociais. O desafio estaria também na compreensão de que não há como hierarquizar desigualdades e que estas, em todas as suas formas, deveriam ser superadas.

Há, a partir disso, uma alteração na produção acadêmica, no sentido de que os intelectuais negros passam, a atuar, eles mesmos, na produção do conhecimento, ao invés do intelectual branco comprometido (ou não) com a luta antirracista. Surge aqui o olhar crítico e analítico do próprio negro como pesquisador da temática racial. Obviamente essa mudança traz tensões, ao passo que enriquece e problematiza as análises que foram construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil. Eclodem também novos elementos de análise, bem como novas disputas nos espaços de poder acadêmico. A medida em que produzem conhecimento, os negros, inserem-se politicamente na luta contra o racismo, desafiando o Estado a implementarem políticas afirmativas.

É preciso destacar aqui, conforme aponta Lilia Moritz Schwarcz em *Espetáculo da miscigenação* (1994), a importância da mudança nesse quadro, tendo em vista que foi no contexto científico do final do século XIX e início do século XX que os ditos ‘homens de ciência’ ajudaram a produzir as pseudoteorias raciais que, naquele momento, atestavam a existência de uma suposta inferioridade e superioridade racial. A ciência serviu, nesta ocasião, como um instrumento de dominação, discriminação e racismo, a academia foi, por esta razão, o principal espaço de divulgação dessas

ideias e práticas. Ideias que transpuseram os muros da academia e se disseminaram na sociedade com um todo.

Com efeito, tais doutrinas tinham como característica a oposição não apenas ao humanismo do século XVIII, como à *filosofia do voluntarismo*, desqualificando o princípio universal da igualdade, herdeiro da Revolução Francesa. Por outro lado, como sugere Louis Dumont (1966:320), esses dois modelos não estariam tão distantes: o racismo como fenômeno recente "responde sob uma forma moderna a uma função antiga". Reintroduzido já em inícios do século XIX, na Europa, enquanto princípio de hierarquização em sociedades desiguais, o dogma racial pode ser de certa forma entendido como um estranho fruto, uma perversão do Iluminismo humanitarista, que buscava naturalizar a desigualdade em sociedades só formalmente iguais (SCHWARCZ, 1994, p. 147).

Ao longo dos anos essas teorias foram sendo desconstruídas, mas as suas consequências podem ser percebidas até os dias atuais. Os estudos sobre as teorias raciais são mais que meros temas de pesquisa, são também, e principalmente, uma questão social e política que requer, por parte da universidade, a produção de novos conhecimentos e por parte do Estado novas formas de intervenção na luta contra o racismo. Essa produção tem como objetivo a emancipação social e a contestação de análises científicas pautadas no mito da democracia racial. É uma tentativa de romper com estruturas de opressão, construindo assim novas categorias analíticas.

Uma das grandes parcerias do movimento negro nesta cidade é o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEAB-Í)<sup>50</sup>, que surgiu em 5 de julho de 2006 na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)<sup>51</sup>. A ideia inicial era ter um espaço de visibilidade e representação das populações afrodescendentes e africanas na UEPB e em Campina Grande. O primeiro encontro foi idealizado pelo professor Benjamim Pereira Filho, então pró-reitor adjunto da Pró-Reitoria de Cultura (Procult) da UEPB. Os idealizadores acharam importante inserir também as populações indígenas, por

---

<sup>50</sup> O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) é uma articulação nacional do Ministério da Educação (MEC) e tem a finalidade de regulamentar as ações referentes à implementação da Lei nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira. Atua na promoção de ações relativas ao tripé, Ensino, Pesquisa e Extensão, voltadas para a temática das identidades e relações etnicorraciais nas instituições e em sua relação com a sociedade. O intuito é gerar conhecimento e valorização histórica e cultural das populações afrodescendentes e indígenas, atuando na promoção da cultura para que, através da convivência, possa-se gerar compreensão e respeito pela diversidade

<sup>51</sup> A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) está presente em oito municípios: Campina Grande; João Pessoa; Guarabira; Monteiro; Lagoa Seca; Catolé do Rocha; Patos e Araruna. Sua sede fica em Campina Grande, portanto, é neste município que é ministrado a maioria dos cursos de pós-graduação. Atualmente, existem especializações sendo ministradas também em Guarabira, Monteiro e João Pessoa. Na pós-graduação stricto sensu, a UEPB possui dez cursos de mestrado, sendo dois profissionais, e um doutorado sediados em Campina Grande, além de um mestrado com sede em João Pessoa.

isso o nome é Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEAB-Í). O Neab-í da UEPB é um espaço de representatividade, discussão e mobilização das questões afro-brasileiras e africanas no Brasil. Essas mesmas ações são estendidas às populações indígenas, colocando em prática o que indica a Lei 11.645/08, que propõe o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena para o currículo escolar. Atualmente o núcleo conta com cerca de 20 participantes mais atuantes e é composto por professores/as dos cursos de História, Educação, Sociologia e Serviço Social da UEPB, bem como professores de outras universidades do Estado, alunos e ex-alunos e representantes de comunidades étnicas. Além do curso de extensão a nível de especialização, o Neab-í sempre promove debates, mesas redondas, palestras, e incentivo à produção acadêmica de pesquisa. Um dos membros do MNCG-Dandara está vinculado como voluntário ao Neab-í. Esta instituição sempre apoia os eventos promovidos pelo MNCG como um todo, além de sempre estar presente nos eventos promovidos pelos mesmos.

Outra grande parceria é o curso de Atualização e Aperfeiçoamento “Especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais” da UFCG, no qual dois dos militantes do MNCG-Dandara tem formação e um deles atua, hoje, como formador. Entretanto, como o movimento não é uma associação formal, não pode estar institucionalmente vinculado ao curso. O curso é de base SECADI/MEC da rede nacional de formação continuada, iniciou-se em outubro de 2012 e é voltado para professores, gestores, diretores, coordenadores da rede pública de ensino da Paraíba, (Fundamental e Médio). É voltado para a efetivação prática da Lei 10.639/03, considerando a importância de se refletir e discutir as especificidades dessa temática na evolução da educação, visando modificar os índices, através de políticas que possibilitem o entendimento para a construção do processo de ensino e aprendizagem. As pesquisas tratam de temas sobre escravidão, comunidades quilombolas, cultura popular e etnias indígenas. As aulas são ministradas ou orientadas por professores da Unidade acadêmica de História da UFCG. Também ministram cursos de extensão sobre cultura e história afro-brasileira e sobre as etnias indígenas.

Além da formação, o curso promove anualmente, desde 2013, o “Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais”. Segundo a organização do evento, a realização deste congresso coloca a UFCG enquanto espaço institucional promotor das temáticas em questão. O evento é promovido pelos seguintes órgãos:

Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (Renafor) – UFCG; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Centro de Humanidades (CH) – UFCG; Unidade Acadêmica de História (UAHis) – UFCG e Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) – UFCG. Na sua primeira edição, intitulada I Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Identidades e Alteridades, o foco era o debate e a problematização das relações étnico-raciais, ocorrido em maio de 2013. O II Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-raciais: Sociedade e Etnicidade, ocorreu em Maio de 2014. Nessa segunda edição, o debate girou em torno das relações entre a Sociedade e as Etnias que a compõe, num fluxo que visa estabelecer continuidade às interlocuções realizadas no I Congresso, que teve como eixo problematizador as Identidades e Alteridades. Intenciona consolidar espaço na Academia Brasileira para as problemáticas que articulam territórios mundialmente dispostos. Já na terceira edição do III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar, realizado em maio de 2016, tratou da importância da escola enquanto espaço privilegiado no processo educacional dos indivíduos em sociedade, tomando-a como “células fundantes dos modelos identitários”. Todas essas importantes parcerias com a academia e as instituições de ensino, nos fazem perceber o quanto o MNCG como um todo, considera a educação como elemento libertador, como está explícito na fala deste militante:

Nasci na periferia, mas tive uma oportunidade na vida. Alguém me direcionou, eu devo passar isso a outras pessoas. Quando eu tive oportunidade de entrar na universidade eu pensei assim, de ir Estudar, voltar para o gueto e apontar novos caminhos para o povo lá do gueto. Mostrar os novos caminhos, as novas possibilidades, um novo projeto, uma nova oportunidade de vida. Então, essa militância tem esse objetivo. Não é apenas um objetivo da questão histórica negra, mas de dar oportunidade às pessoas negras ou não. São os seres humanos. E o nosso grande papel é servir de elo, é servir de voz. Servir de diálogo, servir de respeito. Servir de símbolo, servir de grandiosidade (Trecho de gravação com a fala de um dos militantes entrevistados).

Conforme já coloquei anteriormente, em todos os eventos que pude participar, bem como nas entrevistas e conversas informais, há um forte apelo por parte do MNCG, para que as discussões sobre racismo transponham os muros da academia e que possam refletir nas escolas, nos bairros, gerando assim uma mudança efetiva na sociedade como um todo, tendo em vista que a maior concentração de negros

militantes está na academia e, em sua grande maioria, são professores universitários ou da rede pública de ensino. É preciso compreender, no entanto, que se inserir nesse universo acadêmico é se deparar com formas de conhecimento hegemônicas e não hegemônicas, legitimadas e não legitimadas que têm a ver com poder, classe, raça, gênero e racismo, já que o espaço acadêmico é, também, marcado por relações de poder, e é, ainda, um espaço de expressão e predominância da branquitude. Para Nilma Lino Gomes (2009), a academia pode ser definida como um espaço privilegiado de produção do saber científico sob a égide da racionalidade ocidental moderna. Um grande desafio para os intelectuais negros é que, além de pesquisar e realizar as ações a atuação no campo científico, é preciso continuar tencionando a própria universidade e ocupando espaços políticos para que haja flexibilização.

### **3.4.3 Cotas raciais e inclusão social**

Em seu ensaio sobre a nova mercantilização da cultura negra, Lívio Sansone (2004) explica que durante muito tempo a maioria dos negros não tinha acesso ao consumo, principalmente os que ainda eram escravos. Proibições em relação ao consumo tinham o objetivo de desumanizar e marcar a exclusão social e econômica sofrida por esses indivíduos. O autor explica que o consumo poderia funcionar como um marcador étnico de ascensão social, além de ser também uma forma de oposição à opressão. Esse processo nos permite pensar quais as estratégias de sobrevivência que a população negra busca para alcançar esse reconhecimento e inserção na sociedade capitalista, tendo em vista que o acesso aos bens materiais seria um demarcador social.

Com o advento da modernidade, a inserção do negro no mercado de trabalho trouxe diferentes expectativas para essa parcela da população socialmente excluída. A partir da década de 1990, o acesso ao ensino de nível superior, traz também novas perspectivas de ascensão social para esta parte da população. A luta pelo acesso aos cursos de nível superior em universidades públicas tornou-se palco de luta do movimento negro contemporâneo brasileiro na busca pela igualdade de direitos, reconhecimento intelectual, acesso qualificado à educação e ao mercado de trabalho. O ingresso ao ensino superior por meio das cotas raciais é palco de discussão entre as várias instâncias do movimento negro.

Uma das maiores bandeiras levantadas pelo movimento negro campinense na atualidade é a luta contra o racismo institucional. Essa militância tem como objetivo,

dar visibilidade a situações nas quais ocorrem discriminação de forma indireta e velada no seio das instituições. De acordo com a definição de Silva (2009), “a essa modalidade de racismo convencionou-se chamar de racismo institucional, em referência às formas como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial”. A problematização do conceito “racismo institucional” permite uma compreensão mais ampla sobre a produção e a reprodução das desigualdades raciais brasileiras, ao mesmo tempo em que aumenta as possibilidades de se efetivarem, nas políticas públicas e organizacionais, novas frentes para se desconstruir o racismo e promover a igualdade racial.

Na tentativa de se combater esse racismo institucional de forma prática, o movimento negro local entra com uma luta importante junto à câmara dos Vereadores de Campina Grande, uma importante reivindicação por parte do movimento na semana da Consciência Negra do ano de 2014. Foi proposto um projeto de lei para estabelecimento de 20% de cotas para negros no serviço municipal. O então Vereador Napoleão Maracajá endereçou um ofício ao ex-presidente da “Casa de Félix Araújo” Nelson Gomes filho, solicitando que o Projeto de Lei 196\2014 fosse incluído na ordem do dia, conforme o que recomenda o artigo 189 do regimento interno. A mesa diretora recusou-se a colocar em apreciação na Semana da Consciência Negra, mesmo depois do movimento negro local ter feito uma sessão especial, no dia 20 de novembro, argumentando com os Vereadores que uma das formas de se combater o racismo era através de políticas de reparação, tais como a reserva de vagas para a raça negra no serviço público.

Passado o mês da consciência negra, o Projeto de Lei que estabelece cotas foi debatido pelos Vereadores e por fim ficou decidida a reserva nos concursos públicos da Prefeitura 10% das vagas para quem mora na zona rural (sem discriminação de raça ou renda) e 10% para a população negra, com vigência pelo prazo de 10 anos, assinado pelo Vereador Antônio Alves Pimentel. Tal medida gerou insatisfação por parte dos militantes do movimento negro, tendo em vista que a proposta era de 20% das cotas para a raça negra.

Em relação às cotas para nível superior, percebi a mudança de posicionamento de um dos principais membros do Movimento Negro de Campina Grande no que se refere às cotas raciais. Ao ler um recorte de jornal que data do ano de 2001 constatei que o mesmo rejeitava as cotas, por interpretá-las como uma “esmola” e uma ofensa à capacidade do povo negro. Quando tive a oportunidade de entrevistá-lo, perguntei

se o seu posicionamento permanecia o mesmo, ele afirmou prontamente que não, que hoje entendia as cotas de um modo diferente. Perguntei então como se deu essa mudança e ele me respondeu assim:

A princípio eu era contra as cotas e refletia comigo: - porque é que eu tenho que ser tratado como um coitadinho? Porque, o que e mídia colocava é que a gente ia entrar como vítima, né? Por que que eu vou entrar como vítima se eu sou protagonista? A primeira questão que vinha na minha cabeça: - eu sou contra as cotas. Depois não. Comecei a ouvir outras pessoas, comecei a ler mais. Comecei a pesquisar mais e ocupar mais espaço. Foi quando veio a transformação de não querer ser mais contra as cotas e ter a coragem de chegar na universidade e dizer: - não, as cotas estão corretas. Revi a história e depois eu comecei a falar, inclusive, fui na universidade, em um seminário dizer: olha, eu fui contra as cotas até hoje, mas a partir de hoje nós vamos discutir as cotas na universidade. Eu procurei muitos espaços de massa para dizer o porque de ser à favor das cotas. Procurei mais recortes de jornais, precedentes históricos e a partir daí eu construí uma outra mentalidade. Aí sim, eu mudei de pensamento e mudei também de postura política... a partir daí eu criei uma militância em todos os espaços que eu pude pra falar do porquê de ser a favor das cotas (trecho da fala de um dos militantes entrevistados).

As estatísticas têm nos mostrado a imensa distância entre negros e brancos no que se refere à participação em diversos setores e instituições sociais, tais como acesso à alimentação, saúde, educação, moradia, segurança, lazer, dentre outras questões. O desconhecimento acerca dos motivos que explicam esses fatores contribuem enormemente para a reprodução e conservação do preconceito racial. As oportunidades de trabalho e estudos, e, conseqüentemente, de ascensão social, não são as mesmas para negros e brancos. Estamos em uma sociedade sócio e racialmente desigual, cujo padrão cultural hegemônico é pautado em valores que são determinados por uma cultura branco-europeia na qual tudo o que se afasta desse padrão é visto como inferior. Como já vimos, a abolição da escravidão no Brasil não gerou políticas públicas de inclusão do negro nessa sociedade de mercado, o que resultou na total marginalização da população negra.

Como o sistema capitalista não é passível de ser superado tão facilmente, recorre-se às reformas estatais que se estabeleçam de forma gradativa. As cotas entram como parte de um conjunto de ações afirmativas, cuja finalidade é promover oportunidades para pessoas ou grupos subalternizados, por se compreender que essas pessoas tem sido vítimas de desigualdades, provenientes de um processo histórico de exclusão de oportunidades. A adoção de cotas raciais nas universidades públicas seriam, portanto, uma forma de tentar reverter esse quadro de exclusão social em que se encontra a maior parcela da população negra brasileira, criando

condições que concedam o acesso à universidade, e como consequência, gerando a inclusão dos negros no mercado de trabalho e no mercado de consumo, proporcionando a participação igualitária na cidadania.

Conforme vimos, os defensores dessas políticas de ações afirmativas argumentam que as cotas viabilizam a verdadeira democracia no país, já que proporcionaria uma maior participação social dessa população que se encontra à margem da sociedade. O problema aqui está na simplificação do problema, já que toda a questão social estaria reduzida à inclusão dessa parcela da população a um modelo de sociedade capitalista e binário. Não se deve esquecer, no entanto, que deve-se continuar questionando esse modelo capitalista de sociedade, para que não sejam esquecidos os reais mecanismos e as relações de poder que reproduzem o racismo no mundo capitalista contemporâneo. Deixar de lado esses mecanismos pode inviabilizar a luta contra as reais condições geradoras das desigualdades, inclusive as desigualdades raciais, a saber, o capitalismo.

Para alguns militantes falta, por parte dos poderes públicos, investimento em políticas voltadas para a geração de emprego e renda para os jovens dos bairros periféricos. Um dos membros do movimento mencionou o imenso desejo de se pôr em prática um projeto que se chamaria “Juventude Negra Cidadã” nas periferias de Campina Grande. O foco do projeto seria levar para as comunidades periféricas algo que atendesse as necessidades da população negra e/ou de baixa renda. Segundo o militante, tal projeto contaria com o trabalho de psicólogos, assistentes sociais, arte educadores e advogados. A intensão é também levantar ações que pudessem incentivar o resgate da cultura negra, fornecendo aulas de dança afro como o maculelê, ciranda e afoxé, por exemplo.

Conforme vimos no primeiro capítulo, há uma pluralidade de associações e organizações do movimento negro existentes ao longo dos séculos, desde a época em que foram escravizados os negros. Ao longo da história, essas organizações surgem e, muitas das vezes se unem, outras vezes se separam. Estão distribuídas em vários pontos do país, e ao comunicarem-se entre si, buscam potencializar seus esforços. Têm visões variadas sobre o papel que o movimento negro deve exercer, e sobre os objetivos e a forma como o mesmo deve atuar.

Nesse sentido, podemos afirmar que o movimento negro, assim como os demais movimentos sociais, também é plural. Apesar do objetivo comum de combate ao racismo, as suas formas de articulação variam conforme a realidade social e

cultural na qual cada grupo está contextualizado. Assim, podemos perceber que há aproximações ideológicas e efetivas entre eles, mas sabemos também que há distanciamentos, já que sua própria composição é variada. Estes movimentos são marcados por graus de tensão que, por vezes, acabam produzindo divergências. Estas características podem vir a fortalecer ou enfraquecer a luta.

Quando falamos de movimento negro em um sentido amplo acabamos por reduzir as pautas específicas e a diversidade da qual esse movimento é composto. A articulação entre Movimento Negro e Estado pode gerar muitas divergências no interior da militância. Parte dos militantes alega que esse tipo de aliança acarreta numa não autonomia do movimento, na medida em que se articula ou milita por meio de inserções em outras organizações políticas, tais como sindicato, partidos, ONG's, etc. O que gera uma permanência, e não uma ruptura com a ordem social. Entretanto, tais divergências ocorrem justamente pela multiplicidade de posicionamentos, trajetórias e recursos dos membros do movimento.

A participação na política institucional pode vir a gerar dissensões entre os grupos, e isso se dá justamente por conta dessas várias nuances no que diz respeito à participação política. Assim como há complexidade sobre a própria temática racial, há, também, entre as diversas estratégias da militância, porém, isso, não necessariamente, implica num retrocesso, tampouco impede que o movimento alcance resultados positivos na luta contra o racismo. Pelo que percebo, para os militantes, de uma maneira geral, a possibilidade de militarem em separado também faz parte do processo democrático. Não é necessariamente uma unidade, mas também não é antagonismo. Este e outros debates deverão ser tratados de forma mais ampla no terceiro capítulo.

#### **4 FORMAS DE ATUAÇÃO DA MILITÂNCIA ANTIRRACISTA CAMPINENSE.**

Segundo Nilma Lino Gomes (2012), o racismo na sociedade brasileira se afirma através da sua própria negação. Para a autora, o ato de refletir sobre a questão racial brasileira não é e nem deve ser de interesse unicamente das pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial negro, pois é uma questão social, política e cultural do cidadão brasileiro em geral. Segundo a autora, a forma institucional do racismo implica em práticas discriminatórias recorrentes que, em sua grande maioria, são impulsionadas pelo Estado, resultando numa forma de segregação que atinge diretamente a população negra em todas as esferas da vida social. O racismo projeta barreiras simbólicas em diversos níveis, impossibilitando o diálogo entre os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, gerando um binarismo identitário no qual “ser negro” (visto como negativo) contrasta com “ser branco” (visto como positivo). Assim, o racismo atribui estereótipos negativos e inferiorizantes para população negra, criando uma identidade estereotipada, socialmente forjada, cujo intuito é a inferiorização.

É em meio a esse contexto de exclusão e discriminação que o Movimento Negro brasileiro assume uma postura explícita de denúncia contra o racismo, reivindicando direitos e cidadania, na busca pelo respeito e a valorização do povo negro em toda a dimensão de sua cultura. Através da pressão dos movimentos negros nas últimas décadas, o Brasil tem passado por uma significativa transformação nas formas de tratar a questão racial. As populações negras surgem e se colocam como sujeito de direitos, posicionando-se politicamente com o intuito de denunciar as desigualdades sociais e raciais do país. Tal postura tem resultado no direcionamento de políticas públicas para esta população que tem sido vítima de preconceito, discriminação racial e desigualdades sociais.

Como argumenta Pereira (2010), podemos afirmar que existiu movimento negro no Brasil desde o momento que os africanos aqui chegaram. A resistência negra ao aprisionamento e à escravidão se manifesta desde a tradição de luta quilombola, das religiões de matriz afro e da capoeira, ou seja, desde o período colonial até os dias de hoje. Conquistas como a inclusão do ensino da história da África, a cultura, a contribuição dos africanos na construção da sociedade brasileira e os debates em torno das políticas afirmativas, denotam os inúmeros caminhos que movimento negro tem percorrido. A diversidade de pautas e de perspectivas podem vir a gerar diferentes

posicionamentos e, inclusive, desacordos no interior desta militância. Essas discordâncias podem ser compreendidas à medida que se considera a multiplicidade de organizações que compõem o movimento nacional e as suas mais variadas pautas.

No que se refere ao conceito de raça, retomo aqui Guimarães (2003), afim de explicar que raça é, na verdade, uma construção social e, portanto, deve ser estudada enquanto categoria sociológica, fazendo relação com o conceito de identidades sociais. O autor explica que em consequência da tragédia ocasionada pela Segunda Guerra Mundial, os cientistas lutaram para erradicar a ideia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica visando, assim, acabar com o racismo. A não existência de raças humanas para a biologia implica, portanto, que é impossível definir geneticamente raças humanas. Nesse sentido, a construção com base em traços fisionômicos não tem respaldo científico no sentido biológico. Nesse sentido, ao falarmos de raça estamos, portanto, no campo da cultura simbólica (GUIMARÃES, 2003).

As raças seriam, segundo Guimarães, efeitos dos discursos sobre a origem social e a transmissão de essências entre gerações. Por esta razão, este seria um terreno próprio às identidades sociais, cujo estudo trata desses discursos sobre origem. Raça, portanto, “são discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue” (GUIMARÃES, 2003).

No que concerne às identidades, Stuart Hall (2003) afirma que estas são “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (35). Em Hall, identidade é algo em permanente processo e se manifesta através do contraste com o outro. Deste modo, a identidade é construída no processo de interação e de diálogo que estabelecemos uns com os outros. Hall também interpreta “raça” como uma construção política e social, uma categoria organizadora das formas de falar, dos sistemas de representação e das práticas sociais que se utilizam das diferenças como marcas simbólicas que distinguem um grupo de outro. Tal identidade se constrói em relação às demais identidades. Nesse sentido, a percepção e a experiência da raça e da identidade étnica são mediadas pela classe, pela geração, pela profissão, pela posição geográfica e até mesmo pelo gênero. Assim, podemos perceber que mesmo entre a militância antirracista, cuja luta se desenrola em torno de um objetivo comum, que é a erradicação do racismo e a inclusão do povo negro em todas as instâncias da sociedade brasileira, essa

identidade continua se confrontando em relação ao “outro” grupo. Por esta razão busquei entender até que ponto as diferenças ideológicas são responsáveis por manter a separação entre os grupo da militância campinense.

Para Alain Touraine, os movimentos sociais, seriam sujeitos coletivos e políticos que lutam por transformações sociais e pela construção de novos projetos societários, democráticos e participativos, tendo como fundamento as categorias de classes sociais, as relações de gênero, raça, etnia e até mesmo geracionais (TOURAINÉ, 2006). Esses movimentos podem se apresentar em forma de associativismo locais tais como associações civis/comunitárias, movimentos comunitários (movimentos populares), etc. Essa militância está transpassada por relações de conflito, de poder, e, ao mesmo tempo por laços de companheirismo e compartilhamento.

Conforme já foi adiantado anteriormente, pude identificar no decorrer da pesquisa sobre o Movimento Negro de Campina Grande, e é sobre isso que desejo focar neste capítulo, que o MNCG é composto por duas frentes de ação bastante atuantes, entretanto, esta atuação se dá de formas distintas. Mesmo tendo derivado de uma divisão interna do MNCG fundado em 1986, ambas as frentes continuaram se autodenominando como “Movimento Negro de Campina Grande (MNCG)”, gerando a ideia de homogeneidade na militância. Avulso a essas duas frentes, existe um grande número de militantes que atuam através da capoeira, dos terreiros, das escolas e do espaço acadêmico. No entanto, essas duas frentes (MNCG-Zumbi e MNCG-Dandara) são os principais promotores dos eventos que reúnem o conjunto da militância negra nesta cidade.

Em relação às ações destas duas frentes que compõem o Movimento Negro de Campina Grande (MNCG), considero que existe uma clara divergência no que se refere à sua relação com os órgãos públicos, principalmente com o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal. De um lado, uma frente assume uma postura denunciativa, se colocando contra esses órgãos, do outro, um grupo engajado com o Estado através de programas específicos, como é o caso do Plano Juventude Viva, por exemplo, por verem nas parcerias um meio de colocar em prática as demandas desse movimento.

Assim sendo, enquanto um lado dessa militância busca, através do engajamento com Estado e Prefeitura, conseguir apoio dos órgãos públicos para os seus projetos, o outro lado, mais inflexível, assegura a necessidade do afastamento desses espaços, por alegar que essa seria uma das formas utilizadas pelos políticos

e pelo Estado para “calarem a voz do povo negro”. Ao que me parece, para essa instância do Movimento Negro, o Estado seria, muito mais um mecanismo de cooptação e domesticação capaz de limitar a autonomia dos movimentos sociais, do que um aliado no qual o movimento possa encontrar apoio.

É importante compreender como se gera o equilíbrio entre as diferentes vertentes do movimento, e como se supera essa divisão. Também se faz necessário entender o que une e o que separa esses grupos, para que assim possamos captar até que ponto se assemelham e se distanciam. É preciso atentar para a pluralidade na atuação dos movimentos sociais e suas diferentes demandas na luta pela democracia. Ao longo deste capítulo farei considerações sobre a atuação desses militantes e o seu envolvimento com os órgãos públicos, visando apontar como essas distintas formas de atuação resultam numa heterogeneidade nas formas de combate ao racismo.

Percebo também que a frente do movimento que tem um vínculo mais estreito com o Estado, tem muito mais apoio da Prefeitura Municipal na realização dos eventos quando comparada a outra frente que se opõe. Busco entender, também, se essa divisão na militância contribui para a implementação de políticas públicas afirmativas mais efetivas, por um lado, e por outro, como isso se reflete na organização da militância, enquanto movimento social. Farei também um breve panorama sobre a trajetória política do movimento negro em âmbito nacional, sobre a influência da cultura negra no Brasil, e sobre como essas formas de resistência negra se desenvolveram ao longo das décadas e também como refletem na luta contra o racismo na atualidade.

#### 4.1 RELIGIÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA NEGRA

No decorrer da pesquisa, percebi que, apesar das atividades promovidas pelo MNCG-Zumbi e MNCG- Dandara acontecerem de modo separado, conforme já foi citado, os mesmos grupos de capoeira e candomblé se fazem presentes nas atividades promovidas pelas duas frentes. Através da frequência dessas entidades nos eventos e da própria ênfase, através do discurso do MNCG, ficou bem evidente a importância que a militância local atribui às atividades e manutenção dos grupos de capoeira e dos terreiros, enquanto ferramenta de mobilização da militância antirracista.

Ao observar esses eventos pude perceber que, apesar de não ter um vínculo formal como o Movimento Negro de Campina Grande, estes grupos de capoeira e terreiro se consideram integrados à militância negra. De acordo com o depoimento de um dos militantes, essas formas de expressão da negritude, em sua diversidade, constituem o movimento negro brasileiro, tendo em vista que ele próprio aprendeu muito da história do povo negro justamente através da capoeira.

A alienação das manifestações da cultura negra em Campina Grande acomete a grande maioria da população campinense, que desconhece a historicidade de seus antepassados. As condições históricas geraram a alienação e a expropriação da cultura negra, desencadeando uma intensa estigmatização desta parcela da população, folclorizando ou tolhendo as suas manifestações. Foi dessa forma que sobreviveram os maracatus, a capoeira, a umbanda, dentre outros. O desenvolvimento de um processo de auto atribuição identitária e a consciência do pertencimento aos grupos étnicos, propiciaram a alguns militantes a percepção da historicidade do povo negro campinense, despertando o desejo de ampliar o grau de conhecimento da história e da própria cultura.

O movimento negro é toda uma diversidade. O movimento negro se expressa na dança através do Olodum, dos racionais, dos maracatus, o movimento ele se expressa por meio do candomblé, na umbanda, não é? O movimento negro se expressa na cultura através da capoeira, então, nós temos diversos movimentos negros. Então em Campina Grande, quando nós queremos abraçar alguma bandeira de luta, nós vamos buscar apoio, nós vamos buscar parceria...". Campina já teve um forte movimento musical afro. Hoje eu culpo os poderes públicos, as oligarquias que se revezam no poder, porque nunca apoiaram a musicalidade afro em Campina Grande. A ausência dessa assistência é proposital. (Trecho de gravação com a fala de um dos militantes entrevistados).

Compreendo que a identidade dos grupos é sempre uma construção, que passa por mudanças ao longo do tempo, o que implica dizer que a identidade dos mesmos não se constrói sozinha, mas a partir das relações sociais. A cultura é compreendida como um processo dinâmico que se constitui através das interações (BARTH, 1998). As comunidades negras no Brasil se formaram a partir da desestruturação que as famílias de origem africanas sofreram por conta do tráfico escravo. O modo de vida dos cativos dificultava a formação de famílias e comunidades, já que eles podiam ser separados a qualquer tempo, por conta do fluxo de comercialização dos escravos. Para sobreviver à clausura, os cativos buscaram, em território brasileiro, recuperar a sociabilidade que desenvolveram ainda na África.

Os vínculos formados a partir do trabalho, da família, dos grupos de convívio e da religião, foram de fundamental importância para garantir a sobrevivência e mesmo a recriação de seus valores e referências culturais.

As autoridades da Igreja Católica reconheciam a participação dos escravos na religião através das irmandades, nas quais era comum a presença de negros. No século XVI, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário instalada no Mosteiro de São Domingos, em Lisboa, aceitava africanos convertidos ao catolicismo. As irmandades negras apareceram no Brasil em fins do século XVII, quando já tinha um bom número de escravos (ALBUQUERQUE, 2016 pag. 106 ). Nesse sentido, desde o período escravista, a identidade étnica já era um importante fator de agregação dos africanos. No seio familiar era possível recuperar valores, formas de convivência doméstica e crenças que teriam sido vivenciadas ainda em solo africano (pag. 95).

A “família-de-santo”, criada nos candomblés, ampliaria os limites do parentesco escravo, numa espécie de recriação da família africana. Os laços familiares criados em torno do culto dos ancestrais, propiciaram a recomposição simbólica dos laços de parentesco que foram desfeitos durante o tráfico. Ao reunir no mesmo culto escravos, libertos e livres, a “família-de-santo” cria redes sociais que são independentes dos senhorios. Tendo em vista que a origem dos povos africanos foi diversa, no Brasil, coexistiram tradições religiosas africanas também diversas. As religiões afro-brasileiras foram muito importantes na agregação dos escravos e libertos. A religiosidade africana aqui praticada abrigava deuses e crenças de diversas regiões, gerando assim novas estruturas religiosas, por esta razão pode-se afirmar que a religiosidade africana foi reinventada no Brasil (ALBUQUERQUE, 2016, p. 104).

O escravo africano mesclou a religião católica brasileira com tradições religiosas africanas, inclusive música e dança. Era um catolicismo com festas, comida, bebida, e muita intimidade com os santos, assim como era sua relação anterior com os orixás, voduns e outras divindades. Os africanos e afro-brasileiros não tinham liberdade para cultuar seus santos e deuses, pois o catolicismo era a religião oficial do Império, e as religiões africanas não eram vistas como religião, e sim como superstição, curandeirismo ou feitiçaria, apesar de que algumas vezes eram-lhes concedida a permissão para realizarem o culto aos seus deuses (ALBUQUERQUE, 2016, p. 111).

Conforme vimos no primeiro capítulo, durante muito tempo as manifestações culturais e religiosas do povo negro, as reuniões ou manifestações contra o

preconceito e a discriminação, muitas das vezes foram interpretadas pelo Estado, pela polícia e, em consequência, pela sociedade, como atentado à segurança nacional. Tendo em vista que tais práticas eram taxadas como ilegais e criminosas, para fugir da repressão, africanos e crioulos buscavam praticar suas religiões em locais afastados dos centros urbanos. O batuques muitas das vezes escondiam o culto à uma entidade espiritual. Para driblar essas proibições, as religiões afro-brasileiras buscaram alianças com pessoas mais privilegiadas e um dos meios encontrados pelas comunidades religiosas, afim de adquirir respeitabilidade e protegerem-se da repressão policial, foi incluir pessoas brancas na estrutura dessas organizações. Para Ferretti (1997), o sincretismo afro-brasileiro foi uma estratégia de sobrevivência e de adaptação, que os africanos trouxeram para o Novo Mundo.

Por volta de 1920, ao voltarem à atenção para as manifestações culturais, alguns políticos e intelectuais, negros e brancos, começaram a perceber a singularidade de um país mestiço, constituído através das tradições herdadas dos africanos, europeus e indígenas. Nas décadas seguintes, 1930 e 1940, a ideia de mestiçagem e democracia racial se entrelaçaram na construção da identidade nacional. Assim, aos poucos, o samba, a capoeira e o candomblé foram sendo incorporados como símbolos da cultura nacional. (ALBUQUERQUE, 2016, p.228).

Nas mais diferentes regiões do Brasil as religiões afro-brasileiras foram elemento de preservação de heranças africanas e da construção da cultura negra nacional. Assim, terreiros de Candomblé e Irmandades Religiosas Cristãs configuraram espaços importantes, por meio dos quais se produziram alternativas de sociabilidade, acobertamento de escravos fugidos e até resignação espiritual e tolerância às angústias da escravidão (MOURA, 1983, p. 49). Grande parte dessas instituições atravessaram as décadas, permanecendo vivas até os dias atuais, contribuindo para o fortalecimento e de grupos, bem como na manutenção e revitalização das heranças culturais africanas no Brasil (MOURA, 2983, p. 125).

No Rio de Janeiro, por volta de 1928, surgiram as primeiras organizações de sambistas no Estácio, nos morros da favela -especialmente na Mangueira – e no centro da cidade. No século XX as religiões afro-brasileiras já estavam consolidadas na sociedade brasileira. Tinha-se o Candomblé na Bahia, a Umbanda no Rio de Janeiro, Xangô no Recife, o Batuque em Porto Alegre e Casa das Minas no Maranhão.

A partir do Segundo Congresso Afro-Brasileiro<sup>52</sup> surge um marco na luta pelo respeito às religiões afro-brasileiras, pois cria-se a União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, o seu primeiro presidente foi Martiniano do Bonfim.

Na primeira metade do século XIX a capoeira era praticada por escravos e libertos, demandava agilidade corporal e o manejo de navalha para golpear os adversários. A presença dos *capoeiras* nas ruas marcava o cotidiano da escravidão urbana no Rio de Janeiro. Eram vistos pela polícia como vadios e desordeiros que comprometiam a ordem social, apesar de muito deles serem operários, marinheiros e trabalhadores ocupados no transporte de mercadorias. Depois da Proclamação da República a capoeira passa a ser contravenção prevista no Código Penal de 1890, cuja pena variava de dois a seis meses de prisão. Muitos desses capoeiristas foram presos na colônia correcional da Paraíba, na Ilha de Fernando de Noronha ou no Acre, para que pudessem ser corrigidos pelo trabalho. A ordem do presidente Deodoro da Fonseca era a extinção da capoeiragem em todo território nacional. Mas a partir da década de 1930, a capoeira regional através do trabalho desenvolvido por mestre Bimba, ocorre uma mudança no estigma. A capoeira então deixa de ser vista como desordem e passa a ser vista como prática desportiva. A partir de então ocorre um processo de descriminalização da capoeira passando a ser considerada como uma luta genuinamente brasileira (ALBUQUERQUE, 2016, p. 248). Junto com outras expressões culturais negras, aos poucos a capoeira passava a ser vista como uma manifestação legítima da cultura brasileira. A autorização concedida ao mestre Bimba para o funcionamento da primeira academia de capoeira, em 1937, foi um marco nesse sentido (ALBUQUERQUE, 2016, p.250).

Queiroz (2010) argumenta que a diversidade interna do Movimento negro e suas inúmeras estratégias de combate ao racismo, caracterizam a heterogeneidade desta militância, por esta razão é tão importante considerar a pluralidade das suas práticas. Na luta por uma identidade racial autônoma e com caráter político, face ao enfrentamento do racismo, as práticas culturais foram de fundamental importância, pois através delas que muitas das organizações do movimento negro conseguiram chegar aos olhos da sociedade.

Mesmo sendo a esfera do trabalho de fundamental importância para a população negra no Brasil, ao que tudo indica, foi nas áreas de lazer e recreação que

---

<sup>52</sup> Congresso realizado em Salvador no ano de 1937.

apareceram as primeiras formas de luta dos pretos e pardos contra a discriminação racial no pós-abolição. Mesmo que esses grupos culturais não expressem abertamente sua rejeição ao racismo, essa forma de manifestação negra, que mantém vivos os referenciais da cultura afro-brasileira, tal como a música, a dança, a história e a religião, cumpriu, durante todos esses anos, e, ainda cumpre, um papel fundamental na resistência negra ao racismo (QUEIROZ, 2010, p. 233).

Segundo Marco Aurélio Luz (2008), as estratégias do genocídio da política de branqueamento, através desse “apartheid ideológico” dos estereótipos,

investindo em relação aos africanos e seus descendentes, a partir das tentativas de inculcação do complexo de inferioridade, só poderia ter eficácia atacando a religião. Isto porque a religião numa comunalidade sagrada, onde esse mundo e o além são intensamente espaços e tempos interativos, é fonte de identidade e de alteridade”. (LUZ, 2008, p. 28).

Para o autor, a religião é fonte das linguagens surgidas em forma de cultura que alimenta essas identidades, fazendo com que se possa perceber o “outro”. A medida que se ataca a religião, intui-se deixar os africanos e seus descendentes sem cultura e sem identidade própria. A falsa democracia racial é posta à prova através das lutas do movimento negro, que, por meio de dados estatísticos, argumentam a urgência das reparações, com base em uma política que vise compensar os danos materiais, físicos e simbólicos sofridos historicamente por este povo. A intensão é superação da “discriminação racial” através da “inclusão”. Para Luz “a identidade de um grupo social, de uma cidade, de um reino ou de um império, se constitui reascendendo seu presente, retornando seu sentido a partir de seu passado projetando-o no futuro” (LUZ, 2008, p. 102).

O autor afirma que a imposição da ordem do Estado Moderno, que tinha como cerne a ideia de progresso, exigia uma renovação ideológica que justificasse o genocídio dos povos que se recusassem a viver com os valores de um mundo diferente e, ao perceberem o valor da religião na cultura afro-brasileira, procuraram desqualificá-la. A linguagem e os valores da tradição incluem e se desdobram em instituições, como o samba de roda e o afoxé, dentre muitas outras. Para ele, o Estado não tem contemplado as necessidades da maior parte da população, recalcando e excluindo a pluralidade sociocultural brasileira. Na medida que avançam a força das referências étnicas, através dos movimento sociais, mais avança a alteridade e a compreensão e valorização da pluralidade étnica, elemento constituinte da

transformação dos Estados nacionais (LUZ, 2008, p. 144). A partir de uma revisão crítica é possível reconhecer o quanto de conhecimento as sociedades indígenas brasileiras podem promover à nação. As formas de organização social desses grupos são importantes fontes de inspiração na construção de novos valores democráticos.

Essas sociedades detêm um valioso e sofisticado patrimônio cultural milenar, que mais do que nunca, tem um grande interesse de aprendizagem para a sociedade global, para que ela mesma não se destrua na anomia do salve-se quem puder que vai se instalando, consequência da falência dos valores impositivos de referências neocoloniais europocêntricas, inadaptáveis às características civilizatórias do povo brasileiro, basicamente de origem ameríndia e africana (LUZ, 2008, p. 144).

Assumir a riqueza da diversidade e a multiplicidade de formas de sociabilidade corresponde a não mais subjugar e esvaziar a identidade e a cultura do “outro”. Através da alteridade torna-se possível construir um novo mundo, com base na equidade e, como consequência, tem-se uma maior probabilidade de superar as desigualdades raciais e econômicas (LUZ, 2008, p.150).

A religião foi, portanto, a principal forma de resistência da cultura negra no Novo Mundo. Durante a escravidão e no período pós-abolição, o candomblé e a umbanda foram elementos de conjugação familiar e social, enquanto espaço de manutenção de tradições culturais, de valores morais e solidariedade entre negros e mestiços. (ALBUQUERQUE, 2006, p.102). A medida que essas tradições foram sendo reprimidas e restritas ao convívio familiar, praticá-las às escondidas ou em ocasiões festivas, acabou servindo para preservá-las e mantê-las. Deste modo, as práticas eram manifestadas sem o estigma colocado pelos brancos.

A identidade é um importante elemento na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais, pois indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, tradições populares e referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2012). É no domínio da cultura que estes grupos resgatam sua autonomia e reafirmam as diferenças (NOVAES apud GOMES, 2012). Assim, a “minha” cultura existe em relação a cultura do outro.

Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as Identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Somos, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes (GOMES, 2012).

Hall (2003) se opõe à ideia de uma identidade nacional unificada pois, para ele, a globalização proporcionou diversas mudanças no interior dessas identidades culturais nacionais. Nesse sentido, as identidades culturais seriam movidas por mudanças, assimilações e repulsões. Assim, não é possível afirmar que temos uma “identidade”, mas uma “identificação” ou “processo identitário”, que é passível de mudança e transformação, tendo em vista que, para ele, toda identidade é móvel. A identidade negra é entendida, portanto, como uma construção social, histórica, cultural e multifacetada, que deriva do olhar de um grupo étnico-racial a respeito de si mesmos, a partir da sua relação com o “outro”.

Para Sansone (2003), a identidade, a cultura e a comunidade são entidades diferentes, que podem se manifestar das mais variadas formas. Neste sentido, a identidade étnica também pode existir independente destas comunidades. Podemos então afirmar que a integração social, econômica e cultural não são equivalentes e que a identidade e a cultura étnicas podem existir, independentes da construção de estratégias de mobilidade social. A etnicidade pode ser reivindicada em apenas alguns setores da vida social e não necessariamente em todas as esferas da vida do indivíduo. Conforme explica o autor, deveríamos pensar no movimento sempre reconhecendo que a negritude pode ser vivenciada de muitas maneiras, podendo ser de forma coletiva ou individualizada. Acredito que essas estratégias de análise apresentadas até o momento podem viabilizar a elucidação para as questões da pesquisa.

Stuart Hall, explica que, o que substituiu a invisibilidade do povo negro nos tempos atuais foi um tipo de “visibilidade segregada, cuidadosamente regulada” (2003, p. 151). Para Hall, o papel do ‘popular’ na cultura popular seria, portanto, o dever conferir autenticidade a essas formas culturais, enraizando-as em experiências de comunidades populares, permitindo-nos olhá-las como sendo uma expressão de uma vida social específica e subalterna, que resiste a ser constantemente transformada em baixa e periférica (HALL, 2003, p. 153).

Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade, e na sua atenção rica, profunda e variada à fala; em suas inflexões para o vernacular e o local; em sua rica produção de contra narrativa; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura negra popular tem permitido trazer à tona, dentro de modos mistos e contraditórios, até da cultura popular

mais comercial, os elementos de um discurso que é diferente - outras formas de vida, outras tradições de representação (HALL, 2003, p. 154).

Segundo este, a cultura popular, ainda que mercantilizada e estereotipada é o espaço no qual encontramos quem realmente somos, “a verdade da nossa experiência”. É uma arena mítica, é onde descobrimos e jogamos com as identificações de nós mesmos, é lá que somos imaginados e representados, pelos outros e por nós mesmos (HALL, 2003, p. 159).

É importante destacar o papel do Movimento Negro como elemento fundamental na forma de se pensar a questão social e racial na sociedade brasileira no que se refere ao aspecto político, por cumprir um papel não só de denúncia da condição do negro na sociedade brasileira, mas de uma nova visão de cultura nacional, bem como, na reestruturação da população, tanto em termos políticos quanto acadêmicos.

#### 4.2 MOVIMENTO NEGRO E ESTADO

Pereira (2010) coloca que a partir de meados dos anos 1980 surgem novas estratégias de atuação na luta antirracista. Ativistas negros de vários estados buscavam espaços de interlocução com os poderes públicos. Neste período foram criados os primeiros órgãos governamentais para tratar de questões relacionadas à população negra brasileira. Contudo, permanecia um intenso clima de desconfiança por parte de alguns setores do Movimento Negro em relação às primeiras articulações entre este movimento e o Estado. Os setores mais radicais dessa militância consideravam que se deveria lutar contra o racismo sem que houvesse vinculação com partidos políticos e com o Estado. Em 1983 Abdias Nascimento fora empossado como Deputado Federal no Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), o intuito era que pudesse levar as discussões sobre as questões raciais para o Congresso Nacional naquela época. A criação do Conselho de Participação e desenvolvimento da Comunidade Negra<sup>53</sup> criado na década de 1980 é um dos grandes exemplos de articulação entre movimento negro e Estado. Para Sansone

---

<sup>53</sup> Originado no Estado de São Paulo, foi o primeiro órgão do poder público criado para tratar especificamente da questão racial, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). foi “o primeiro órgão de governo, depois do regime militar, criado para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas (PEREIRA, 2010, p. 218).

(2005) ao invés de criarem formas políticas próprias, os brasileiros negros tentaram, tradicionalmente, integrar-se aos partidos, sindicatos e associações já existentes.

As conversas realizadas no decorrer da pesquisa foram, de fato, bastante elucidativas, no entanto, à medida que sanava algumas dúvidas, despertava outros tipos de questionamentos. Uma das questões que busquei investigar, do ponto de vista desses militantes, foi o motivo pelo qual o movimento negro teria dificuldade de agregar membros a esta militância. O que eu entendi na época da graduação de acordo com minha visão parcial, nesta ocasião, é que o Movimento Negro de Campina Grande seria um único grupo, composto por um pequeno número de membros que se auto identificavam como sendo membros do movimento negro, mas que esses poucos membros eram bastante ativos.

Como já foi mencionado nos capítulos anteriores, no decorrer da pesquisa do mestrado, tive a oportunidade e ampliar a visão a esse respeito percebendo que na verdade existem duas principais frentes de atuação com continuidade no tempo e que são organizadoras dos eventos e atuação da militância. De fato são bastante atuantes, mas não interagem entre si. A militância antirracista campinense, no entanto, se estende para além dessas duas frentes, considerando que existe um grande número de militantes que fazem seu trabalho na luta contra o racismo de forma individual, no dia a dia. Esses militantes, entretanto, não veem problemas em se unir eventualmente a quaisquer dessas duas frentes em atividades, lançamentos de livros e/ou datas comemorativas. Pois sempre que um evento é promovido pelo MNCG, vários desses militantes são requisitados e os mesmos se fazem presentes, apoiam e participam das atividades junto ao movimento mais formal. Assim compreendi que várias pessoas atuam de forma individualizada na academia, no trabalho, na sala de aula e em seu cotidiano, mas sempre que convocados, comparecem e participam dos eventos promovidos pelo movimento formal. Em suma, as ações do movimento são promovidas por lideranças que se articulam com a universidade e com o campo popular e, apesar de não existir um grupo orgânico de militância, ela tem apoio continuado, tendo em vista que o mesmo público se faz presente nos eventos promovidos por ambas as frentes. Ou seja, as duas instâncias são consideradas como legítimas por parte da população negra militante.

Pelo que pude perceber durante esses meses que decorreram a pesquisa, um lado dessa militância tem uma vinculação com o Estado, o que resulta em um maior apoio da Prefeitura Municipal para os seus projetos e eventos. Tal vínculo representou

para esta frente, um aparente ganho de credibilidade junto às esferas do poder público, influenciando na forma como o grupo se apresenta para a sociedade campinense e para o universo acadêmico. Enquanto a outra frente recusa o vínculo com qualquer instituição, por acreditar que o engajamento com os poderes públicos, com políticos ou instituições pode resultar na cooptação do movimento, enfraquecendo sua luta. As relações que são estabelecidas entre movimentos sociais e Estado, ou mesmo com partidos políticos geram, na verdade, novos significados que devem ser observados e entendidos em sua forma com mais profundidade pelos pesquisadores desses grupos sociais.

Silva (2014) afirma que muitos dos militantes do Movimento Negro Nacional, a partir de 1970, tiveram suas origens em movimentos sociais, movimentos estudantis e partidos políticos de esquerda. As relações do movimento negro com o Estado, no caso brasileiro, é caracterizada por situações de confronto e oposição. Alguns fatores que motivariam essa recusa do movimento em unir-se ao Estado, resulta, em parte, tanto do golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937), que extinguiu a Frente Negra Brasileira e, também, do Golpe Militar (1964) que desestruturou não só o movimento negro, mas os movimentos sociais de uma forma geral. Considerando-se, também, que o Estado brasileiro tem sido responsável por desmobilizar muitas das lutas do povo negro contra o racismo e a discriminação racial, através do próprio discurso de mestiçagem, por exemplo, não é de se surpreender que a formação de Conselhos, Coordenadorias ou Secretarias dentro dessa estrutura do Estado, mesmo que lideradas por militantes negros, gerem desconfiança entre os militantes (SILVA, 2014).

Ao final da década de 1980 começam a surgir algumas organizações denominadas Organizações Não Governamentais (ONGs), atuando com recursos de instituições internacionais. Uma característica marcante na militância negra é seu caráter voluntário, o que denota sua autonomia e independência em relação ao Estado. Silva (2014) afirma que, talvez pelo fato de terem se estruturado nesses moldes, os ativistas negros presentes em órgãos estatais sofreram muitas críticas por parte das alas mais radicais da militância antirracista, que manifestaram reações de descontentamento, desconfiança e até acusação de cooptação (135). É como se os ativistas estivessem se “branqueando”, tendo em vista que o Estado tem sido a representação oficial da invisibilização do negro ao longo da formação da sociedade brasileira.

De forma muito semelhante, aqui em Campina Grande, tal característica se repete, considerando a posição crítica que uma dessas frentes toma ante as ações e a negligência do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal para com a população negra. Para esta ala da militância, o vínculo com essas instituições configura um atraso, pois nega a participação de toda a diversidade de atores sociais que lutam diariamente contra a exclusão social e a mortandade da juventude negra de Campina Grande, impedindo assim, a democratização do debate. Como resultado desta oposição, esta frente considera que as instâncias do movimento que não estão vinculadas ao Estado ou Prefeitura acabam sendo excluídas das discussões, pois estas se fecham em um único grupo, impedindo assim que a diversidade de pautas da população negra sejam ouvidas e colocadas em prática.

Silva (2014) argumenta que, em razão de vivermos em uma sociedade forjada sob o mito da democracia racial, que até os dias atuais invisibiliza as contradições vivenciadas pela população negra, o diálogo entre militantes e intelectuais negros com o poder público é alvo de muita controvérsia entre os militantes do Movimento Negro em vários estados brasileiros. Entretanto, foi a partir desse tipo de diálogo entre movimento negro e Estado que se tornou possível, por exemplo, a inclusão das questões raciais nas pautas dos governos, pois chamou a atenção para os processos de exclusão dos quais a população negra tem sido vítima ao longo dos séculos, dando alicerce para as conquistas atuais.

Por volta de 1980, intelectuais negros (estudantes ou docentes nas universidades) também sofriam com essa suspeita, como se fossem portadores (as) de um discurso destituído da prática, na luta contra o racismo. Para Silva (2014), tais posturas podem limitar as ações do Movimento Negro, pois, apesar da importância de se manter a autonomia, ao mesmo tempo não se pode deixar de lado a necessidade de dialogar com o Estado, sob o risco de que as reivindicações se percam no vazio, inviabilizando a implantação de políticas públicas de emancipação da população negra. Apesar de todos os problemas já mencionados, foi através da participação dos militantes negros (as) nos Conselhos e nos órgãos criados nos estados, municípios e governo federal, que projetos de valorização e reconhecimento da importância da população negra na sociedade brasileira e muitas outras ações foram implementadas pelas instituições públicas.

Nessa perspectiva, busco entender a produção dos bens simbólicos, sem que isso esteja ligado a uma perspectiva meramente economicista, buscando, através das

ações sociais, compreender seus objetivos, fundamentos e conquistas. Considero que é possível observar as tensões entre os membros do movimento local, compreendendo os resultados dessas relações na construção dessa militância política, visando a valorização das ações de cada vertente deste movimento aqui em Campina Grande.

Tendo em vista o número mínimo de políticos que se unem ao movimento na luta pela implantação de políticas voltadas para o combate ao racismo e as desigualdades geradas por ele, o movimento negro tem militado em prol de inserir a temática racial nas instituições.

#### **4.2.1 Militância em tempos de repressão**

Segundo Antônio Sérgio Guimarães, a situação em que se encontrava o país nos anos da ditadura militar, não permitia a problematização de temas ligados à situação étnico-racial no Brasil, tendo em vista que entre os anos de 1968 e 1978, período da Ditadura Militar, “a democracia racial passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do antirracismo ao antirracismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes” (GUIMARÃES, 1999 *apud* GUIMARÃES, 2006). Falar de racismo no Brasil virou ato de subversão da ordem pública. Durante o regime militar o item cor sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive no censo populacional. Desta forma o Regime impedia que as desigualdades raciais tornassem-se visíveis nas estatísticas oficiais. A ideia de mestiçagem como patrimônio nacional foi demasiadamente veiculada através dos meios de comunicação pelo governo militar (ALBUQUERQUE, 2006, p. 276). Por conta da repressão, grande parte das organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer. Nos anos 70, novos grupos de teatro, música e dança formaram-se em várias cidades brasileiras. Esse movimento cultural influenciou a formação de grupos de afro-brasileiros preocupados com a cultura e a história dos negros no Brasil e em outras partes do mundo (ALBUQUERQUE, 2006, p.281).

Conforme aponta Rios (2014), a participação nas universidades brasileiras durante a Ditadura Militar foi de extrema importância na trajetória desses indivíduos, pois eram espaços privilegiados para o engajamento de jovens ativistas, pois lá se

encontravam as mobilizações estudantis e engajamentos políticos contra a ditadura. Essa juventude militante frequentava os espaços de sociabilidades negros, como bailes black, escolas de samba, sarais literários, círculos artísticos e pequenas reuniões sociais ligadas à mobilização para contestação do racismo brasileiro (RIOS, 2014, p. 49). Nesses espaços era possível socializar leituras de importantes estudiosos sobre a questão racial no Brasil, a exemplo de Roger Bastide e Florestan Fernandes, bem como de ativistas e intelectuais norte-americanos e do movimento “Black Power”. Também tinham acesso a escritos revolucionários como, por exemplo, os escritos de Frantz Fanon (RIOS, 2014, p. 49).

Para Frantz Fanon (2008), a subjetividade do negro estaria marcada pela alienação da sua condição de sujeito negro, levando-o a se pensar no mundo dos brancos, fazendo com que este se sentisse constantemente desencaixado da própria cultura. A dificuldade de se pensar a questão racial seria fruto da alienação dos processos históricos e sua relação com a construção da identidade negra no Brasil. Assim, a dificuldade em autodeclarar-se negro (a), seria uma consequência do desprezo pelos valores culturais dos afro-brasileiros. Segundo Rios os jovens ativistas, que mais tarde fundariam o Movimento Negro Unificado, foram bastante influenciados pelos escritos revolucionários e anticolonialistas de Fanon (2014, p. 67).

Neste período da ditadura Militar, as discussões da juventude engajada giravam em torno da autonomia ou não autonomia do movimento, ou mesmo se este deveria ou não ser um partido político. Ainda que as articulações se dessem em torno dessa autonomia do movimento, muitas articulações políticas foram feitas, com o intuito de apresentar as demandas de forma legítima nas arenas políticas democráticas que se pretendiam construir na esfera do Estado (RIOS, 2014 p. 49). Justamente por se exigir uma democracia representativa que pudesse participar dos setores da sociedade que os movimentos sociais (muitos dos quais tendo surgido vinculados a partidos políticos), de um lado, tentavam manter a autonomia dos espaços e fóruns decisórios dos movimentos no âmbito da sociedade civil, de outro, havia uma busca por influenciar diretamente as esferas partidárias (p. 50). No contexto da *abertura democrática*, essas duas formas de participação: partidos políticos junto com os movimentos sociais, eram formas de ação coletiva que se retroalimentavam. O movimento negro, portanto, não fugiu a essa regra (idem).

#### 4.2.2 O Negro e a Constituinte

Por volta de 1984 o tema da reforma constitucional passa a integrar mais uma luta do movimento negro. As lideranças se preparam para negociar suas reivindicações, tendo em vista o processo político de sucessão presidencial. Durante o ano de 1985 proliferam encontros locais, municipais e estaduais objetivando criar condições para a participação da população negra nesse processo político. Contudo, é na campanha eleitoral de 1986, que o tema da reforma da constituição ganha mais projeção. Para os ativistas, o discurso da participação estava associado aos movimentos sociais, pois isso poderia lhes assegurar a autonomia em ante aos partidos, ao mesmo tempo em que demarcava o seu descontentamento em relação à representação política. As questões levantadas por esses movimentos estava relacionada à representatividade e participação direta. O principal argumento era de que uma pessoa branca não poderia representar de forma legítima a população negra, tampouco um homem poderia bem representar as mulheres, assim por diante (RIOS, 2014 p.153). Defendiam veementemente que os interesses da população afro-brasileira só poderiam ser adequadamente representados a partir da presença do próprio negro no processo decisório.

Além desse ser um canal de expressão e representação de suas demandas, também implicava na presença física de negros, na condição de parlamentares. Uma bandeira levantada pelo núcleo baiano do MNU era de que “Parlamento para valer só com o negro no poder”. Partiam da compreensão de que, nessa conjuntura, os partidos políticos tornaram-se o único meio de representação política que dava acesso à Assembleia Nacional Constituinte, excluindo automaticamente as demais formas de ação coletiva, tais como os movimentos sociais e associações. Nesse sentido, os demais segmentos populacionais corriam o risco de não terem suas demandas devidamente apresentadas e contempladas naquele processo (RIOS, 2014 p.154).

Nos anos preparatórios para a constituinte, houve muita mobilização do povo negro. Em Brasília aconteceu a Convenção do Negro, de onde surgiram muitas reivindicações para a Constituinte. O regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte criou 24 comissões temáticas, dentre elas, a “subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias<sup>54</sup>”, essa atuação garantiu que as propostas de emendas parlamentares tivessem alinhamento político com este

---

<sup>54</sup> Nessa comissão, o movimento negro contou com quatro constituintes negros, Benedita da Silva (PT), Valetim (PCdoB), Caó (PDT) e o Paulo Paim (PT).

movimento social. Na Carta Magna, o racismo passou a ser crime inafiançável e imprescritível, alterando a Lei Afonso Arinos, de 1951, que considerava as ações racistas apenas como “contravenções penais”, podendo ser reparadas mediante pagamento monetário. Também foi a partir daí que foram concedidos direitos territoriais e culturais aos quilombolas (RIOS, 2014 p.167). Deste modo, as mobilizações que antecederam a Assembleia Nacional Constituinte e as ações que culminaram no Centenário da Abolição, foram processos decisivos na construção do negro como sujeito político legítimo na esfera pública, integrando o tema da injustiça racial à agenda nacional (idem).

Embora os movimentos sociais tenham conseguido importantes avanços na Reforma Constitucional, após as eleições de 1989 a implementação dos novos direitos constitucionais em grande parte foram frustradas. Houve o esvaziamento de conselhos e outros espaços de negociação política no governo de Fernando Collor de Mello. A grande maioria das lideranças negras se posicionaram contra o governo (RIOS, 2014 p.172). Diante desse fechamento político, os militantes foram em busca de fortalecer seus vínculos na sociedade civil e nas esferas municipais e estaduais por meio de organizações e iniciativas políticas, culturais e assistenciais, através da ampliação de alianças políticas, ou mesmo da captação de recursos através de organismos internacionais.

Depois da constituição de 1988, boa parte das lideranças negras teve que se agregar às organizações não governamentais, como as ONGs. Em 1990 fizeram uma marcha em Brasília exigindo medidas de enfrentamento das desigualdades raciais brasileiras. Este ato impactou intelectuais de diferentes orientações, nacionais e estrangeiros, levando-os, à convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a realizar o seminário Ações Afirmativas e Multiculturalismo, que foi organizado em 1996 pelo Ministério da Justiça. O clima de desconfiança com as instâncias do governo pairava sobre os ativistas e estudiosos das questões raciais. Muitos dos participantes do evento, dentre ativistas e intelectuais, acreditavam que o encontro serviria apenas como um espaço para abrir o diálogo, como uma forma de incluir os militantes na política nacional, pois não acreditavam que, em curto espaço de tempo, haveria qualquer avanço no país, em relação às políticas de inclusão para a população negra. No entanto, lentamente foram aparecendo iniciativas no interior do Estado (além das iniciativas nas estruturas universitárias), que ganhava consistência à medida que a militância se tornava forte e persuasiva nas exigências pela redução das

desigualdades raciais, cujo combate deveria se dar através de políticas públicas orientadas para a população negra (RIOS, 2014, p.170).

Com o passar dos anos as mudanças foram acontecendo, não apenas no movimento social e entre as suas lideranças, tais mudanças também ocorreram no campo cultural e acadêmico, na ampliação das arenas e redes transnacionais e o movimento e a luta antirracista ganhando cada vez mais legitimidade no espaço público, ampliando a atuação nas camadas sociais, se comparado aos restritos espaços nos quais circulavam essas ideias durante a Ditadura Militar. Foi nessa conjuntura política que se espalharam por todo o país organizações voltadas para os segmentos populacionais *pretos e pardos* (RIOS, 2014, p. 174-175).

Antes da Constituição de 1988, a temática do racismo era restrita aos círculos políticos, aos espaços universitários e a imprensa alternativa. As medidas do Estado para responder às demandas do movimento negro eram restritas e insuficientes. Paulatinamente, a partir da década de 1990, o debate sobre relações raciais deixa de ser um tema marginal, passando a ter maior visibilidade no espaço público, incluindo reações organizadas (RIOS, 2014, p. 170).

#### **4.2.3 A conferência de Durban**

No ano de 2001 acontece a Conferência de Durban<sup>55</sup>, evento de extrema importância para os rumos das políticas públicas antirracistas brasileiras, reorientando as estratégias do ativismo nacional e transnacional. No processo preparatório para a conferência foi se estabelecendo um consenso entre agentes governamentais e não-governamentais acerca da necessidade de medidas específicas a serem adotadas pelo Estado brasileiro no combate ao racismo (RIOS, 2014 p. 205-206). O evento de Durban marcou a atuação política dos negros brasileiros na esfera internacional.

No retorno para o Brasil, Edna Roland, que foi a relatora da conferência, tornou-se membra do grupo de especialistas eminentes independentes para a implementação da *Declaração e Programa de Ação de Durban*, das Nações Unidas. Além de levantar discussões acerca do racismo em âmbito nacional, a conferência ajudou a fortalecer as lideranças brasileiras, que firmaram alianças em várias

---

<sup>55</sup> Ocorrido entre 31 agosto e 8 de setembro de 2001, o evento internacional contou com 2.500 representantes de 170 países, 450 organizações não governamentais, e representantes da ONU e outras instituições de direitos Humanos. A delegação brasileira foi de mais de 300 pessoas (RIOS, 2014, pag. 217).

instâncias de ação política, e diferentes segmentos dos movimentos sociais e redes de articulação internacional permitindo uma mudança significativa na percepção e ação do ativismo negro (RIOS, 2014 p. 217).

A partir da Conferência de Durban, os ativistas passaram a trabalhar com agentes nacionais e internacionais introduzindo o conceito de ações afirmativas na superação das desigualdades raciais. Refletiu numa mudança no Estado, passando a usar formas mais atuais de políticas de ação afirmativa, na tentativa de reverter os mecanismos de discriminação e de desigualdades raciais, aumentando progressivamente as políticas de combate às desigualdades. Alguns ministérios passaram a reservar vagas para negros em diversos escalões e níveis ocupacionais. Outra mudança importante foi a introdução do quesito “cor” como instrumento de argumentação das desigualdades raciais perante o governo (RIOS, 2014 p. 221).

A luta simbólica do Centenário da Abolição ajudou a difundir as injustiças e explorações sofridas pelos negros ao longo da história do país, já na luta da reforma constitucional, eles tornaram-se sujeito de direitos (RIOS, 2014 p.168). As conquistas na nova ordem jurídica possibilitou novas demandas voltadas para a implementação de políticas e projetos direcionados à população negra rural e urbana. Podemos perceber, portanto, que a inserção da temática racial à agenda pública brasileira é fruto da mudança na relação entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro (RIOS, 2014 p. 192).

#### 4.3 A AUTONOMIA DO MOVIMENTO E SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Algumas instâncias do movimento negro consideram o governo um espaço privilegiado para a cooptação dos movimentos sociais, enquanto outras optam por aderir ao quadro institucional, lutando para trabalhar dentro dele. Por conta de todas as questões históricas que devem ser levadas em consideração aqui, as organizações do movimento negro tendem de um modo geral, a ver o governo como um meio não só de oprimir, mas também de tirar sua autonomia e liberdade. Busco compreender, portanto, o desenvolvimento das ações dos movimentos sociais a partir dessa relação com o Estado, operando num esforço por produzir mudanças.

Na América Latina, a relação entre movimentos sociais e instituições políticas foi tradicionalmente abordada a partir do debate da autonomia. Conforme já foi explanado anteriormente, os processos de formação do Estado, os padrões

clientelistas de relação Estado-sociedade e o contexto da Ditadura Militar fizeram com que o Estado fosse considerado um inimigo que deveria ser combatido (TATAGIBA, 2016). Esse contexto histórico de retaliação ajuda a explicar a desconfiança que os movimentos sociais e principalmente o movimento negro tem com as instituições governamentais. A partir da abertura democrática e de uma maior permeabilidade do Estado, a atuação institucional se intensificou, gerando um novo quadro, com forte participação dos movimentos sociais na criação de novos espaços de interação no interior do Estado e a ocupação de postos na burocracia (idem).

Os movimentos sociais são uma importante fonte de mudança. São afetados, mas também podem afetar o jogo da política institucional. Nesse sentido, os movimentos sociais e política institucional são vistos como mutuamente constitutivos Tatagiba (2016). No que se refere à relação entre movimentos sociais e Estado, essa abordagem permite se desprender um pouco da visão de que essa aproximação sempre resulta em cooptação ou mesmo em desmobilização do movimento.

Depois de tantas lutas os movimentos conquistaram notoriedade e legitimidade, passando a pressionar o Estado em busca de terem suas demandas atendidas. Na busca por espaços institucionais o Estado não pode mais ignorá-los, passando então a “convidá-los” à participação. Conforme iniciei anteriormente, uma das frentes do MNCG está vinculada à Prefeitura Municipal da cidade, tendo em vista que a implantação do Plano Juventude Viva nesta cidade é fruto de uma parceria entre Movimento Negro e Governo Municipal. Um dos principais membros do Movimento Negro é assessor técnico do Juventude Viva, o que, a meu ver, facilita o diálogo dessa instância do movimento com os poderes públicos e a militância negra, tendo em vista que, por conta dessa parceria, suas ações tem um apoio mais significativo da Prefeitura, e um certo incentivo nos eventos promovidos por esse lado da militância. O que seria um ponto positivo, mas que não minimiza as tantas barreiras que ainda devem ser vencidas pelo movimento, de um modo geral.

Entretanto, o MNCG, de forma unânime, reivindica um movimento de caráter autônomo, declarando esta autonomia afim de reafirmar seu o distanciamento dos partidos políticos. Contudo, as formas de exercitar essa autonomia se manifesta de forma distinta entre essas duas principais frentes desse movimento. Para uma parte dessa militância, essa autonomia se dá através da separação absoluta com partidos políticos e com o Estado, rejeitando, deste modo, ações conjuntas e mesmo o diálogo com tais setores. Já a outra parte acredita que a partir do diálogo e da negociação

com esses setores, pode-se gerar o amadurecimento e estabelecimento dessa autonomia.

Embora as visões do MNCG-Zumbi e MNCG-Dandara pareçam opostas, ambas destacam a importância do Estado como espaço necessário para concretização de políticas que podem trazer mudanças para a situação de desigualdade em que vive o povo negro. O MNCG-Zumbi se autopercebe como autônomo de modo mais consistente, à medida que rejeita qualquer vinculação com o Estado, comparativamente, os militantes do MNCG-Dandara, apontam ambas as características: autonomia e independência, ainda que estejam vinculados às instâncias do poder público. A ideia de cooptação, portanto, está explícita no discurso do outro grupo, não apenas em denunciar sua ocorrência, mas também apontando a necessidade de evitá-la para manter a crítica, exercendo seu papel de pressão sobre o Estado. Ao contrário de abordar e criticar tal processo como exemplo de cooptação, instrumentalização ou colonização do MNCG-Dandara por parte do Estado, o que se busca aqui é apontar que este tipo de relação resulta de um complexo padrão que existe nas relações entre sociedade civil e Estado.

Entendo cooptação como em Selznick:

Definimos previamente este conceito como "o processo de absorção de novos elementos na liderança ou estrutura de decisões políticas de uma organização, como meio de evitar ameaças à sua estabilidade ou existência". Este mecanismo geral adquire duas formas básicas: cooptação formal, quando há necessidade de estabelecer a legitimidade da autoridade ou de tornar a administração acessível ao público a que se dirige; e cooptação informal quando há necessidade de ajustamento às pressões de centros específicos de poder na sociedade (1978, p. 93).

O processo que discuto aqui é o que Selznick chama de cooptação formal. A partir dessa ideia de cooptação apresentada por Selznick, acredita-se que, de uma maneira geral, ao adentrar nesses espaços de poder, o movimento passa a dividir responsabilidades criando, a partir daí, um comprometimento que dificulta as críticas, a oposição e o combate, o que acaba por limitar a autonomia do movimento. Esta perspectiva mais "tradicional" de cooptação não é suficiente para explicar esse contexto no qual se encontra o MNCG. Pensar dessa forma é, como diria Euzeneia Carlos, ter uma perspectiva a partir de uma visão homogeneizante dos padrões de institucionalização, segundo a qual

ativistas e autoridades aderem a um modelo previsível de ação; atores sociais institucionalizados têm acesso ao sistema político, são cooptados, mudam suas reivindicações e perdem sua autonomia, ao passo que são oprimidos e

marginalizados aqueles que evitam os compromissos da política institucional (CARLOS, 2015).

A contribuição ao qual me proponho aqui, transcende a ideia de cooptação a partir dessa relação entre movimento negro e Estado, tendo em vista que este pode vir a se tornar um espaço de negociações entre organizações sociais que querem fazer reivindicações políticas construídas através de consensos. Essa análise permite deixar de lado a percepção dessas alianças como algo estritamente negativo para os movimentos sociais. Ao se inserir nas organizações do Estado, não necessariamente essas organizações são absorvidas, podendo também inserir parte de sua agenda nas estruturas do Estado (Alves e Gomes, 2016). Nesse sentido, o movimento social, ao se relacionar com o Estado, não sofrerá desmobilização de forma compulsória, tendo em vista que essa relação com as instituições públicas pode gerar mudanças nessas estruturas de poder, transformando a participação e a representação desses grupos e essa parcela da população a quem dizem representar. Assim, essa relação entre movimento negro e estado é capaz de construir um novo espaço para as suas demandas. Ao mesmo tempo, o governo compreende a importância dessas organizações como aliadas, no sentido em que podem desmobilizar conflitos na sociedade. (ALVES, GOMES, 2016).

No caso de Campina Grande, a implementação do Plano Juventude Viva<sup>56</sup>, configura um importante avanço no debate sobre desigualdade racial, tendo em vista que permite e amplia a discussão sobre os efeitos gerados pelo racismo. Essa participação no governo permite ver a diminuição da tensão social entre movimento e Estado. Esse tipo de “cooptação”, nesses moldes, representa uma mudança interna nas instituições públicas e na própria relação entre movimento social com essas instituições, trazendo um novo panorama na questão da desigualdade racial.

Essa espécie de institucionalização do movimento pode representar um importante avanço, se comparado a tempos anteriores, em que o estado reprimia as mobilizações do movimento. Seja no período da escravidão, na qual os escravos fugidos eram perseguidos e castigados, seja nos períodos da Ditadura, época em que

---

<sup>56</sup> Lembrando que o objetivo do Plano é reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros em situações de violência, a partir da inclusão social, é voltado para jovens entre 15 e 29 anos e visa a ampliação dos direitos da juventude, o combate a violência, a transformação de áreas que tem alto índice de homicídio, bem como a atuação do Estado e sensibilização dos agente públicos no enfrentamento ao racismo institucional.

sequer era permitido mencionar que existia racismo. Da repressão severa ao movimento e qualquer forma de manifestação, passamos ao combate à discriminação, à ênfase da cultura e o reconhecimento dos direitos humanos como uma via de combate ao racismo e os seus frutos. É preciso, portanto, estar atento às particularidades do campo considerando os principais pontos de conflito, ou seja, “a estrutura organizacional do movimento e a relação com os poderes públicos” (TATAGIBA, 2016). Autonomia não significa não relação (TATAGIBA, TEIXEIRA, 2006), mas uma interação que se molda conforme o contexto político no qual os atores estão inseridos. A partir da ideia de autonomia, os militantes do movimento afirmam o seu distanciamento dos partidos políticos e do Estado, mas sem que necessariamente haja uma ruptura completa com todas as instâncias do governo. Esse distanciamento é estratégico e se faz necessário para que se torne possível a elaboração de suas metas.

A atuação institucional do MNCG-Dandara não se restringe, no entanto, ao plano do Juventude Viva. O Conselho Municipal de Educação de Campina Grande (CME) e o Conselho Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) também contam com a representação do Movimento Negro de Campina Grande, tendo um dos militantes do MNCG-Dandara na CME e dois militantes na CEPIR. O CME é uma instância de controle social determinante para as ações da Secretaria de Educação, nas áreas de cobrança, monitoramento e fiscalização, levando em conta as garantias de direitos das crianças da Rede Pública de Ensino. O Conselho Municipal de Educação é formado por 15 entidades representativas, dentre elas a UFCG, UEPB, Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais Agreste Borborema (SINTAB), União Campinense das Equipes Sociais (UCES), Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Deficiência (CMPD), Movimento Negro, dentre outras. Já o CEPIR, é um Conselho que visa promover a igualdade racial e é fruto das demandas dos militantes do movimento negro do estado da Paraíba. O CEPIR atua desde o ano de 2010. É integrado ao Governo do Estado e está vinculado à estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH)<sup>57</sup>. Este conselho é formado por 24 membros, sendo 12

---

<sup>57</sup> A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH, foi criada em Criada em janeiro de 2011 pelo Governador Ricardo Coutinho e tem como objetivo orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). A Secretaria conta com a

representantes do governo e 12 da sociedade civil. Atualmente estão sendo elaboradas reuniões para a criação de um plano chamado “Plano de Igualdade Racial do Estado da Paraíba”.

A estratégia é incluir as demandas da população negra na agenda pública estadual e municipal, com recorte específico voltado para a população negra e comunidades tradicionais. Segundo Dalmo Oliveira, representante do Movimento Negro de João Pessoa, a implantação do CEPIR-PB representa um avanço no diálogo com o Governo do Estado. É de responsabilidade do conselho a organização política e o fortalecimento dos segmentos, não só dos quilombolas, mas do povo de terreiro, ciganos e índios, através de ações de execução direta. No que se refere à saúde, educação, infraestrutura, segurança, dentre outras ações, a secretaria atua de forma Inter setorial com outras secretarias. As ações são executadas com a finalidade de promover políticas voltadas para essas populações, ampliando o acesso das mesmas às políticas públicas e implementando a política educacional para uma educação inclusiva, não racista.

Como coloca Tatagiba , esse tipo de construção democrática se desdobra em um importante avanço na efetivação das demandas do movimento ao colocar em primeiro plano a atuação dos militantes na esfera político-institucional, não mais definindo-a como “uma perversão da verdadeira natureza dos movimentos, mas como uma dimensão importante da luta pela democracia” (TATAGIBA, 2016). Explica ainda que em cenários marcados pela carência de acesso a direitos básicos de cidadania, os movimentos sociais podem ser um meio de fortalecer a democracia, à medida que ampliam o propósito de suas ações no plano político institucional. Nesse sentido, ao invés de colocar a autonomia e cooptação como extremos opostos, podemos perceber que há uma maior complexidade de interações.

Assim como em Carlos, acredito que a compreensão dos movimentos sociais e sua interação com as instituições políticas requer uma análise que perceba os aspectos de constituição entre a sociedade e o Estado enquanto espaços de interação e influência mútua “em um processo contínuo e circunstancial, cujas fronteiras são imprecisas” (2015).

Conforme se engajam nas instituições, os movimentos visam ajustar sua estrutura funcional às múltiplas possibilidades de participação e representação na elaboração e implementação de políticas públicas, ampliando assim a sua atuação em setores que favorecem maior conhecimento sobre o funcionamento do *modus operandi* do Estado. As múltiplas estratégias de ação e de interação no viés democrático é um modo pelo qual os movimentos sociais podem expressar suas reivindicações e propostas ao poder público, no sentido de influenciar a agenda política. Nesse sentido, o engajamento nas instituições participativas favorece a conjugação de elementos, supostamente contraditórios, na dinâmica do movimento social: complexidade organizacional e mobilização (CARLOS, 2015).

Assim, as relações de proximidade com os governos pode ser uma importante ferramenta no atendimento das reivindicações do movimento, a medida em que permite o diálogo, a representação e a participação nas instituições, bem como o acompanhamento de políticas públicas e gestão de programas e convênios governamentais. Ou seja, tais interações podem gerar o atendimento de demandas históricas do movimento e também influenciar a agenda pública. Em contrapartida, essa influência pode tornar-se nociva, à medida que essa cooperação se torne excessiva, gerando um alto nível de comprometimento e de vínculos com as instituições, fazendo com que o movimento perca a sua capacidade de pressionar o Estado na efetivação dessas políticas e das suas reivindicações como um todo. Nesse sentido, é preciso habilidade por parte dos militantes envolvidos para que não se perca a autonomia política.

É preciso que os militantes reconheçam os riscos aos quais estão expostos, para que este tipo de relação não tire sua capacidade crítica e autônoma, correndo o risco de gerar “dependência e submissão, de atrelamento e cooptação; de perda da autonomia e de distanciamento da base social; de impedimento de ações contrárias e críticas ao governo; de vinculação da imagem do movimento com a do governo; e de perda da capacidade de discussão e proposição (CARLOS, 2015).

Nesse novo contexto, o movimento deixou de ser caracterizado como “confrontação dialética e passou a perceber-se como instância para o diálogo e a colaboração com aqueles com os quais pode alcançar resultados efetivos para suas ações” (CARLOS, 2011). A autora explica que as relações de parceria e colaboração com o governo é capaz de favorecer o resultado das ações do movimento, na medida em que esses grupos alcançam reconhecimento e legitimidade na sua atuação como representante de grupos amplos da sociedade e possuem acesso às instituições

políticas. O engajamento pode ser interpretado como estratégia que cria um canal de diálogo com o governo e gera o reconhecimento do movimento enquanto interlocutor entre a população negra e os órgãos públicos, gerando oportunidades de participação dos grupos que foram historicamente excluídos do processo político (CARLOS, 2011).

Os movimentos sociais podem desenvolver diferentes formas de ação coletiva, podendo atuar a partir de diferentes manifestações fazendo a ponte entre sociedade e Estado, a partir da contestação ou da cooperação. Nesse sentido, a relação entre movimentos sociais e Estado, assim como a própria dinâmica dos movimentos sociais, também é complexa e multifacetada. Ou, como afirma Carlos (2015), “as interações sociedade-Estado são variadas e podem combinar elementos aparentemente contraditórios, como cooperação, contestação e autonomia”.

Acho importante colocar que as divergências na forma de atuação geram distinções, de modo que não se cria um espaço para a construção da ação comum. O que me leva a crer que esta forma de atuação também é um fator que pode contribuir para a perpetuação da separação do movimento.

O envolvimento com o Estado pode configurar um aspecto, em partes, negativo, no sentido de que esse diálogo não se estende às demais instâncias do movimento local, como se só existisse um tipo de demanda e representação, tendo em vista que a prefeitura não distribui de forma igualitária os recursos entre essas lideranças, que são igualmente legítimas, da perspectiva da população negra campinense. Restringindo o diálogo a apenas uma das instâncias do movimento, pode-se levar a um empobrecimento na pluralidade das vozes, das reivindicações e demandas da população negra campinense. Sem contar que a conquista desse espaço pode desencadear um processo de acomodação social, podendo acarretar um enfraquecimento nas estratégias de enfrentamento ao racismo.

Essas instituições constituem diferentes formas de atuação na participação política, resultando em diferentes formas de ação e conseqüentemente diferentes resultados. Assim, vemos que não existe um padrão homogêneo ou um modelo de ação único que represente todas as instâncias na luta contra o racismo, tendo em vista a complexidade e a heterogeneidade da própria sociedade. É preciso estar atento à diversidade das interações dos movimentos sociais com governos e as instituições.

#### 4.4 SEGMENTAÇÃO RESULTA EM ENFRAQUECIMENTO?

Márcio André Oliveira dos Santos (2008) argumenta que, enquanto os movimentos sociais mais tradicionais visavam a modificação na estrutura da ordem social, a partir da década de 1990 os chamados “novos movimentos sociais” e os movimentos sociais constituídos como ONGs, estariam mais preocupados em dialogar com o Estado do que meramente o enfrentar. Para ele, a mudança institucional e política dos movimentos sociais, inclusive dos movimentos negros, teriam influenciado de forma direta a onguização desses movimentos. O autor aponta para o fato de muitas organizações não governamentais negras se originarem de rupturas com outras organizações negras, para ele, esta seria uma característica bastante presente nos movimentos negros. Ele cita um trecho da fala de Edna Roland<sup>58</sup> que diz:

O Movimento Negro é um movimento cujos militantes tem origens muito diversas e variadas. Tem gente que vem de igrejas, de partidos, movimento sindical, de movimentos feministas, de organizações de base, de moradores, enfim, é múltiplo em termos das origens de seus militantes. É um movimento cuja forma de surgimento de organizações se dá frequentemente com base na ruptura. Muitas organizações surgem a partir de rupturas de outras organizações, é uma maneira de crescer. A organização cresce e em um determinado momento se rompe e surge uma nova organização. Isso é frequente no Movimento Negro (trecho da entrevista de Edna Roland no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, citado por Santos, 2008).

Acredito que as divisões internas não sejam exclusivas do movimento negro, mas uma característica dos próprios movimentos sociais. Para Santos (2008) vários movimentos sociais também se caracterizam por formações heterogêneas, considerando que estas podem surgir de grupos pequenos através de pessoas com perfis de atuação equivalente, tais como grupos de mulheres negras, de lésbicas, de intelectuais, dentre outros. Semelhantemente, quando falamos de “movimento negro”, em um sentido amplo, sem considerarmos essa pluralidade, acabamos por reduzir as pautas específicas e toda a diversidade que compõe esta luta. O autor explica que, desde os anos 1980 até o final dos anos 1990, como fruto do caráter plural do movimento, a representação pública desta organização sempre foi fruto de intensas

---

<sup>58</sup> Relatora Geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, Membro do Grupo de Especialistas Eminentemente Independentes para o acompanhamento do Programa de Ação de Durban. (Fonte: Portal Geledés).

disputas internas. Enfatiza que, não fundamentalmente, essa seja uma característica positiva ou negativa, mas que se faz necessário considerar a complexidade da composição do movimento negro como um todo, pois, a análise rasa dessas questões pode nos levar a cometer muitos equívocos quanto à configuração e a atuação dessa militância.

Vimos que a forma de militância pode existir sem que necessariamente o indivíduo esteja agregado a uma comunidade ou grupo. No que se refere às duas frentes as quais eu optei por investigar, não há uma razão explícita e declarada do que teria motivado essa cisão, pois sequer mencionam ter havido um momento exato de ruptura, no entanto, fazem questão de evidenciar o fato de terem ideais e motivações completamente distintos. Conforme já foi dito antes, em Campina Grande parte dos militantes, atuam de forma independente e desvinculada de instituições formais, mas sempre se identificam como sendo do movimento, por acreditarem que a luta não depende diretamente de estar ou não vinculado à alguma organização formal, mas sim, a partir da “consciência negra” e do engajamento em levar essa consciência para o restante da população. No entanto, muitos desses militantes locais, independentemente de pertencerem a ONGs ou outras organizações nacionais, bem como universidades, sindicatos, associações de moradores, etc., tendem sempre a se autodenominarem como “militantes do movimento negro”, independentemente da origem ou da vinculação a uma organização. A exemplo da militância antirracista campinense, vemos uma quebra nesse padrão do militante vinculado a grandes instituições de reconhecimento nacional, pois, ainda que com um número pequeno de membros, independente, sem sede, com pouco apoio da população e das autoridades locais e com recursos extremamente limitados a militância consegue, à despeito de todas as adversidades, promover tantas atividades e eventos no decorrer dessas últimas três décadas.

Como vimos no capítulo anterior, atualmente, as ações da frente MNCG-Dandara, giram muito mais em torno do espaço acadêmico. O MNCG-Zumbi também promove muitos eventos na universidade, a exemplo do Agosto Para a Igualdade Racial, mas seu campo de atuação, através dos eventos, tem uma maior ênfase na periferia, considerando que grande parte dos eventos que acompanhei, durante o tempo da pesquisa, se deram em escolas da rede pública de ensino, com o intuito de divulgar as ações do movimento negro e incitar a juventude a tomar consciência do racismo e da atuação do movimento, enquanto instrumento de combate às

desigualdades raciais. Percebo, portanto, que o MNCG-Zumbi tem uma forma de atuação mais periférica, tendo em vista que o diálogo com a Prefeitura Municipal, com a mídia e com o Governo do Estado é, de certo modo, limitado. Dos três anos que tenho acompanhado o Agosto para Igualdade Racial, por exemplo, o principal organizador sempre enfatizou que o evento teve pouquíssimo ou nenhum apoio financeiro e que a prefeitura do município, no máximo, disponibiliza alguns folders para divulgação, mesmo o evento já estando bastante consolidado, levando em consideração que, neste ano de 2017, já vai para a 6º edição, não constando no calendário oficial de eventos do município, por exemplo.

A partir de ações mais concentradas na periferia, o MNCG- Zumbi acaba por realizar um certo descentramento do movimento negro da academia, fazendo ele se enraizar por outros espaços da sociedade, dando visibilidade à luta e tendo maior probabilidade de atingir uma população negra que ainda não tem as ferramentas analíticas para compreender como é que o racismo opera nas suas vidas, tendo em vista que essas pessoas sentem o racismo, mas não sabem explicar, em nível consciente, o que leva o racismo a estar tão enraizado e quais seriam os mecanismos para o seu enfrentamento. Nesse sentido, o MNCG-Zumbi busca de uma maneira direta e imediata uma forma de alcançar uma população negra que não tem ainda uma reflexão sobre o racismo e a sua estruturação na sociedade brasileira através das questões raciais. Enquanto que o MNCG-Dandara, por estar participando de políticas governamentais, atuando a partir de uma esfera institucional, tem um raio de atuação mais restrito. Pois, ao invés de entrar na periferia, os mecanismos governamentais oferecem mais força para a atuação no espaço acadêmico, o que confere uma dignidade à produção acadêmica desses intelectuais negros, numa perspectiva de formar professores negros e, a partir daí, difundir essas ideias. De modo diferente, o MNCG-Zumbi não se satisfaz com essa forma de atuação, ainda que também tenha forte participação no espaço acadêmico, mas, para além disso, busca caminhos para que essa discussão sobre racismo se consolide entre os setores sociais que a academia ainda não consegue atingir de forma contundente e imediata.

A academia dá espaço para a divulgação da produção acadêmica, no entanto gera outros impedimentos, talvez mesmo por uma questão institucional ou mesmo pelo próprio formato burocrático que o Estado confere à essas instituições. Quando a academia promove as ações do movimento é quase sempre para que esses movimentos tenham um espaço de divulgação da sua produção intelectual, ou seja,

para que tenham um apoio na publicação dessa produção. Talvez pelo fato de os próprios mecanismos governamentais, nos quais a instituição atua, só exista alcance para fazer esse tipo de atividade, resultando, por um lado, na redução da eficácia das ações do movimento, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo a sua legitimidade nesse importante espaço de emancipação social da sociedade brasileira, que é o ambiente acadêmico.

Apesar da inserção do MNCG-Dandara nos órgãos governamentais significar um grandioso avanço na militância negra desta cidade, esta pode ser ainda uma ferramenta insuficiente, tanto no combate à mortandade da juventude negra, como no enfrentamento das desigualdades geradas pelo racismo, podendo levar a uma limitação das suas ações. O âmbito institucional do governo impõe delimitações e, por esta razão, acaba tornando essa política restritiva, se levarmos em consideração que as políticas do governo estão muito mais voltadas a atender demandas específicas dos setores mais abastados da sociedade. Ao que me parece, para o MNCG-Zumbi, esta seria a razão para acreditar que esse tipo de vinculação torna-se um mecanismo ineficaz, ao menos no contexto da política local. Então, em nome da autonomia desta militância, chama para si a responsabilidade, promovendo os eventos e difundindo o movimento em espaços que, muitas das vezes, são ignorados pelo Estado. Então, ainda que em seus eventos ambas as frentes atraiam o mesmo tipo de apoio e agreguem o mesmo tipo de público, na maioria dos eventos que promovem, existe uma diferença substancial nos resultados desta atuação.

O MNCG-Zumbi está mais ocupado em fazer com que essas pessoas acreditem na força da cultura negra como elemento de resistência ao racismo. Enquanto o MNCG-Dandara está mais voltado a sistematizar essa produção cultural negra, sensibilizando o espaço acadêmico para implementação da lei 10.639, no entanto, seu público alvo acaba, muitas das vezes, se restringindo em torno desse conjunto de intelectuais, gerando certo impedimento em levar esses pensamentos aos próprios estudantes através de uma ação direta. O que denota que o MNCG-Zumbi se antecipa aos resultados que a lei 10.639 venha a ter no futuro, tendo em vista que estaria atingindo diretamente a juventude através das ações do movimento e, talvez, inclusive, agregando futuras lideranças à este movimento, considerando que o movimento não pode parar de se reproduzir. Assim, existe, por parte do MNCG-Zumbi, uma forma de ação mais direta, no sentido de difundir entre a população negra de

Campina Grande, a compreensão de que, estando organizada de uma maneira fortalecida, podem alcançar maior possibilidade de sucesso.

Em suma, o MNCG-Dandara se insere de forma mais aprofundada no espaço acadêmico e o MNCG-Zumbi na periferia, no entanto, tais diferenciações não implicam na ineficácia das ações de nenhuma das frentes, corroborando com a ideia de que existem duas formas distintas de estratégia, atuação e enfrentamento ao racismo que, conseqüentemente, resultam em diferentes frutos.

Diante do quadro que se desenhou em todo o decorrer da pesquisa, pude compreender que, a apesar da ideia de divisão (no sentido de fragmentação) sugerir enfraquecimento, percebo que, ao contrário, essa divisão possibilita que o movimento atue em várias instâncias da sociedade. O que motiva ambos os grupos a estarem ativos durante o ano inteiro, promovendo uma grande diversidade de atividades e eventos de conscientização e combate ao racismo. O fato de não haver concentração em uma só pauta, evento, local ou atividade, resulta em uma forte atuação, tanto no espaço acadêmico, quanto nas escolas, nos bairros e até mesmo na câmara de vereadores, conforme vimos. Podemos observar eventos sendo realizados com apoio e incentivo da Prefeitura Municipal, ao mesmo tempo em que vemos outros eventos serem realizados de forma quase cem por cento autônoma, gerando uma necessidade de buscar apoio de uma diversidade de instituições. Em quaisquer desses espaços de mobilização, com ou sem apoio financeiro, as pautas sempre englobam a questão do racismo e suas conseqüências para a população negra, ao mesmo tempo em que se ressalta a importância da “consciência negra” enquanto ferramenta de empoderamento e mobilização do povo negro.

Para Sansone, da mesma forma que o racismo se manifesta de formas variadas, o combate também se manifesta das mais variadas formas, conforme o contexto. Não existe, portanto, um modelo universal de combate a discriminação racial. Tais considerações podem ajudar na compreensão dos contextos específicos que levam o movimento negro a dividir-se no enfrentamento ao racismo (2003, p. 264). Não sei se seria leviano afirmar, mas talvez seja exatamente esse “racha” que colabora para manter o movimento em constante atividade. De uma forma ou de outra isso agrega benefícios á negra desta cidade.

O problema, ao contrário do que julguei a princípio, não está nessa divisão, tampouco a ameaça à democracia vem da falta de institucionalização do movimento, pois a participação social surge mesmo dentro desse contexto. Tais

desentendimentos resultam da multiplicidade de posicionamentos e, até mesmo, da forma como se deu a trajetória de origem e de militância de cada um desses envolvidos. A complexidade da temática racial no país, pode afetar as estratégias e campos de ação do movimento negro, mas isso não impede que a militância alcance resultados positivos, muito menos impede o avanço da luta e da valorização da cultura negra (MORAES, 2012: 96 e seguintes). A fragmentação das entidades que integram o Movimento Negro campinense, a diversificação das demandas em torno da negritude e as divergências ideológicas favoreceram a construção da polifonia do discurso étnico militante nesta cidade.

Como afirma Gohn (1997) esses movimentos são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas distintas das quais a população se utiliza para se organizar e expressar suas demandas. Do ponto de vista da ação, as estratégias variam conforme a realidade na qual os atores sociais estão inseridos. Para ela, uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é que os mesmos são “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”. Tais movimentos não são acontecimentos isolados, o contrário, tem um caráter político com vistas na transformação da ordem social e, por esta razão, devem ser analisados conforme o contexto social e econômico ao qual pertencem. Os movimentos sociais seriam, portanto, uma representação das forças da sociedade capazes de se organizar e agrupar pessoas como campo de atividades e experimentação social. Os movimentos apontam para a realidade social, construindo propostas de transformações, bem como ações coletivas que visam a inclusão. Esses movimentos têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas, criando identidades para grupos outrora dispersos. Ao mesmo tempo em que concretizam as ações, despertam em seus membros sentimentos de pertencimento social.

Os movimentos sociais se concretizam por meio das práticas coletivas, através das quais, os interesses e valores determinam o curso dessa ação. Em situação, nas quais as estruturas sociais são modificadas como fruto da ação coletiva, as redefinições tornam-se um importante elemento na ação do movimento. A ação coletiva tanto pode reproduzir as formas tradicionais de conflito de classe, quanto pode reorganizar e originar novas formas. Os movimentos sociais tem a capacidade de evidenciar estruturas da sociedade que estão além da divisão de classe. Cada uma dessas mobilizações possui (ou cria) sua própria forma de atuação, podendo gerar

novas identidades políticas ou, até mesmo, a construção de novas fronteiras sociais que se constroem a partir da interação.

Tenho analisado até aqui, os discursos identitários sobre o povo negro campinense, cuja identidade étnica tem como origem um passado de escravidão e exclusão social. Compreendo que a invisibilidade do povo negro é fruto de um processo histórico e de uma luta pela hegemonia de uma parcela da população que é considerada como sendo superior. Além de fenotípica, a divisão é, também, cultural e econômica, à medida que impõe uma divisão social, regula a sociedade e controla os grupos que a compõem.

As identidades ganham conteúdo por meio de valores sociais e culturais, com base em classificações que orientam as nossas ações. A identidade negra se constitui, portanto, como uma atitude política, tendo em vista que somos influenciados pelas hierarquias historicamente estruturadas em nosso país, tal fato faz com que nos enxerguemos como miscigenados, implicitamente negando a ideia de negritude (SOARES, ALBERNAZ, LEWIS, 2009, p. 190).

O processo identitário - apesar de ser visto como algo interno/individual - é moldado dentro da própria sociedade. Assim, o indivíduo também é socializado a partir das suas relações internas nos grupos sociais dos quais faz parte. À medida em que transita entre diferentes grupos, surge a possibilidade de mudança nos pontos de vista. Sua ação, portanto, é ampliada nos espaços coletivos. Para as autoras, a escola pode ser um espaço privilegiado de afirmação de identidade, ao passo que articula diversos indivíduos inseridos em diferentes grupos, cada um deles com poderes distintos, quer sejam estudantes, professores ou responsáveis, cada um contribuindo de acordo com sua posição.

Quanto maior a consciência da população pelos seus próprios direitos, mais a educação é compreendida enquanto um direito social que deve garantir políticas e práticas educativas, proporcionando igualdade, equidade e justiça social aos diferentes grupos sociais. As ações afirmativas buscam uma pedagogia da diversidade que produz saberes, possibilitando a construção de um diálogo com respeito as diferenças. Tais políticas deveriam servir de canal para o acesso e permanência à Universidade, possibilitando assim, que a história do negro pudesse ser contada por eles mesmos. As ações no campo da política educacional devem ser compreendidas como respostas do Estado às reivindicações do movimento Negro (GOMES, 2011).

A persistência do racismo atravessa os séculos influenciando a sociedade como um todo, tornando-se um mecanismo de entrave à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esses traços identificam o Movimento Negro na atualidade como forma de movimento político-cultural que, através de ações e posicionamentos, tenta evidenciar o silêncio que lhes foi imposto ao longo dos séculos. A identidade negra é entendida, portanto, como um processo construído historicamente através das práticas culturais e das representações desse universo simbólico em torno da negritude.

No campo acadêmico, questões relacionadas à população negra vem ganhando maior espaço, gerando debates por meio de estudos e pesquisas com pautas sobre religião, exclusão, participação política, identidade étnica.

Existem ainda muitas lutas a serem conquistadas, mas não podemos deixar de reconhecer as que já foram alcançadas tais como o crescente número de intelectuais negros (as) pesquisando e produzindo conhecimento nas universidades. A sua crescente participação em congressos, seminários, ou mesmo em órgãos governamentais, tem contribuído para fortalecer as propostas de implantação de políticas inclusivas para a população negra, gerando importantes articulações entre movimento negro e órgãos estatais, graças à participação de muitos deles nesses espaços de hegemonia branca.

Acredito que o vínculo dessa militância com algumas instâncias do poder público, pode proporcionar uma maior credibilidade da luta antirracista desta cidade, gerando um maior acesso a recursos, tanto simbólicos quanto materiais, viabilizando a realização de eventos e a concretização de projetos na luta contra o racismo. Contudo, tais mudanças requerem certa destreza política por parte dessas organizações do movimento negro, para que se possa instaurar um diálogo eficiente e qualificado com o Estado, a fim de que essas reivindicações sejam transformadas em políticas públicas que sejam eficazes na inclusão do povo negro, de forma a tornar essa participação democrática. É necessário que o Estado reconheça as injustiças históricas que tem sido cometidas contra a população negra brasileira, e que esse reconhecimento se efetive através da implantação de ações afirmativas compensatórias de reparação. Só assim, o Estado brasileiro cumprirá seu papel na democratização social, na superação do racismo e das desigualdades etnicorraciais. Como expressa Silva,

Neste cenário, o desafio que se coloca para o Movimento Negro Nacional, seja no interior das organizações, seja no plano acadêmico ou de gestão e assessoria pública, é a auto avaliação de suas práticas, para elaborar novas proposições ao Estado brasileiro, ampliando as possibilidades de ações de emancipação social, política e cultural dos segmentos sociais historicamente excluídos do processo participativo, em que os negros preenchem todas as estatísticas (SILVA, 2014).

Essas novas configurações produzem mudanças no interior do Movimento Negro, e, ao mesmo tempo, requer dos militantes que ocupam cargos públicos, uma reafirmação do seu compromisso com a comunidade negra. Compreendo que esse tipo de acesso simbólico é capaz de criar diversas formas de articulação, podendo proporcionar, inclusive uma ampliação da discussão sobre as políticas públicas a serem geradas pelo Estado. Se as denúncias do movimento negro não são suficientes, as alianças tem de gerar propostas, a fim de reconstruir a área social em questão. Interações com base na confiança entre as instituições, organizações, atores individuais e coletivos, pode viabilizar a ação conjunta, permitindo criar redes de sociabilidade, possibilitando o acesso à valiosos recursos para suas ações. Esta seria, portanto, uma forma pela qual os grupos excluídos, social e economicamente, pudessem ter acesso à recursos simbólicos e materiais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem coloca Pereira (2010), os primeiros indícios da resistência negra no Brasil surgiram desde que os africanos aqui chegaram, tendo em vista que a resistência negra ao aprisionamento e à escravidão sempre esteve presente entre a população negra brasileira. Ao longo dos séculos essa luta tem se despojado através dos quilombos, das religiões, das manifestações culturais, manifestando-se muito antes do fim do regime escravista, em 1888.

Vimos que o impacto causado pelos movimentos negros no país contribuiu para o reconhecimento do racismo como parte estruturante da sociedade brasileira. Os movimentos coletivos que buscam a transformação econômica, social e cultural no Brasil, lutam em prol de um objetivo comum, a despeito da diversidade e individualidade das pessoas que o compõem. É nesse sentido que os indivíduos passam a se enxergar como um ser comunitário e social, abrindo espaço para a troca e a solidariedade. É através dessa interação que surgem as identidades culturais e étnicas. Assim, militar em coletividade proporciona aos indivíduos o estabelecimento de inúmeras relações necessárias à sobrevivência. Esta militância tem buscado a libertação e a participação social, num movimento de rejeição da exclusão, na luta pela inclusão.

Nesta trajetória de lutas, inúmeros caminhos tem sido percorridos pela militância negra brasileira. A inclusão do ensino da história da África, a luta pelo reconhecimento da contribuição que a população de origem africana teve na construção da sociedade brasileira, bem como os debates em torno das políticas afirmativas, denota a diversidade de demandas pelas quais o movimento negro tem lutado.

Me utilizei do conceito de Guimarães (2003) para explicar que raça é uma construção social, devendo, portanto, ser estudada como categoria sociológica. Nesse sentido, ao utilizarmos o termo raça, estamos nos referindo ao campo da cultura simbólica (GUIMARÃES, 2003). Para Hall (2003), “raça” é uma construção política e social que organiza as práticas sociais, se utilizando das diferenças como marcas simbólicas na distinção entre um grupo e outro. Segundo Hall (2003) as identidades são construídas a partir do processo de interação e de diálogo que se estabelece uns com os outros. nesse sentido, a identidade se constrói em relação às demais identidades. Deste modo, a percepção e a experiência da raça e da identidade étnica

são mediadas pela classe, pela geração, pela profissão, pela posição geográfica e pelo gênero.

Conforme vimos no decorrer desse trabalho, existiram uma multiplicidade de organizações do movimento negro ao longo dos séculos. No decorrer da história, essas organizações passaram por vários processos que resultaram em muitas transformações. Essas organizações têm posicionamentos variados no que se refere a forma de atuação, por isso mesmo o movimento negro, assim como os demais movimentos sociais, também é plural. Apesar de terem como objetivo comum o combate ao racismo, as formas de mobilização e articulação podem variar de acordo com o contexto econômico, social e cultural no qual cada grupo se encontra. Considerando que sua composição é variada, se faz necessário atentar para o fato de que existem semelhanças, mas também distanciamentos ideológicos entre eles.

Tais distanciamentos podem gerar tensões, produzindo divergências, estas características podem vir a fortalecer ou enfraquecer a luta. Queiroz (2010) argumenta que esta diversidade interna do Movimento negro e suas inúmeras estratégias de combate ao racismo, caracterizam a heterogeneidade desta militância, por esta razão é tão importante considerar a pluralidade das suas práticas. Na luta por uma identidade racial autônoma e com caráter político, face ao enfrentamento do racismo, as práticas culturais foram de fundamental importância, pois através delas que muitas das organizações do movimento negro conseguiram ser vistas pela sociedade. Assim, podemos perceber que mesmo entre a militância antirracista, cujo objetivo é a erradicação do racismo e a inclusão do povo negro em todas as instâncias da sociedade brasileira, existem muitas formas de abordagem na luta, conforme foi apresentado nas páginas anteriores.

As conversas realizadas no decorrer da pesquisa foram de fundamental importância para responder muitos dos meus questionamentos, mas o contato com o campo também suscitou muitas outras dúvidas. Uma das questões iniciais que me propus a investigar, foi sobre a dificuldade de agregação de novos membros à esta militância. As ações dessa militância, diferentemente do que eu supunha à princípio, não se limita à agregação de novos membros ao movimento, para além disso, é um luta pela sensibilização da situação em que se encontra a população negra nesta cidade: segregada e excluída da participação social.

Conforme exposto, outra das minhas hipóteses iniciais era de que o Movimento Negro de Campina Grande seria composto por um único grupo. No decorrer da

pesquisa pude identificar que, na verdade, existem duas frentes de atuação que organizam os principais eventos e coordenam a atuação da militância. Apesar do grande número de eventos e atividades promovidas por ambas as partes, essas duas frentes não interagem entre si e, por essa razão, as ações são promovidas de forma isolada. Além dessas duas frentes de atuação, Campina comporta um grande número de militantes, avulso a esses grupos. Eles ocupam o espaço acadêmico, as escolas da rede pública de ensino, os terreiros de candomblé e as escolas de capoeira. Esses militantes fazem seu trabalho de forma individual, não estando vinculados a nenhuma das instâncias do MNCG, no entanto, eventualmente unem-se a quaisquer dessas duas frentes na promoção de eventos que tratem da temática de combate ao racismo. Nesse sentido, percebemos que as ações do movimento são promovidas por lideranças que se articulam tanto com a universidade quanto com o campo popular e que as duas instâncias do MNCG são consideradas legítimas por parte da população negra militante.

Uma outra importante bandeira levantada pelo movimento se traduz na luta diária para a implantação efetiva da Lei 10.639, tendo em vista que a aplicação prática desta Lei pode vir a ser um elemento de transformação da sociedade, a partir do espaço escolar. Como resultado, se visa capacitar professores para lidar com a diversidade, percebendo-a em sua forma rica, permitindo que aconteçam trocas simbólicas e culturais entre os diferentes grupos da sociedade, percebendo as diferenças como uma parte estruturante da nossa sociedade.

Quando falamos de movimento negro em um sentido amplo, corremos o risco de reduzir a diversidade que compõe esse movimento. As diversas demandas e formas de articulação desse movimento, pode vir a gerar diferentes posicionamentos e, inclusive, desacordos no interior desta militância. A articulação entre Movimento Negro e Estado, por exemplo, pode acarretar em dissensões no interior desta militância.

Durante a pesquisa percebi que uma dessas frentes tem uma vinculação com o Estado e que tal vínculo denota um aparente ganho de credibilidade junto às esferas do poder público, influenciando diretamente na forma como o grupo se apresenta tanto para a sociedade campinense, quanto para o universo acadêmico. Já para a outra frente, o vínculo com instituição do governo pode resultar no enfraquecimento da luta, à medida que percebe o engajamento com os poderes públicos como uma espécie de cooptação do movimento. Apesar de todos os problemas que esse tipo de articulação

entre movimento negro e estado, apontados no decorrer desse trabalho, foi através da participação dos militantes negros (as) em órgãos criados nos estados, municípios e governo federal, que projetos de valorização e reconhecimento da importância da população negra na sociedade brasileira, bem como muitas outras ações foram implementadas pelas instituições públicas.

O conceito de cooptação, conforme apontado por Selznik, resulta na anulação do “cooptado”, tentei mostrar aqui que as transformações ocorrem não apenas no “cooptado”, mas que esta seria uma via de mão dupla, podendo ocasionar importantes mudanças no interior dessas instituições. Busco, portanto, fugir da visão reducionista na qual os “cooptados” são absorvidos e anulados. Sabemos que a autonomia dos movimentos sociais é essencial na construção de uma sociedade com maior igualdade, no entanto, o engajamento com as instituições podem gerar políticas públicas, criando um caminho para promover essas mudanças. Ao contrário de abordar tal processo percebendo-o como cooptação ou colonização do movimento por parte do Estado, o que busquei aqui foi perceber se essa articulação entre o movimento negro e as instituições públicas pode se tornar um meio capaz de proporcionar negociações entre essas organizações, construídas através de consensos. Essa análise permite deixar de lado a percepção dessas alianças como sendo compulsoriamente negativas para os movimentos sociais. De acordo com essa perspectiva, ao se relacionar com o Estado, não necessariamente o movimento sofrerá desmobilização, tendo em vista que essa relação pode construir um novo espaço para as suas demandas.

Deste modo, saímos da ideia binária que existe entre autonomia x cooptação, passando a perceber as várias nuances que podem existir entre um extremo e outro, atentando para a complexidade das interações. Aqui se percebe as relações de proximidade com os governos também como uma importante canal de reivindicações do movimento, a medida que viabiliza o diálogo e a participação nessas instituições, gerando o atendimento de demandas históricas do movimento, influenciando a agenda pública. No entanto, não deixo de considerar aqui que, em contrapartida, tais alianças podem se tornar nocivas, à medida essa cooperação se gere um alto nível de comprometimento e vínculos, fazendo com que a capacidade de pressionar e questionar o Estado seja enfraquecida.

O alto nível de comprometimento também exige por parte dos militantes um alto nível de habilidade para que não se perca a autonomia política. Em suma, há uma

tendência em se pensar que atividades nos interior dos espaços institucionais criados pelo Estado leva automaticamente à cooptação, corrompendo a militância e esvaziando a luta. No entanto, muitas das vezes esta relação torna-se essencial para que mudanças institucionais aconteçam. O dilema aqui se encontra em perceber/evidenciar o limite entre autonomia e cooptação nessa relação entre movimento negro e sua relação com as instituições públicas. Enquanto que a oposição ao Estado pode garantir de forma mais contundente a autonomia do movimento, tendo em vista que, estando “fora”, tem-se mais liberdade para criticar, questionar e se opor às ações e decisões do governo, em prol dos interesses coletivos.

Assim, parte da militância acredita que essas alianças são perigosas, à medida que pode dissolver a autonomia do movimento, gerando a permanência, e não a ruptura com a ordem social. No entanto, percebo que tais divergências são fruto da multiplicidade de posicionamentos, das trajetórias individuais e dos recursos de que dispõem os membros do movimento. No entanto, essa multiplicidade de posicionamento e a variabilidade nas estratégias da militância, não implica automaticamente num retrocesso, muito menos gera impedimento no alcance de resultados positivos na luta contra o racismo. A possibilidade de militarem em separado aponta, justamente, para a ideia de um contexto democrático.

Acompanhamos ao longo desse trabalho que, apesar dos ideais em comum que impulsionam a luta antirracista no Brasil, não existe, portanto, um modelo padronizado de organização e interação na militância negra, por isso é preciso atentar para as diferenciações, considerando os contextos e estando aberto a compreender que as formas de organização da militância e a luta no combate ao racismo podem assumir inúmeras formas. A comparação entre os diferentes segmentos do movimento, comprova a existência de heterogeneidades e variações nas formas de atuação no combate ao racismo. A negritude, portanto, deve ser pensada através do modo como se apresenta, e não como o “modelo” pré-pronto que imaginamos antes de adentrar o campo. Estou ciente de que as formas de militância local poderiam também ter sido analisadas por outro prisma, ou que eu mesma poderia ter atentando para outras questões. Por isso, tenho plena consciência de que o racismo e as formas se enfrentamento exige uma multiplicidade de olhares que um trabalho como este não é capaz de descrever, a não ser parcialmente.

Apesar das já esperadas dificuldades iniciais, neste caso, geradas por uma certa desconfiança por parte do movimento em relação a minha presença no campo

(enquanto pessoa não negra e desconhecida por eles), considero que consegui desenvolver uma boa relação de confiança tanto com os militantes com quem tive contato, como com os demais interlocutores. O que me proporcionou ter acesso a fontes materiais antigas (tais como vídeos, recortes de jornal, etc.), bem como o acesso a informações importantes e até exclusivas, ao mesmo tempo em que cuidava para manter a distância necessária entre “pesquisador” e “pesquisado”, afim de não comprometer os resultados da pesquisa.

Conforme foi sendo apontado ao longo deste trabalho, minha motivação inicial era entender se a razão desse movimento “não conseguir” agregar um número maior de militantes era consequência dessas divergências entre os grupos, supondo que essa característica os enfraquecia enquanto movimento. Concluí que o movimento negro, enquanto instituição organizada, representa apenas uma, dentre as inúmeras formas de enfrentamento ao racismo na sociedade. Assim, me torno ciente de que existem muitas outras formas de combate à discriminação racial. Dentre essas inúmeras formas de se combater o racismo, existe, inclusive, a possibilidade de enfrentamento de forma mais pessoal, sem que necessariamente haja um vínculo direto com as organizações militantes. Essa também é uma característica presente na luta antirracista desta cidade. É nesse sentido que coloco que a divisão na militância não necessariamente é negativa. Podemos perceber que tal característica leva os ativistas a atuarem em espaços tão diversos que, talvez, se trabalhassem em conjunto, o campo de atuação não fosse tão amplo.

Uma situação que me refletir de forma ainda mais profunda sobre o meu lugar de fala, foi o fato de ter ouvido de um dos militantes a seguinte afirmação: “você pode se sensibilizar com nossa causa, militar do nosso lado, mas jamais saberá o que é sofrer com o racismo no cotidiano” (referindo-se ao fato de que nesse contexto geográfico, histórico e temporal, eu ser socialmente considerada branca). Por isso considero aqui a ideia de protagonismo, tendo plena consciência de que o racismo só pode ser dimensionado pelos que são vítimas dele. Nesse sentido, tenho plena consciência de que este trabalho situa a questão racial apenas em seu sentido discursivo.

Ao adentrar no campo, a percepção inicial era de que a divisão na militância gerava um enfraquecimento, tornando inconsistente e desarticulado o movimento negro campinense. Ao observar os espaços de atuação do MNCG, pude perceber que, ao contrário da minha hipótese inicial, essa cisão, na verdade, resultou no

surgimento de uma liderança plural, abrindo espaço para que surgissem novas reflexões em torno da negritude, ampliando campo de atuação da militância antirracista nesta cidade e proporcionando novos diálogos nas diferentes esferas da sociedade campinense. Tal cisão resultou na pluralização das ações, denotando com isso, a multiplicidade do discurso étnico, e não, necessariamente, no enfraquecimento da luta. Essas articulações do movimento negro apontam para a variabilidade das formas de organização e de diálogo, superando algumas fronteiras físicas e mesmo culturais que estão postas no tempo e no espaço.

Aqui em Campina Grande, assim como na maior parte do território brasileiro, o povo negro e as suas práticas culturais e religiosas tem sido historicamente invisibilizadas e ridicularizadas. O alto índice de violência e mortalidade da juventude negra denota o quanto essa ascensão coletiva, pela qual o movimento negro milita diariamente, ainda está muito distante de ser alcançada. Enquanto uma parcela mínima da população negra consegue driblar os percalços e adentrar no espaço acadêmico, na busca por uma ascensão social, a grande maioria ainda luta para ter condições mínimas de existência. As condições materiais limitadas, somadas à precariedade do ensino público, oferecem poucas chances de ascensão para essa juventude que é diariamente assassinada nos becos e vielas desta cidade. O que indica que, mesmo com uma militância tão ativa, somente à longo prazo, poderemos ver uma melhoria na qualidade de vida dessa população. Não que as ações do movimento negro sejam, por si só ineficazes, mas, justamente por conta da exclusão social histórica que a população negra sempre sofreu na sociedade brasileira. Sua participação numérica nas mobilizações é mínima, pois a conscientização do racismo também é mínima por parte, justamente, dessa parcela da população que o sofre. Por isso mesmo uno minha voz ao discurso dos militantes locais: a tarefa de combater a realidade racista na qual a população campinense e brasileira se encontra, não pode ser uma tarefa somente do povo negro, mas é, também, um dever dos movimentos sociais em geral, bem como da academia, dos poderes públicos e de toda a sociedade brasileira.

Para Nilma Lino Gomes (2012) o racismo cria barreiras simbólicas, impossibilitando o diálogo entre os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, criando a ideia de que ser branco é um aspecto positivo e ser negro é um aspecto negativo. Assim, o racismo atribui estereótipos negativos e inferiorizantes a população negra, criando para as mesmas uma identidade estereotipada, socialmente

forjada, cujo intuito é inferiorizá-los. O que o movimento negro tenta apresentar para a sociedade hoje é que as desigualdades raciais não estão restritas ao campo do trabalho ou da cultura, mas em todas as instâncias sociais. Por isso mesmo é necessário enfrentar as desigualdades raciais em todas as esferas (não apenas na cultura e no trabalho), mas em qualquer setor da vida social em que as desigualdades raciais estejam presentes. Como adequadamente coloca a autora, o racismo na sociedade brasileira se afirma através da sua própria negação, por esta razão, refletir sobre a questão racial brasileira não deve ser de interesse unicamente das pessoas negras, mas de cada cidadão brasileiro visando construir uma sociedade digna e igualitária para todos os cidadãos, tanto os do presente quanto os do porvir.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **De Uma história do negro no Brasil**, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALONSO, Ângela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate*. In: **Lua Nova**, p. 49-86, 2009.

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. LONGHI, Márcia. *Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre Homens e mulheres*. In: **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente**. Parry Scott Liana Lewis Marion Teodósio de Quadros (organizadores). Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia/FAGES. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria de Marinho de. **Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. 2º edição. São Paulo: Annablume, 2004.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT & STERIFF-FENART. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

BARROS, Ofélia Maria de. **Terreiros campinenses: tradição e diversidade**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. CAMPINA GRANDE. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 2.040**, de 28 de setembro de 1871 - Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos, conhecida como "Lei do Ventre Livre".

\_\_\_\_\_, **Lei n. 3.353**, de 14 de maio de 1888 - Declara extinta a escravidão no Brasil.

\_\_\_\_\_, **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

\_\_\_\_\_, **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

CABRAL, Williams Lima. SOUZA, Maria Lindaci de Gomes Souza. **Currículo e Multiculturalismo: A Capoeira Como Ferramenta Pedagógica**. Campina Grande, Realize Editora, 2012

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DA MATTA, Roberto. *Digressão: A fábula das três raças, ou o problema de racismo à brasileira*. In: DA MATTA, Roberto. **Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento da Negritude: Uma Breve Reconstrução Histórica*. In: **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. **Negro no Plural: Um Estudo de Caso Sobre a Construção Identitária de Negros Militantes e Não-Militantes em Campina Grande/PB**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**, São Paulo: Global Editora, 1972.

FERNANDES, Viviane Barboza; CORTEZ, Maria Cecilia. SOUZA. *Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade*. In: **Revista do instituto de estudos brasileiros**, n. 63, abr, 2016, p. 103-120.

FERREIRA, Jair Silva. **Representação da África na Prática de Ensino de Professores da Rede Estadual**. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2009.

FERRETTI, Sérgio. *Sincretismo Afro-Brasileiro e Resistência Cultural*. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000100010>>.

FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro - séculos XVIII-XIX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989 . Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200003&lng=pt&nrm=iso)>.

GALVÃO, Andrea. *O Marxismo Importa na Análise dos Movimentos Sociais?*, In: **Marxismo e Ciências Sociais**. 32º Anais do Encontro Anual da ANPOCS. GT 24, 2008.

GARCIA, Renísia **Cristina**. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47. mai-ago, 2011.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**, Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre Relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. 2012. Disponível em: <[www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf)>.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro*. In: SILVA, P. B. G.; BARBOSA, M. A. (Org.). **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1997.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. In: **Educação e Pesquisa**, vol. 29, n. 1, jan.-jun. 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/5rm1Bn>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes*. In: **Política e sociedade**. vol 10, nº 18, abr., 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. In: **Novos estudos**, n.º 43, nov., 1995.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Democracia racial: O ideal, o pacto e o mito*. In: **Novos Estudos**, nº 6, nov., 2001.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A modernidade negra*. In: **Anais da ANPOCS, Caxambu**, GT: Teoria social e Transformações Contemporâneas, out., 2002.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Como trabalhar com "raça" em sociologia*, In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan/jun, 2003.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 47, nº 1, 2004.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O Projeto UNESCO na Bahia*. In: **Comunicação ao Colóquio Internacional "O projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois"**, Salvador, jul., 2004.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Raça, cor e outros conceitos analíticos*. In: SANSONE, Lívio. PINHO, Osmundo (Org.) **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2 ed. Salvador: ABA, EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Que negro é esse na cultura popular negra?*. In: **Lugar comum**, n. 13-14. P. 147-159. Disponível: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/112410120245Que%20negro%20%C3%A9%20na%20cultura%20popular%20negra%20-%20Stuart%20hall.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112410120245Que%20negro%20%C3%A9%20na%20cultura%20popular%20negra%20-%20Stuart%20hall.pdf)>

HARDING, Sandra. *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. In: **Estudos Feministas**, n. 1, 1993.

HOFBAUER, Andreas. *Cultura, diferença e (des)igualdade*. In: **Contemporânea**. n. 1, Jan.jun., 2011, p. 69-102.

LEITE, José Correia. **E disse o Velho Militante José Correia Leite: depoimentos e artigos. Organização e textos Cuti**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LUZ, Marco Aurélio. **Cultura negra em tempos pós-modernos**, 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008..

MEDEIROS, Sandreyza Pereira. **EU SOU QUILOMBOLA! Identidade, História e Memória no Quilombo Pedra D'Água (1989-2012)**. Tese de doutorado

apresentada a Unidade Acadêmica de História e Geografia na Universidade Federal De Campina Grande – UFCG. Campina Grande-PB. 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Usos e Sentidos**. São Paulo. Editora Ática. 2ª edição. 1988.

NOGUEIRA, Oracy, "*Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*", In: O. Nogueira (org.) **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**, São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*, In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1. nov., 2006, p. 287-308.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma Filosofia Afrodescendente**, Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

ORTNER, Sherry. *Subjetividade e Crítica Cultural*. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007

PEREIRA, Almicar Araújo. **O Mundo Negro: Relações raciais e constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil (história popular nº 4)**, São Paulo: Global Editora, 1981.

RIBEIRO, Mônica dos Santos. **Resistência e Negritude em Campina Grande: O Movimento Negro no Centenário Da Abolição**. Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de licenciado em História. Campina Grande-PB, 2014.

RIOS, Flavia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-Graduação em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2014.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. **Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2009.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**, Salvador : Eudfba, Pallas, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo? Coleção Primeiros Passos**, São Paulo: Ed. Brasiliense. 13ª Ed., 1980.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. *A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: transformações e novos desafios institucionais*. In: **IX Congresso Internacional Da Brazilian Studies Association**. Louisiana: Tulane University New Orleans. 2008

SANTOS, Sâmara Íris de. SOUSA, Xisto Serafim de. **Mapeamento Da Violência Urbana em Campina Grande: Tendências e Desafios em Busca da Cidade Sustentável**. Disponível em: <[www.cnpq.br/documents/10157/937b762a-85cc-497e-9cc8-1b0026fa75d8](http://www.cnpq.br/documents/10157/937b762a-85cc-497e-9cc8-1b0026fa75d8)>.

SANTOS, Sônia Querino dos; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. *Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios*. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 95-112, jan./mar. 2008

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCOTT, Joan W. *O enigma da igualdade*. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 13/1. janeiro-abril/2005

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. In: **Estudos avançados**, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Na Fronteira dos Movimentos Sociais*. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

#### **Fontes da internet:**

<http://www.ibge.gov.br> (acesso em 2014)

<http://www.ipea.gov.br/portal/> (acesso em 2014)

<http://www.mapadaviolencia.org.br/> (acesso em 2014)

#### **Fontes documentais:**

Recortes de jornais sobre atividades do Movimento Negro de Campina Grande do período de 2001 a 2014.

\*Lista de jornais pesquisados:

Correio da Paraíba

Diário da Borborema  
Jornal da Paraíba